Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

IV

Casimiro Ribeiro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

Brasília • 2019

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

IV

Casimiro Ribeiro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Banco Central do Brasil – v. 4

Banco Central do Brasil
Casimiro Ribeiro / Banco Central do Brasil. – Brasília : Banco Central do Brasil, 2019
204 p. ; 23 cm. – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 4)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Ribeiro, Casimiro. IV. Título. V. Coleção.

CDU 336.711(81)(091)

Apresentação

O Banco Central do Brasil tem mais de 50 anos. A realização de entrevistas orais com personalidades que contribuíram para a sua construção faz parte da memória dessa Instituição, que tão intimamente se vincula à trajetória econômica do país.

Essas entrevistas são apresentadas nesta *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, que complementa iniciativas anteriores.

É um privilégio poder apresentar esta Coleção.

As entrevistas realizadas permitem não apenas um passeio pela história, mas também vivenciar as crises, os conflitos, as escolhas realizadas e as opiniões daqueles que deram um período de suas vidas pela construção do Brasil. Ao mesmo tempo, constituem material complementar às fontes históricas tradicionais.

O conjunto de depoimentos demonstra claramente o processo de construção do Banco Central como instituição de Estado, persistente no cumprimento de sua missão. A preocupação com a edificação de uma organização com perfil técnico perpassa a todos os entrevistados. Ao mesmo tempo em que erguiam a estrutura, buscavam adotar as medidas de política econômica necessárias ao atingimento de sua missão.

É evidente, também, a continuidade de projetos entre as diversas gestões, viabilizando construções que transcendem os mandatos de seus dirigentes.

Nossa expectativa com a publicação dessas entrevistas é contribuir com uma melhor compreensão acerca da evolução da Instituição e de sua atuação.

Queremos estimular a busca por conhecimentos sobre a história econômica do país e sobre como o Banco Central busca seus objetivos de **garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e eficiência do sistema financeiro**.

Ilan Goldfajn
Presidente do Banco Central do Brasil

Introdução

Casimiro Ribeiro não foi presidente do Banco Central do Brasil, mas poderia ter sido seu primeiro líder. À época da discussão do projeto de criação do Banco no Congresso, Casimiro e Denio Nogueira foram consultados. Casimiro acabou por assumir a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, na qual uma liderança era mais urgente. Tornou-se diretor do Banco Central do Brasil quando de sua implantação.

Casimiro Ribeiro nasceu em Santa Catarina, em 1922, e cresceu no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Considerou ser arquiteto e escritor, mas o trabalho no Banco do Brasil e a influência de Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões o estimularam a estudar Economia.

Tomou posse no Banco do Brasil em 1942, integrando o Departamento de Estudos Econômicos, o que lhe deu ampla visão do que se passava em termos econômicos, acesso à biblioteca e às estatísticas, quando esse conhecimento era muito escasso no país. Interessante notar o choque entre a juventude e a burocracia estabelecida no período.

Após dez anos nesse Departamento, foi convidado a transferir-se para a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), ainda no Banco do Brasil, para assessorar o doutor Luiz Simões Lopes, que tinha tradição em montar equipes competentes.

Cursou algumas disciplinas na *London School of Economics*, para onde foi em 1955, patrocinado por Gudin e Bulhões, que já visavam à formação de técnicos mais qualificados para o futuro Banco Central. Concomitantemente, participou de um treinamento no *Bank of England*, elaborado para ele a pedido de seus padrinhos.

Quando Walter Moreira Sales, diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), decidiu ampliar o Departamento Econômico, Casimiro foi convidado para trabalhar na assessoria técnica. A Sumoc fora criada para ser um embrião de Banco Central, mas suas atividades

iniciais, na visão de Casimiro, eram essencialmente de órgão de fiscalização e de estudos econômicos, encarregado principalmente da autorização de cartas-patentes de bancos e instituições financeiras.

A história profissional de Casimiro e sua participação na Sumoc desde sua implantação permitiram que se traçasse a trajetória dessa instituição até a formação do Banco Central, identificando-se as resistências, já na política de recursos humanos – que desestimulava a permanência de funcionários brilhantes no novo órgão –, até os obstáculos à constituição de instrumentos de política monetária – depósitos compulsórios, redesconto de documentos financeiros –, e de controles como o orçamento monetário e a programação monetária.

Sua proximidade com os ministros da Fazenda permitiu atuação intensa e visão privilegiada das diversas correntes na discussão das políticas cambial e do café, bem como da política monetária nos anos 1950 e 1960.

Ao longo da entrevista, fica manifesta a clareza de Casimiro e do grupo ao qual pertencia quanto às dificuldades para a racionalização das finanças públicas e de suas implicações para a evolução dessas contas, além de seus efeitos sobre a inflação e a capacidade de condução do processo de desenvolvimento econômico do país. Os diálogos entre o depoente e o presidente Juscelino Kubitscheck evidenciam os diferentes pontos de vista de técnicos e da autoridade política, ao mesmo tempo em que apresentam um testemunho sobre o estilo de governar desse presidente.

O depoimento de Casimiro apresenta a concepção de banco central implantada em 1965 em seus vários aspectos, bem como a construção da ideia de um banco central ao longo das décadas. Casimiro atenta para o decisivo empenho de Octavio Bulhões na coordenação de iniciativas para controlar a economia e viabilizar o projeto do Banco Central. Descreve a estrutura do Banco Central nos primeiros anos de seu funcionamento e contrasta de forma clara a autonomia alcançada pela instituição no governo [Humberto de Alencar] Castelo Branco e sua rápida transformação sob [Artur da] Costa e Silva, sinalizada pela perda, na prática, dos mandatos fixos de presidente e diretores.

Discute, ainda, a prática da fiscalização bancária no período e os problemas vividos pelo sistema financeiro na conjuntura de baixo crescimento do pós-1964.

A entrevista foi realizada em duas etapas. A primeira ocorreu entre março de 1975 e julho de 1979, com sessões espaçadas. A segunda etapa, entre setembro e outubro de 1989, para completar e atualizar o material inicial. A primeira parte ocorreu em período caracterizado pelas consequências das crises do petróleo e pelas políticas desenvolvimentistas. A seguinte, ocorrida durante período de hiperinflação, integrou o programa de preservação da memória institucional do Banco Central do Brasil, projeto conduzido em conjunto com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV). Não tendo sido publicado naquele momento, passa a integrar a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, com outros personagens relevantes da construção do BCB.

A reconstituição da construção do Banco Central por meio da história oral relatada por seus atores permite não apenas a complementação das informações existentes nos documentos publicados e em estudos já realizados, mas também a coleta das avaliações, dos dilemas e das escolhas, as influências de sua formação familiar e acadêmica, da rede de relações de amizade e de rivalidades, colocando o indivíduo – com seus vários graus de liberdade de atuação – e o momento histórico – com suas várias condicionantes – como agentes determinantes na edificação da Instituição.

As entrevistas realizadas foram transcritas e submetidas a processo de edição por parte da equipe envolvida e de revisão pelos entrevistados, buscando-se incrementar sua transparência e clareza, mas mantendo-se fiel à narrativa, transformando-as nos volumes que compõe a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*.

Casimiro Ribeiro faleceu em 16 de junho de 1993. Contou-se com o inestimável auxílio de sua família para finalizar o volume, sobretudo na seleção do material iconográfico que o ilustra. A ela, nosso agradecimento. Ao entrevistado, nossa homenagem.

Sumário

Introdução, 9

Capítulo 1: Profissão: Economista, 15
Capítulo 2: Política Cambial no Brasil dos anos 1950, 39
Capítulo 3: Política Monetária no Brasil dos anos 1950, 59

Fotos, 81

Capítulo 4: JK e a Inflação, 91
Capítulo 5: Os Governos Jânio Quadros e João Goulart, 128
Capítulo 6: O Banco Central, 153

Índice Onomástico, 198

Capítulo 1

Profissão: Economista

Desenhista ou escritor?

Quais são suas origens familiares? Onde e quando o senhor nasceu?

Nasci em Joinville, Santa Catarina, em 19 de outubro de 1922. Com seis meses, fui levado para Porto Alegre, onde fui criado até a idade de 13 para 14 anos. Fui, então, trazido pela família para o Rio de Janeiro e aqui tenho vivido até hoje.

Minha mãe era do Rio Grande do Sul; meu pai, de Santa Catarina. Eles eram da mesma família, eram primos, do lado português dos Ribeiro. Meu pai deixou Joinville com dezoito anos de idade, mas, quando se casou, voltou para lá por saudosismo e lá morou por um ano e pouco. Se não me tivessem dito que nasci em Joinville, eu diria que sou de Porto Alegre, pois foi onde me criei, fiz amizades de infância e onde nasceram meus irmãos mais novos – sou o mais velho de cinco irmãos. Sou um carioca naturalizado há muito tempo, mas tenho voltado esporadicamente ao Rio Grande do Sul. Por incrível que pareça, a Santa Catarina jamais voltei, embora viva planejando visitar aquela colônia alemã, que é muito interessante.

Minha avó paterna era descendente de alemães. Aos dezoito anos, meu pai recebeu uma pequena herança de meu avô para que fosse estudar na Alemanha. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, creio que em 1912, foi para a Prússia, estudar Engenharia na famosa Universidade de Charlottenburg, e lá ficou uns cinco anos, passando as férias em Munique, na Baviera. Vale a pena chamar atenção para o fato de que Joinville, no final do século passado e no começo deste, não tinha escola brasileira, de modo que, ou a alfabetização era feita na *Deutscheschulle*, ou a família mandava a criança para outro lugar. Meu pai foi alfabetizado em alemão, o que explica ser fluente em alemão.

Apesar de ter ido estudar na Prússia, meu pai teve uma formação democrática muito arraigada. Sempre foi antimilitarista e alertou-me quando Hitler começou a botar as manguinhas de fora. Eu, garoto em Porto Alegre, e ele chamava minha atenção para o desenvolvimento do nazismo. Recebia alemães e sentia também um certo movimento nazista aqui. Acompanhou a perseguição aos judeus, que achava uma injustiça tremenda. À parte o aspecto humano – terrivelmente trágico –, ele dizia que o judeu, na Alemanha, era alemão, era patriota. Não havia distinção, a não ser de religião. Conviveu com muitos amigos judeus alemães e nem se dava conta de que eram judeus. Até na aparência física não havia grande diferença. Dizia: "É uma ironia tremenda isso estar acontecendo dentro da Alemanha, porque se há um país onde o judeu se sente nacional é a Alemanha!". Era amigo do Osvaldo [Euclides de Sousa] Aranha, então ministro das Relações Exteriores, e várias vezes foi falar com ele para facilitar a entrada de refugiados no Brasil. Tinha uma sensibilidade muito grande. O curioso é que ele tinha admiração pelos ingleses. Foi representante de firmas inglesas aqui e fez muitos amigos entre eles. Planejava para mim uma educação na Inglaterra. Dizia: "Mais do que a Alemanha, hoje em dia é a Inglaterra que forma o homem!". Começou a separar dinheiro para pagar a minha educação em Oxford ou em Cambridge. Correspondia-se com amigos de lá, mas, quando chegou a época, a Europa estava isolada pela guerra. Entrei para o Banco do Brasil, e a ida para o exterior não se consumou. Viajei somente muitos anos depois, em 1955, quando fui fazer um curso na *London School of Economics*.

Seu pai se interessava por Economia?

Não. Era engenheiro e depois dedicou-se à exportação de minérios. Homem de cultura geral, gostava muito de ler. Na juventude, tinha sido metido a literato e escrito alguma coisa. Eu também tive umas fases dessas. Aos catorze anos, revelei um certo jeito para desenho – um pouquinho mais de talento que a média –, e meu pai se entusiasmou: "Você precisa desenvolver isso! Vai estudar com meu amigo Osvaldo Teixeira!". Osvaldo Teixeira, diretor da Escola de Belas Artes, acadêmico empedernido, mas um grande artista, uma grande alma, foi muito hostilizado porque se recusou a admitir a evolução da arte

moderna, achava honestamente aquilo tudo uma grande farsa. Foi uma coisa lamentável, porque Osvaldo Teixeira era realmente um homem puro, um artista. O sonho dele era ser um daqueles grandes italianos da Renascença. Desenhava maravilhosamente. Um dia, deveriam fazer um Museu Osvaldo Teixeira, porque ele realmente era impressionante.

Eu passava as férias desenhando com Osvaldo Teixeira, três vezes por semana. Era um ambiente muito interessante. Ele um dia me disse: "Você tem jeito para desenho, gosta, e se quiser escolher uma carreira sólida, vá para a Arquitetura, onde poderá dominar uma técnica e, ao mesmo tempo, desenvolver a criatividade artística". Fiquei pensando, comprei livros de Arquitetura, mas, lá pelos dezessete anos, comecei a me interessar por Literatura. Devorei [Joaquim Maria] Machado de Assis e Eça de Queirós, além de outros, como Alberto de Campos, e comecei a escrever umas coisas. Um dia escrevi um conto e mandei para a revista *Carioca*, um semanário que tinha um concurso de contos. Para minha surpresa, fui premiado. Ganhei por volta de cem mil-réis, o que, naquele tempo, era dinheiro como o diabo. O ilustrador, que apenas por acaso tem o meu sobrenome, foi o Jerônimo Ribeiro, excelente. Nunca mais o vi, a não ser umas duas semanas atrás. Um irmão meu disse que o havia encontrado na feira *hippie*, na praça General Osório. Fui lá bater um papo com ele. Está lá desenhando, para se divertir. Pinta também, mas é sobretudo um homem do desenho. Tem um traço definido, firme, de personalidade.

Fui o literato da turma, uma turma de escrevinhadores muito vagabundos no ginásio, mas que, para minha surpresa, transformaram-se em bons literatos. Eu, cada vez mais, piorei o meu estilo, passando a burocrata que redigia ofícios e relatórios. Um dos meus companheiros de ginásio foi o Sérgio Porto, um ano mais novo que eu, de uma turma atrás. Outro foi o Maneco Muller. Mas eu é que era a figura importante na época: o único autor publicado! Era respeitadíssimo, consultado...

Onde o senhor fez o ginásio?

A primeira parte, no Colégio São Bento. Depois, meu pai teve que passar um ano viajando e, como eu tinha vindo para o Rio sozinho

com ele, antes de vir o resto da família, fui internado num colégio que tinham dito ser excelente. Tinha sido fundado por um inglês e chamava-se Anglo-Brasileiro. Ficava na avenida Niemeyer e era uma beleza, tinha uma praia na frente. Mas, na verdade, quando cheguei, vi que estava bastante decadente. Tinha uma boa frequência, mas das ovelhas negras das famílias ilustres que não aguentavam os filhos em casa e os mandavam para lá. Tinha filho de ministro, filho de fazendeiro rico, mas a turma em si era da pesada.

Fiquei dois anos nesse Ginásio Anglo-Brasileiro, que era um paraíso. Todo dia, às sete horas da manhã, tomava-se um café, punha-se um calção e ia-se para aquela praiazinha, que hoje é do Hotel Sheraton, tomar banho de mar. Naquele tempo, a praia era praticamente nossa. Havia bons professores no colégio, gente nova que estava começando. Apenas para citar um nome: Celso Cunha, que há muitos anos é uma autoridade em estudos filológicos, era meu professor de português. Naquela época, ele tinha uns vinte anos de idade, e eu, quinze. Estudei profundamente o Cancioneiro português, ele era um entusiasta. Francês era dado por um francês que aportou aqui no Brasil e ficou. Pelo menos francês ele sabia. Os professores eram bons, mas o pessoal era irrecuperavelmente indisciplinado.

Quando nós estávamos no penúltimo ano do ginásio, o Anglo-Brasileiro foi vendido – mais tarde, aquilo virou colégio de freiras, o Stella Maris – e fomos transferidos, por convênio, para o Colégio Aldridge, em Botafogo. Foi lá que encontrei o Sérgio Porto, que era filho de um funcionário do Banco do Brasil da velha guarda. Depois, ele entrou para o Banco do Brasil e eu também. Maneco Muller foi colega do colégio da praia, era irmão e neto de diplomata. Outro colega ligado à Literatura era o brasileiríssimo, mas de origem hebraico-egípcia, Leon Eliachar, famoso humorista. Conheci-o quando eu tinha dezenove anos e ele, dezoito. Leon escrevia umas crônicas e vinha me mostrar, porque eu era autor publicado e ele, não. Piada todo o tempo, uma verve tremenda.

Naquela época, uma série de pessoas foi trabalhar no Banco do Brasil para ganhar dinheiro, não ficar dependendo dos pais, mas não tinha nenhuma vocação para bancário. Alguns detestavam o funcionalismo.

Havia pianista, havia de tudo no Banco do Brasil. Mas, alguns, chegando lá, viram que o assunto não era tão ruim assim.

Entrando para o Banco do Brasil

Como o senhor entrou para o Banco do Brasil?

Fiz concurso público para escriturário, classe inicial, com dezenove anos, no final de 1941, e tomei posse em maio de 1942. Em função da minha classificação no concurso, pude ficar no Rio de Janeiro, não fui mandado para o interior. E, para minha sorte profissional, havia vagas na direção-geral. Fui designado para a Seção de Estatística e Estudos Econômicos, que preparava as estatísticas e o relatório anual do banco. O curioso foi que, quando surgiu a oportunidade de ir para essa seção, o funcionário do Departamento de Pessoal me disse: "Olhe, vamos designar você para a Seção de Estudos Econômicos, mas não é absolutamente maldade nossa. Você já ficou no Rio de Janeiro, enquanto outros foram para o interior...". Eu disse: "Mas para mim está ótimo! É interessante!". Ele retrucou: "O problema não é esse. O problema é o chefe, que é o pior do Banco do Brasil...". Tomei informações sobre o tal chefe, e meu pai disse: "Ora, eu conheço esse homem, ele me atende muito bem quando vou ao Banco do Brasil. Dou uma palavra para ele amaciar e não maltratar você". Meu pai deu uma palavra, e ele me tratou muito bem. Mas era realmente um homem terrível!

Foi nesse departamento que tomei contato com assuntos de economia. Dois fatos tiveram influência marcante na minha decisão de seguir a carreira de economista. Primeiro, o fato – ou acidente – de terem me designado para a Seção de Estatística e Estudos Econômicos; depois, o fato de eu ter encontrado por lá Aldo Batista Franco [da Silva Santos]. Ele devia ter por volta de 30 anos, era um rapaz brilhante, inteligente, já era um economista bastante conhecido dentro do governo. Verifiquei que o Banco do Brasil, naquela época, ainda era muito rígido quanto à hierarquia, que o critério de antiguidade para a promoção ainda era muito rigoroso, mas percebi que, para

o Aldo Franco e mais alguns que eram economistas, tinham sido abertas exceções. Eles estavam galgando posições independentemente da hierarquia rígida do Banco, estavam participando de negociações internacionais, e fiquei muito fascinado com aquilo tudo. Pouco depois conheci o doutor [Eugenio] Gudin e o doutor Bulhões. Realmente me entusiasmei e comecei a estudar Economia.

O senhor chegou a fazer o curso de Economia?

Não, só mais tarde, já em nível de pós-graduação, porque não havia a profissão de economista. Na época, a parte de Economia era uma extensão do curso de Contabilidade. Havia dois anos de administração financeira opcional para quem tivesse o curso de Contabilidade. Então, resolvi estudar Direito, mas estudava Economia o tempo todo.

Seu primeiro chefe no Banco do Brasil era economista? Quem era ele?

Meu primeiro chefe não era economista, e talvez não tivesse feito o ginásio. Era um homem da velha guarda do Banco do Brasil, apreciado por uns, odiado por outros. Trabalhava como um danado e não facilitava o estudo do pessoal. Não permitia que ninguém saísse durante o expediente. Tínhamos que estudar à noite. Ele dizia: "No meu tempo, não tinha essa sopa, não! Todo mundo agora é turista, quer sair para isso, para aquilo. Nós trabalhávamos dezoito horas por dia e só íamos para casa de noite. Agora todo mundo tem horário especial!". Não tinha nenhuma sensibilidade para esses problemas. Felizmente não ficou muito tempo lá. Depois de uns 3 ou 4 anos, foi embora.

Depois, o chefe foi Paulo Frederico de Magalhães, que merece uma referência. Esse era um homem de visão para a época. Foi ele quem criou o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos, por volta de 1938. Fez os primeiros estudos e o primeiro relatório do Banco do Brasil com bases técnicas. Um homem extremamente inteligente, que congregou os primeiros economistas ou pessoas formadas em outras especialidades, mas interessadas em assuntos econômicos. Ficou afastado do departamento por alguns anos e depois voltou, ainda no meu tempo, a nos chefiar.

Veio, então, o Júlio Matos, um ferrabrás que tinha raiva de quem queria estudar. Depois, veio uma excelente criatura, o professor José Nunes Guimarães, que ficou 2 ou 3 anos. Era catedrático de comércio exterior na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil. Era realmente um homem muito estudioso, que prestigiava muito os alunos. Deu um impulso apreciável ao Departamento Econômico, embora talvez se pudesse dizer que ele não estava mais se renovando. Tinha lido tudo o que se tinha publicado de bom até 1938 ou 1940. Depois, parece que não se atualizou, e começou a haver uma reação de certos alunos. Mas era um homem de uma dedicação extraordinária. Saiu do Departamento Econômico porque fez um relatório para a presidência do Banco do Brasil, e o relatório foi cortado impiedosamente por um chefe de gabinete, homem de valor prático, mas que não era economista. O professor Guimarães achou aquilo um desaforo enorme, pediu demissão e foi embora. O departamento teve vários chefes, portanto, nos quase dez anos em que lá estive.

O Departamento de Estudos Econômicos tinha uma posição privilegiada, porque recebia informações importantes. Não havia banco central, o Banco do Brasil era um misto de banco central e banco de crédito agrícola e industrial, e nós tínhamos uma soma de informações realmente preciosas. Nossa biblioteca de Economia era uma das melhores – e das únicas. Acho que as bibliotecas do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e, talvez, a da Fundação Getulio Vargas (FGV), que estava começando, eram as únicas bibliotecas especializadas em Economia na época. Tínhamos uma atividade muito boa. Recebíamos a visita de banqueiros estrangeiros, de representantes de entidades oficiais e de instituições financeiras. Fazíamos as honras da casa. Assessorávamos o ministro da Fazenda, diretamente ou por meio da presidência do Banco do Brasil. Estávamos em contato com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o professor Giorgio Mortara, e iniciávamos trabalhos de estatística com índices Laspeyres, Paashe ou Fischer.

Lembro que fizemos algumas aplicações práticas de índices aos preços da agricultura e desfizemos alguns tabus da época, alguns erros grosseiros que havia na análise dos índices gerais de preços

agrícolas. O que se usava era um sistema muito cru: somava-se todo o valor e dividia-se o total pela quantidade. Era isso que saía nos relatórios do banco até por volta de 1943. Quando fui para lá, iniciei um ataque violento a essa "metodologia", mas só consegui vender a ideia a um diretor – que era engenheiro, bom matemático, e tinha muito bom nível – com algum custo. Apesar de engenheiro, apesar da matemática, ele não tinha se dedicado ao problema. Quando o procurei, ele me disse: "Já sei o que é, não precisa me explicar. Uma coisa compensa a outra. Pegue o valor total, rapaz, e não se preocupe em dar explicações". Só consegui convencê-lo porque houve um fenômeno curiosíssimo.

Tinha acontecido que, no período da guerra, não só subiram os preços agrícolas – todos os custos de produção subiram na época –, mas houve uma coincidência em termos de volume: a produção de cana subiu muito, e a de café caiu. A produção de cana, ao crescer, deu uma contribuição para o volume global somado, como ele queria; e a do café, ao cair, não deu um corte muito grande na quantidade, mas deu um corte na contribuição para o valor global. E esses dois fenômenos somados fizeram com que o preço médio, grosseiramente calculado como faziam, caísse durante toda a década de inflação. Aí consegui provar que ele estava errado. Eu disse: "Qualquer que seja o critério, por arbitrário que seja – o Laspeyres é arbitrário, o Paashe é arbitrário, e o Fischer é uma média geométrica dos dois –, se todos os índices individuais da série subiram, uns mais do que outros, e se todos subiram em dez anos de inflação, qualquer que seja a média ponderada, tem que dar uma elevação. Se eu acho uma queda, deve ter havido um erro. O critério que o senhor está usando está errado". Foi uma sorte, porque foi o único argumento. Ele aí viu que tinha qualquer coisa de realmente inconsistente.

As autoridades da área econômica não davam atenção a essas questões na época?

Isso se passava no Banco do Brasil. O Ministério da Fazenda tinha o doutor Bulhões, que, naquela época, já estava lá como assessor, mas isso era coisa que não passava pelo doutor Bulhões. Se passasse,

naturalmente ele liquidava o assunto. Mas ele já tinha tanta coisa para cortar!

Eu era o encarregado de fazer as análises – era muito jovem e ainda muito modesto, quietinho no meu canto, procurando não dar muito palpite aos mais velhos – e uma vez encontrei uma série estatística que dizia: "Café queimado no Brasil até esta data". Era uma série de dois anos, e depois vinha uma série mensal. Mas, como havia 5 ou 6 anos que não se queimava café, o funcionário zelosamente repetia a mesma cifra mensal! Eu, garoto, estranhava, e me diziam: "Deixa de bobagem! Deixou de ser importante a queima de café. Não é mais e não vai voltar a ser". Era importante, antes, que se pusesse aquilo no relatório do banco, mas agora não era mais. Então, propus que se tirasse. Foi um escândalo! Chegou até ao presidente. Era um homem que tinha sido suplente de deputado, um homem com *savoir-faire* e tudo mais. Ele examinou, coçou a cabeça e disse: "Olhe, volte aqui amanhã, e lhe dou uma solução". Para mim, o negócio era tão evidente! Voltei no dia seguinte e ele disse: "Vamos fazer uma coisa. Não dá mais para mudar esse negócio, está um pouco fora de hora. Vamos pensar com calma nesse assunto. Ano que vem, você apresenta o caso". Tive que esperar até o ano seguinte para conseguir o óbvio ululante! Fui obrigado a repetir a "cifra do café queimado no Brasil até esta data". Eram coisas desse tipo.

O relatório do Banco do Brasil continha análises elaboradas?

O relatório era mais descritivo. Era uma descrição da política de crédito agrícola, uma indicação elementar de legislação, às vezes, uma justificativa, copiando a que havia sido dada pelas autoridades. Não era um instrumento de análise, era um instrumento de relações públicas. Embora, do ponto de vista político, o relatório fosse a peça mais importante que o departamento fazia, fosse a peça-chave, internamente é que se fazia um trabalho mais sério, de crítica, só para a administração. Fazia-se análise de rentabilidade das agências, que tinha que ser feita por um outro departamento, mas acabava sendo feita pelo nosso.

Estudando Economia

Quando começou a estudar Economia, que autores o senhor lia?

Lia absolutamente tudo o que me caía nas mãos, principalmente aquelas traduções mexicanas da *Fondo de Cultura*, com capinhas cor de laranja. Eu também lia bem em inglês e os meus *textbooks* preferidos, por ordem de generalidade, eram o do [Paul Antony] Samuelson, mais simples, cuja primeira edição li em 1948, e o do Kenneth [Ewart] Boulding, um trabalho mais acadêmico e seguramente o melhor que havia na época. Tínhamos que fugir de alguns livros que, mesmo os novatos sabiam, estavam ultrapassados, como a *História das doutrinas econômicas*, do Charles Gide. Esse até que ainda passava na parte histórica, mas, quando entrava na atualidade, deixava muito a desejar. Era um defensor do padrão-ouro, da moeda metálica. No Brasil, não havia nada que se aproveitasse, a não ser os *Princípios de economia*, do doutor Gudin. Alguns autores locais eram realmente tristes. Havia, por exemplo, um camarada chamado J. Papaterra Limongi. Que desgraça! Não quero fazer injustiça, mas o único livro-texto brasileiro que havia na época e que me impressionou não era nem de um economista, e sim de um filósofo, uma cabeça fora do comum, Djacir Meneses. Era um compêndio de economia política, em que ele privilegiava as ligações da política econômica com outros aspectos, como a sociologia.

Lia-se [John Maynard] Keynes na época?

Todo mundo lia Keynes, mas ninguém entendia. Era uma tortura mental, porque ele lançou um vocabulário novo, não qualificou as coisas, mudou coisas no meio do caminho. A *Teoria geral* é um livro extremamente difícil e, inclusive, inacabado. Ele resolveu publicá-lo em três anos e escreveu-o na ponta dos joelhos. Não queria esperar para divulgar certas ideias e, aliás, fez bem em não esperar. Mas todo mundo ficava repetindo certas coisas, como "demanda para transações", "demanda para liquidez", coisas que ainda vinham do seu *Tratado da moeda*, realmente um tratado fabuloso, onde o doutor Gudin se inspirou para o seu livro e onde Keynes aparecia como um

economista clássico. Mas a novidade mesmo era a *Teoria geral*, que também tinha muitos trechos de boa leitura. No meio do livro, o estilo dele muda, há algumas piadas, umas boas tiradas. Eu tropeçava a todo momento, o que eu atribuía à minha ignorância, à minha dificuldade de perceber. Hoje, vejo que o livro é realmente mal escrito do ponto de vista metodológico.

Sobre o comércio internacional, o livro clássico era o do [Gottfried] Haberler. Havia também um livro sobre tarifas de um brasileiro: *Tariffs*, de Octávio Paranaguá, livro-texto incluído na bibliografia das universidades americanas. Octávio Paranaguá era um brasileiro curioso que viveu sempre no exterior. Quando foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi trabalhar lá e acabou sendo diretor por dez anos. Conhecia tarifas a fundo, mas depois se desinteressou da parte acadêmica, parou de estudar. Mas o seu livro, em certo momento, fez parte da bibliografia internacional. Era um homem de uma vivência imensa. Tinha negociado em Genebra por muitos anos, na época em que morava na Europa.

Havia ainda o pessoal que depois iria constituir o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).[1] Alguns anos depois, já na segunda metade da década de 1940, fui ter contato com Rômulo [Barreto] de Almeida, que mais tarde foi para o gabinete da Presidência com Getulio. Na Confederação Nacional da Indústria (CNI), fiz contato com o Evaldo Correia Lima, um economista de muito valor, que passou uns anos no exterior, foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi do Iseb, mas depois, perdeu um pouco o *élan*. Um deles, nos anos 1940, traduziu os *Principles* de Marshall![2] Havia uns heróis desse tipo, naquela época.

---

1 O Iseb foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto 37.608, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Destinava-se ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, com aplicação da análise, compreensão e crítica da realidade na promoção do desenvolvimento nacional. Participaram do conselho curador do Iseb, na época de sua criação, Ernesto Luís de Oliveira Junior, Hélio Jaguaribe, Anísio Teixeira, Roberto de Oliveira Campos, Roland Corbisier (diretor executivo), Hélio Cabal, Temístocles Cavalcanti e Adroaldo Junqueira Aires. O Iseb foi um forte núcleo de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista. Desapareceu em 1964. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*.Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

2 Ver MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. Rio de Janeiro, Epasa, 1946, trad. de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch.

Da mesma forma, [Otávio Augusto] Dias Carneiro traduziu o livro do Samuelson, que foi editado aqui em 1951, se não me engano. Dias Carneiro era um sujeito genial, mas era do Itamarati, tinha passado anos no exterior e tinha esquecido o português, de modo que a tradução ficou muito ruim. Ele inventou neologismos, esquecendo que, às vezes, já existia uma expressão consagrada em português. Ficou uma coisa pernóstica.

Hoje em dia isso é muito comum...

Ainda é comum, é natural. O sujeito conhece melhor o vocabulário em inglês porque estudou mais em inglês. Dias Carneiro era um homem brilhante, fora do comum. Traduziu aquilo com muito boa vontade, sem ganhar nada. Prestou esse serviço, e a tradução, mesmo feita às carreiras como foi, teve sua utilidade. Depois fizeram outra tradução completamente diferente.

Qual era o pensamento econômico mais influente no Brasil nos anos 1940?

Na década de 1940, ainda havia uma velha guarda ultrapassada que lia alguma coisa em francês. Isso evidentemente não incluía o doutor Gudin, nem o doutor Bulhões, mas, tirando esses homens de valor extraordinário, o resto ficava muito atrás, repetindo livros-textos franceses da década de 1920. Mesmo a gente nova, que ainda estava engatinhando, notava aquilo. Comecei a dar cursos ainda muito cedo. Lembro que uma vez o [Israel] Sartini, um jornalista conhecido, baixinho, de olhos arregalados, muito vivo, tentou me testar. Eu estava dizendo uma coisa muito elementar sobre moeda, e ele me interrompeu: "Professor, estou lendo um livro de uma autoridade e notei uma discrepância em relação ao que o senhor está dizendo. Gostaria que me explicasse". Respondi: "Ora, com muito prazer. Em primeiro lugar, quem é o autor do livro?". Ele me disse que era o Charles Gide. Eu disse: "Já começou mal. Autoridade notável, mas totalmente ultrapassada. Não leia esse livro, a não ser como curiosidade histórica, senão você vai ficar adorando o padrão-ouro fora de época". O Sartini estava achando que tinha me apanhado pelo pé. Logo depois, vinha um outro e me citava o senhor Papaterra Limongi. Esse

nem em sua época tinha sido bom. Era daqueles sujeitos de quem o doutor Gudin, ainda agora, no seu aniversário, semana passada, disse: "Casimiro, veja só, uma vez disseram que o Papaterra Limongi era muito bom porque tinha 80 livros publicados. Perguntei quantos e me repetiram: 80. Então eu disse que ele só podia ser uma besta! Não é possível! Não há sujeito inteligente que produza 80 livros!". Havia também um gozador muito grande, o Tolstoi Klein, que era um fabricador de livros. Com muito talento para o jornalismo, ele lia e copiava livros americanos, franceses, mas descaradamente. Produzia livros aos tombos, não muito grossos, inclusive para facilitar a cola.

Havia então, naquela época, um contraste muito grande: algumas pessoas realmente notáveis, uma velha guarda ultrapassada e um pessoal novo, lendo muito o inglês, não lendo mais o francês. Havia exceções nos autores franceses, e alguns nos visitaram aqui, como o Raymond Barre, antes de entrar na política, e o Alain Barrière, jovem economista e professor. Não obstante, a influência passou a ser realmente americana e inglesa.

Experiência na Cexim

O senhor nos disse que ficou cerca de dez anos na Seção de Estudos Econômicos do Banco do Brasil. E depois?

Em fins de 1950, começo de 1951, fui convidado a ir para a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), que não tinha muito bom nome, pois havia alguns casos de corrupção. Eu não estava muito motivado, mas assumiu como diretor da Cexim o doutor [Luiz] Simões Lopes, que trouxe gente boa. Vi que ia funcionar bem, porque ele tinha uma tradição de montar equipes competentes, prestigiá-las, dar-lhes apoio e deixá-las trabalhar. Essa é a marca do doutor Simões Lopes. Ele já tinha dado uma demonstração brilhante no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e tinha prestígio pessoal. Getulio ainda estava mandando – aliás, ele tinha saído e estava voltando vitorioso nas eleições. Eu disse: "É uma oportunidade excelente para trabalhar". Aceitei o convite e fui trabalhar como subassessor na assessoria técnica da Cexim.

É curioso referir duas personalidades bastante conhecidas, que estavam chegando ao Brasil naquela época e que também começaram a trabalhar na Cexim. Uma era [José] Garrido Torres, que tinha sido chefe do escritório comercial do Brasil, em Washington, por dez anos. Nunca tinha trabalhado aqui, mas era muito conhecido por via indireta, por pessoas que passaram por lá ou viram trabalhos que ele mandava. Aceitou o lugar de diretor da *Conjuntura Econômica* e de assessor do doutor Simões Lopes.

Estava chegando também Roberto Campos, jovem e ainda não conhecido aqui. O doutor Simões Lopes tinha-o encontrado numa reunião internacional e ficou entusiasmado com sua inteligência. Ele era do Itamarati, tinha trabalhado muito tempo fora nos primeiros anos da carreira, mas já tinha se notabilizado pelo brilho com o qual assessorava as reuniões das quais participava. O doutor Simões Lopes tomou conhecimento de que Roberto estava de volta e pediu que ele fosse ser seu assessor. Essa foi a primeira função governamental do Roberto Campos no Brasil, fora do Itamarati. Trabalhamos juntos, nós dois, fazendo diagnósticos de alguns problemas especiais, inclusive um reexame do setor de preços da Cexim, porque o doutor Simões Lopes queria que pessoas de fora, com um olhar inteiramente novo e fresco, examinassem isso, embora valendo-se das informações e consultando os profissionais do ramo.

Roberto Campos, Garrido Torres e eu formamos um time de assessoramento do doutor Simões Lopes. Outra pessoa que deu uma contribuição muito importante na Cexim foi Arnaldo Válter Blank. O Válter tem uma experiência enorme. Naquela fase, foi um dos que ajudaram a montar a indústria nesse país. Mas ficou por trás do pano. Nunca escreveu nada, nunca fez uma conferência, embora tenha um conhecimento enciclopédico. É de um valor extraordinário, haja vista que está há uns cinco anos no grupo Antunes. Começou como diretor financeiro e hoje é presidente-geral da *holding*, o número um depois do doutor [Augusto Trajano de Azevedo] Antunes, o que confirma seu valor pessoal, pois não é parente do doutor Antunes e nem é homem rico.

Em 1953, a Cexim foi extinta pela Instrução 70.[3] Houve surpresa diante da extinção do órgão, na época?

Na verdade, não houve extinção. Mudaram o rótulo, e criou-se a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex). Seria preciso conferir o meu ponto de vista com o de outras pessoas, pois posso estar enganado, mas tenho a impressão de que aquilo foi mais uma satisfação política, porque a corrupção campeou. Depois que o doutor Simões Lopes saiu, a administração piorou muito. Na verdade, bastam 3 ou 4 funcionários corruptos para mudar o nome de uma instituição inteira. Eu diria que mais de 90% do pessoal era de primeira categoria, mas havia uma onda muito grande. Vocês sabem muito bem, porque já estudaram isso, que, num sistema de controle direto combinado com uma taxa artificial de câmbio, uma licença na mão de um indivíduo é como um prêmio de loteria. Isso estimula a corrupção tremendamente.

Havia o corrupto sofisticado, extremamente hábil; havia os inábeis, que tiravam a licença da ordem alfabética e passavam para cima; e havia, ainda muito mais grave, o estelionatário, que falsificava o despacho. Mas esses casos foram raros. O mais comum era feito com grande habilidade, embora não deixasse de ter uma conotação moral muito séria. Havia, por exemplo, casos difíceis, que duravam 2 ou 3 meses, por causa das exigências e dificuldades. O funcionário então acompanhava o despacho do gerente e, se favorável, saía correndo para a empresa e dizia: "Sei que vocês estão sofrendo há meses...". O requerente confirmava: "Realmente, já estou desesperado. Falei com o gerente, já fiz até uma cortesia com o diretor. Fizeram exigências, cumpri... não aguento mais!". Aí, o funcionário fazia a oferta: "Bom, se o senhor me der uma comissão – sem recibo, sem nada, evidentemente –, amanhã, ou no fim do expediente de hoje, a licença estará pronta". O requerente exclamava: "Não é possível! Eu já falei com Deus e todo mundo!". O funcionário retrucava: "Vamos fazer

3 A Cexim, desgastada por denúncias de corrupção envolvendo a concessão de licenças de importação, foi substituída pela Cacex, passando esta, então, a regular o sistema de câmbio múltiplo. Essas determinações, entre outras, foram estabelecidas pela Instrução 70 da Sumoc, de 9 de outubro de 1953. Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

uma coisa: o senhor só dá o dinheiro depois que estiver com a licença na mão e verificar que não é falsificada". O homem da empresa verificava que a licença era verdadeira mesmo e pagava a comissão. Mas botava a boca no mundo: "Está todo mundo roubando, do diretor ao contínuo! Sofri três meses, falei com Deus, com todo mundo e não saía nada. Agora, soltam no mesmo dia! O sujeito vem aqui, pede comissão e no mesmo dia me traz a licença!".

Eram malandros, jogavam as cartas certas. Dentro da organização, eles não tinham feito nada! Não passaram à frente na fila, não falsificaram nada. Ficava difícil descobrir lá dentro da Cexim, pois não havia nenhuma irregularidade. E a firma não denunciava o sujeito, com medo: "Esse pode não ser o único corrupto... talvez o chefe dele seja corrupto também, me põe numa lista negra e amanhã me aperta aí dentro". Eles ficavam com raiva, falavam pelos cantos, mas não denunciavam o funcionário. Deviam denunciar!

Além disso, havia o problema dos espertinhos – esses não chegavam a ser corruptos, pois não eram funcionários – que ficavam na frente do quadro verde em que se afixavam os resultados antes de mandar para o *Diário Oficial.* O sujeito ficava ali, fumando, conversando com o contínuo, tomando cafezinho. Quando se afixavam os resultados, ele anotava, saía correndo para a empresa e dizia: "Tenho elementos para acelerar o processo. Não sou funcionário, mas tenho um funcionário que pode ajudar". O camarada respondia: "Bem, se vier a licença verdadeira, eu posso te dar a comissão". E a licença já tinha sido dada! Por isso é que havia muito malandro que não era da Cexim, mas ficava por ali olhando. Havia gente que não aceitava: "Não, espera aí. Eu hoje telefonei para lá e me disseram que a licença já saiu! Você não está arranjando nada, isso é conversa fiada!". Mas, às vezes, pegava.

Tudo isso criou um clima de corrupção, sem falar na parte política. Eu não conheço, nunca li os processos, mas, segundo parece, houve mamata política. A Cexim passou a ser nome feio, e era preciso mudar. Foi uma decisão política extinguir a Cexim. Mas, como não se podia extinguir o controle de exportação e importação, criou-se a Cacex. Mudou-se o nome, a tabuleta. O órgão continuou.

Entrando para a Sumoc

Quanto tempo o senhor permaneceu na Cexim?

Um ano e meio, mais ou menos. Em 1952, Walter Moreira Sales, que era diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), resolveu aumentar o Departamento Econômico lá, e fui convidado para trabalhar na assessoria técnica da Sumoc.

Como estava organizada a Sumoc quando o senhor entrou?

Como sabem, foi o doutor Bulhões que redigiu o decreto-lei que criou a Sumoc em 1945. E o fez não apenas com competência técnica, mas com grande habilidade, porque estava ciente de que, encerrada a ditadura, se tentasse arrancar do Congresso uma lei, não sairia. Haveria sempre oposições. Aproveitou então que o governo tinha poderes para baixar decreto-lei "para vender o peixe dele" sem depender do Congresso. E fez muito bem, porque se não tivesse feito aquilo, não teria saído nem a Sumoc.

O doutor Bulhões criou a Sumoc como um embrião do BCB, como diz o próprio texto do decreto-lei. Mas, na prática, a Sumoc ficou como mero órgão de fiscalização, de inspetoria, e de estudos econômicos, encarregado da autorização de cartas patentes de bancos e instituições financeiras. Não era mais que isso. Os depósitos compulsórios, que deveriam ir para uma caixa especial da Sumoc, jamais foram. Apesar dos esforços posteriores do doutor Bulhões junto às autoridades que estavam no poder, jamais se constituiu a caixa separada da Sumoc. Do ponto de vista financeiro, portanto, a Sumoc virou uma espécie de apêndice do Banco do Brasil.

Houve uma resistência muito grande do próprio funcionalismo do Banco do Brasil em deixar a Sumoc se desenvolver. Muitos funcionários do banco foram para lá e deram uma contribuição brilhante, excelente, em várias especialidades, mas a orientação geral, nunca escrita, nunca posta no papel, era no sentido de que a Sumoc não devia dar o pulo para o BCB. O argumento que fez com que se cometesse esse erro histórico era: "O Banco do Brasil está aí e pode

ser um banco central misto; então, para que desenvolver a Sumoc?". Com isso, não se criou um *staff* próprio da Sumoc. As pessoas eram contratadas apenas para cargos subalternos e eram desestimuladas em todas as oportunidades, para que considerassem aquilo uma coisa temporária e arranjassem coisa melhor. É impressionante a política de pessoal seguida em relação à Superintendência. E o pior é que era gente boa e de boa carreira, mas que estava honestamente convencida de que era realmente um crime fazer o Banco Central fora do Banco do Brasil. Isso explica porque a Sumoc não conseguiu se transformar no Banco Central em seu primeiro período. Praticamente ela não cresceu.

Quando fui para a Sumoc, já estava lá o Herculano Borges da Fonseca, do quadro de advogados do Banco do Brasil mais estudioso de assuntos econômicos, de que ele gostava, embora nunca tenha deixado o lado jurídico. Chamamos Sidney Lattini, um economista da nova geração extremamente entusiasmado para fazer coisas. Começamos a programar certos estudos novos, por volta de 1952-1953, e foi assim que me tornei chefe da Seção de Estudos Econômicos da Sumoc.

Se a Sumoc, até então, não tinha crescido, o senhor, na verdade, participou da implantação da Sumoc.

Sim. Hoje, muita gente olha para aqueles tempos passados e acha que tudo era mais fácil. [João Paulo dos] Reis Veloso, por exemplo, diz: "Casimiro, hoje é uma trabalheira. Há tantas coisas que tomam tempo, pressões internas...". Eu digo: "Te consola. Você não trabalhou no meu tempo e no do Roberto. Hoje está uma maravilha, inclusive há equipes de gente qualificada!". Naquela época, não havia equipe, não havia um *staff* com base acadêmica, havia um pessoal prático. A gente tinha que fazer as coisas sozinho. Para se obter a nomeação de uma pessoa, era um inferno. De vez em quando, vinha nomeado um sujeito errado. Era filho de senador, não servia para nada e ficava encostado lá, sem trabalhar. A organização da Sumoc foi uma epopeia!

Há pouco tempo, faleceu o doutor José Soares Maciel Filho. Quando ele chegou lá, ficamos apavorados. Era um político de linguajar meio largado e, de vez em quando, dizia uns palavrões. Mas, paradoxalmente, ele deu um impulso enorme à Sumoc. Dos diretores anteriores, Walter

Moreira Sales ficou algum tempo, começou a desenvolver e depois foi embora; em seguida vieram uns elementos muito conservadores, que não queriam mexer em nada. O pessoal do Banco do Brasil ficava lá, botando o pé em cima. Ninguém queria gastar nada. Quando o doutor Maciel Filho chegou, nós apresentamos os planos, e foi ele quem desenvolveu a Sumoc. Ele disse: "Olhem, isso aí vai custar dinheiro e vai precisar de gente". Confirmei: "Vai". Ele continuou: "Em primeiro lugar, acredito que vocês entendam do assunto, estejam bem-intencionados, e não gosto de ir para um lugar e não realizar nada. Por outro lado, vou ter que nomear um bocado de gente a pedido de políticos, de modo que as duas coisas combinam muito bem". Retruquei: "Acho que combinam muito mal... nós precisamos escolher gente categorizada. Se vem pistolão político, não se resolve nada. O sujeito não vai querer trabalhar". Ele disse: "Não, nem todo pistolão político é assim. Tem muita gente cujo pai é importante e pede, mas é rapaziada boa". Eu exclamei: "Mas isso não é critério de escolha!". Ele: "Mas tem que ser. É a concessão política. Vamos fazer uma coisa: vou nomear essas pessoas para cargos secundários. Vocês nomeiam os chefes e subchefes e, às vezes, um assessor qualificado e de confiança. O resto, que é de remuneração inferior, eu vou nomear. Mas vocês vejam as fichas dessa gente, experimentem o sujeito e, se o camarada não prestar, me mandem. Aí eu chamo o pistolão dele e digo".

Ou então: "Fulano, por ser senador e apoiar o governo, tem direito a ter dois analistas classe A". Perguntamos: "Mas por que analista classe A? Esse é o fim da carreira!". Ele: "Senador tem direito a botar um camarada em fim de carreira". Perguntamos de novo: "Bem, e deputado?". Ele: "Deputado é classe B". Aí o Lattini perguntou: "E vereador?". Ele: "Vereador a gente manda àquela parte! Vereador não tem pistolão aqui!". Ficamos profundamente desalentados com aquilo. Ele disse: "Olhem, eu tenho o nome deles todos aqui no fichário. A minha secretária é muito bem organizada e botou tudo aqui. Tem trezentos e tantos nomes". Aí eu pedi: "O senhor quer ler alguns para ver se a gente conhece?". Ele começou: "Senador Alencastro Guimarães, governador Régis Pacheco...". O pessoal disse: "Espera aí! Essa gente vem trabalhar conosco?". Ele: "Não, esses são os pistolões! Mandei organizar os nomes dos pistolões, os dos camaradas eu não sei! Eles

vão mandá-los e vocês examinem...". O curioso é que 80% dos empistolados deram certo e 20% não deram, sendo que apenas 1% era porcaria mesmo, mau caráter, e foi posto na rua. Os outros foram sendo afastados, foram indo embora, e 80% eram gente muito boa, que se interessou. Uns eram de boa família, mas estavam meio encostados, meio sem sentido na vida, interessavam-se por Economia, tiraram o curso, tornaram-se economistas e estão na carreira. Começaram lá, um pouco desajustados, mas foram motivados e deram certo. Começou nessa base. Houve verba à vontade, e inclusive o doutor Maciel Filho arrostou a má vontade dos funcionários do Banco do Brasil.

Depois de Maciel Filho, veio o professor Bulhões. O senhor deve ter gostado!

Exato: quando o Getulio morreu, saiu o Maciel Filho e veio o doutor Bulhões. Aí nós batemos palmas, porque o Maciel tinha feito um desenvolvimento fabuloso, e o doutor Bulhões vinha agora coroar, dar uns retoques finais na organização. Já encontrou aquilo organizado, encontrou seus alunos e amigos lá dentro, de modo que foi uma festa.

Professor e assessor

O senhor nos contou que, desde o início de sua carreira no Banco do Brasil, teve contatos com o doutor Gudin e com o doutor Bulhões. Como o senhor vê o papel dessas duas personalidades na formação dos economistas brasileiros?

A influência dos dois foi enorme e tem várias facetas. Talvez a principal se constitua no exemplo que deram e no entusiasmo que despertaram. Eram duas pessoas extremamente competentes e com um espírito público muito grande. Entusiasmados pela profissão e com uma boa vontade imensa para com os mais novos, eles orientavam, motivavam. Além do prestígio e da influência pessoal que tinham e continuam a ter, motivavam sobretudo pelo exemplo que ofereciam. E o fizeram das mais variadas formas.

Como comecei trabalhando com moeda e crédito no Banco do Brasil, desde cedo me inclinei para essa área, que era a do doutor Gudin, e desde logo fiquei muito chegado a ele. Inclusive, às vezes, eu fornecia estatísticas e trocava impressões com ele. Anos mais tarde, em julho de 1956, o doutor Gudin se aposentou, ou melhor, foi jubilado da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, da qual era catedrático, porque fez 70 anos. Ficamos todos muito tristes. Ele estava com um vigor extraordinário, queria continuar a dar aulas, mas teve que deixar a faculdade por uma questão legal, de idade. Aposentou-se junto com o catedrático substituto, Ferreira Neto, e então indicou Roberto Campos e a mim para os substituirmos na cátedra. Naquela época, eu, que era bacharel em Direito, já tinha feito cursos isolados de pós-graduação na *London School of Economics*. Fomos nomeados. Roberto ficou como catedrático interino e eu, como assistente, substituto eventual do Roberto. Mas, em vez de ficarmos os dois dando a mesma matéria, dividimos: eu fiquei encarregado de dar teoria monetária para o segundo ano, e Roberto dava política monetária para o terceiro. Esse foi o ponto alto da minha associação com o doutor Gudin, refletindo nossos vários anos anteriores de contato e estudos. A influência dele e do doutor Bulhões foi enorme. Eu poderia ficar falando horas, dando exemplos de como eles orientaram, ajudaram e estimularam toda uma nova geração de economistas, dando realmente seriedade à profissão no país, mesmo antes de ela ser oficialmente regulamentada.

Como foi sua ida para a London School of Economics *em 1955?*

Foram o doutor Gudin e o doutor Bulhões que resolveram patrocinar o meu aperfeiçoamento em Londres. Eles estavam formando gente para trabalhar no futuro banco central, que levou anos sem sair, mas que eles esperavam que saísse. Fui treinado para isso, como outras pessoas. Os dois escreveram ao Lionel Robinson, que era o diretor da *London School*, pedindo que organizasse um curso para mim. E, ao mesmo tempo, escreveram para a diretoria do Banco da Inglaterra, pedindo que fizessem o *training* de um *special guest* – era um *training* de alto nível, mas *training*. Fiquei em Londres vários meses, indo ao Banco da Inglaterra durante o dia, visitando

departamento por departamento, falando com o chefe, almoçando com o sujeito, visitando a diretoria – em suma, observando a filosofia e o funcionamento operacional do Banco da Inglaterra. E, à noite, eu ia à *London School*, fazer um curso especializado de moeda e crédito, com o professor [Richard Sidney] Sayers, principalmente. Uma autoridade em banco central, o Sayers. Havia ainda o [Frank Walter] Paish e mais alguns. Assistia a seminários sobre bancos e visitava instituições da *City*. Principalmente, os *Moletins Banks*, que eram os que mais entendiam do ofício. Principalmente, o *Baring Brothers*, cuja família foi a que mais deu diretores do Banco da Inglaterra nos últimos duzentos anos. O seu principal acionista e *chairman* – hoje ele não é mais *chairman*, já foi – foi também *chairman* de vários comitês da rainha, diretor-executivo da Inglaterra no FMI, presidente do Banco da Inglaterra no governo conservador, e embaixador de Sua Majestade em Washington. Essa era a gente com a qual eu conversava. Estagiei lá com grande prazer.

Sabemos que, no início do governo Juscelino, em 1956, o senhor se tornou assessor do ministro da Fazenda, José Maria Alkmin. O senhor já o conhecia?

Não o conhecia. Durante a campanha do Juscelino, Lucas Lopes, seu homem de confiança, que gostava muito do Roberto Campos, convidou o Roberto para coordenar a parte econômica do programa de governo. E eu, Denio Nogueira, Lattini e várias pessoas fomos convidados para ajudar a fazer o programa de controle da inflação. Quando começou o governo, a pedido do Roberto Campos, fui convidado para ser consultor especial, em tempo parcial, do Conselho do Desenvolvimento, que foi uma coisa inteligente feita pelo Juscelino, depois feita de novo pelo Velloso. Acho a ideia muito válida, muito feliz. O Conselho era uma reunião de ministério para assuntos de política econômica, presidida pelo presidente da República, e o que funcionava mesmo era a secretaria-geral, com Lucas Lopes. Ele nomeou alguns consultores especiais, porque não queria colocar pessoas em regime de *full-time*. Acho interessante a ideia de engajar a cooperação de gente que não tem tempo de ir para cargo governamental, mas pode, uma vez de 15 em 15 dias, perder 2

ou 3 horas e discutir assuntos de interesse do governo. Fiquei como consultor do Conselho do Desenvolvimento para assuntos de moeda e crédito; o Lattini ficou para assuntos de balanço de pagamentos; Glycon de Paiva [Teixeira], para assuntos de mineração; [Francisco Clementino de] San Tiago Dantas, para assuntos jurídicos. Havia uma dezena de pessoas que se reuniam de vez em quando com Lucas e Roberto, para discutir assuntos de política econômica.

Lucas e Roberto, então, indicaram o meu nome para ser assessor pessoal do ministro Alkmin: ele não conhecia economia, era político, e precisava de um economista. Tinha o FMI para negociar. Eu recebia as missões do FMI desde 1952 na Sumoc, conhecia todo mundo, era identificado com o pensamento do Roberto e do Lucas, de modo que eles me indicaram. Eu, aliás, no começo, não quis aceitar. Estava muito feliz na Sumoc, fazendo um trabalho sério com a minha equipe e ainda tinha o Conselho do Desenvolvimento. Meter-me com político... eu disse: "Não tenho jeito para lidar com político, Roberto". Mas ele me convenceu: "Você precisa ir, é importante. Ele é o ministro da Fazenda e está tomando decisões. E não nos ouve. Não gosta de mim e tem uma birra com o Lucas. Você tem que aceitar, para ser o elemento de ligação". Aceitei de má vontade, mas o Alkmin gostou tremendamente de mim e me absorveu muito. E eu tive um aprendizado político, no bom sentido, vendo um político como ele operar.

Falava-se muito mal do Alkmin, mas ele era um político de grande habilidade. Era um homem extremamente educado, um homem sério, não era de negociatas. Estava querendo administrar bem e ouvia os técnicos – não os seguia, porque consultava Juscelino e os outros, e chegava à conclusão de que não podia seguir. Mas ouvia, até as 11 horas da noite, e tínhamos oportunidade de debater longamente com ele. Alkmin era um mineiro de mão fechada, não se compara aos homens de hoje. Eu, que era tão rigoroso com ele, hoje o acho um sujeito extraordinário. Diziam: "Ah, o Alkmin enrola as pessoas". Enrolava, mas para não pagar, para não soltar o dinheiro. O sujeito ficava uma fera, porque ele prometia que ia soltar – não gostava de dizer "não" – e não soltava. Mão aberta era o Juscelino.

Quem estava no setor técnico achava que o Alkmin não devia fazer nenhuma concessão política. "Não deviam construir Brasília!", essa era a nossa posição. Hoje, à distância, vejo Alkmin com outros olhos. Mesmo alguns defeitos do Juscelino vistos hoje, à distância, parecem menos graves.

O senhor, pelo visto, trabalhou muito nesses anos 1950.

Sim. Eu era assessor pessoal do ministro para assuntos monetários internacionais, consultor do Conselho do Desenvolvimento, e depois me tornei membro do Conselho de Política Aduaneira. Tinha participado dos estudos para a sua criação e fui nomeado membro. E, de manhã cedinho, era professor da faculdade. Já dava para me distrair.

Capítulo 2

Política Cambial no Brasil dos Anos 1950

Início dos anos 1950: a festa das importações

Em 1951-1952, as importações brasileiras chegaram a ultrapassar 1,7 bilhão de dólares, quase o dobro da média do período 1947-1950. Isso fez com que o país acumulasse atrasados comerciais de quase um bilhão de dólares. A maior liberalidade na concessão de licenças de importação pela Cexim decorreu, efetivamente, como se diz, do receio de que a Guerra da Coreia detonasse uma nova guerra mundial, e o suprimento de matérias-primas e o acesso a bens de capital fossem cortados?

Vários fatores se somaram para que se criasse essa situação. O principal foi a desatualização da taxa cambial. Em 1950, ela continuava defasada, pois ainda não havia saído a Resolução 70, que foi o primeiro esforço de atualização. Exceto no câmbio negro, que fazia um ajuste espúrio, a taxa oficial continuava naquela base de 18,72 cruzeiros o dólar.[4] Em vez de atualizar a taxa, fazia-se controle das importações para propiciar certo equilíbrio no balanço de pagamentos. Era uma situação insustentável, porque a inflação continuava internamente, não a taxas elevadas, mas continuava. Portanto, ficava cada vez mais barato importar, o estímulo à importação era cada vez maior. Daí a pressão para o licenciamento.

Nessa conjuntura, surgiu a Guerra da Coreia e o medo de que faltassem matérias-primas importantes. Criou-se então um grupo de

4 O Brasil fixou a taxa de câmbio em 18,72 cruzeiros por dólar no contexto do acordo internacional que criou o FMI. A Instrução 70 da Sumoc, de 9 de outubro de 1953, editada na gestão de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda, introduziu taxas múltiplas de câmbio para importação e exportação. As importações foram divididas em cinco categorias, segundo o critério de maior ou menor essencialidade, e o câmbio passou a ser vendido em leilões nas bolsas de valores. As taxas de câmbio para os produtos de exportação também diferiam conforme se tratasse de café, cacau etc., e os exportadores tinham direito a um bônus sobre essas taxas. O sistema de bonificações então instituído passou a ser objeto de pressão dos cafeicultores, nunca satisfeitos com o bônus do café. Ver *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes, depoimento*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade/CPDOC-FGV, 1991.

trabalho, chefiado pelo Blank, chamado Grupo Misto de Produtos Especiais, ou uma coisa assim. Era um grupo interdepartamental do governo, incluindo representantes do Itamarati e de outros órgãos. O objetivo era montar uma estratégia com relação ao licenciamento de certas matérias-primas essenciais. O negócio começou muito racionalmente, diante do fato da desatualização da taxa cambial. Havia cobre, enxofre e uma série de produtos essenciais que era preciso pôr numa lista à parte. Inclusive, naquela altura, os Estados Unidos já estavam controlando, fazendo *stockpiling* desses produtos por causa da Guerra da Coreia. Era preciso sair correndo atrás de pistolão americano para os Estados Unidos permitirem a venda. Não se sabia até onde iria a guerra. Poderia realmente degenerar em um conflito mundial.

Em um dado momento, verificou-se que todo aquele sistema de controle de importações era um empecilho. Muitos homens de negócios foram ao governo e disseram: "Isto é um absurdo, vocês estão fazendo quota para produtos que o Brasil talvez nem consiga comprar. Pelo amor de Deus, guardem o controle para os não essenciais!". O governo decidiu abrir, e abriu. Mas o problema é que, a cada dia, chegava uma nova solicitação para engordar a lista dos essenciais. E surgiu aquele velhíssimo problema: o que é essencial e o que não é essencial? O fenômeno típico era que, a cada semana, tomava-se uma decisão, alargando a lista dos materiais que deviam ficar livres de licenciamento e ter mais oportunidade de importação. Era fio de cobre, era isso, era aquilo. Chegou-se a um ponto em que se começou a pedir peça de automóvel. Havia uma argumentação pronta para isso: "Nós não temos indústria de automóvel nem de caminhão" – naquela época, tínhamos montagem, apenas. "Suponhamos que o conflito da Coreia se prolongue e volte uma situação como a da guerra" – o conflito ainda estava muito fresco na memória, estava-se em 1950-1951, desde 1944-1945 eram decorridos 5 ou 6 anos apenas. "Na época, não se podia importar nada! Os caminhões arrebentavam, não se podiam importar peças, e todo o nosso equipamento de transporte ficou em pedaços!". Como o perigo era muito iminente, decidiram que peça para caminhão também era essencial, pois nós não produzíamos. Primeiro foi peça

para caminhão, depois, para automóvel, porque, afinal, "automóvel serve para médico e para muita coisa, não é só para *playboy*". No final, houve um ano em que se importou uma quantidade enorme de buzinas para automóvel. Aí virou piada. No final das contas, abriu-se para tudo o que o Brasil não produzia e de que precisava.

O ruim não foi o abrir em si. A verdade era que o pessoal pensava: "O sistema restritivo vai voltar e, se não aproveitarmos essa folga agora para pedir o quanto de licença for possível, nunca mais teremos outra oportunidade". Toda vez que se abre um pouco um sistema de restrição, há a tendência psicológica de o sujeito pedir mais do que precisa, porque ele está pensando no amanhã: ele pode precisar e não ter. Depois, havia o estímulo brutal da taxa de câmbio. A taxa também podia mudar, os economistas já começavam a criticá-la. Como havia expectativa de mudar a taxa e expectativa de se voltar a um sistema mais restritivo, esses fatores induziram o pessoal a pedir além do necessário. O ponto de vista do governo era: "Não tem importância. Eles pedem demais, mas não conseguem importar. Mais tarde, essas licenças caducam" – as licenças possuíam seis meses de prazo. O problema foi que as licenças foram renovadas. Os interessados conseguiram, se não me falha a memória, a interpretação judicial de que tinham direito permanente, embora fosse muito claro que as licenças tinham seis meses de validade, ou no máximo um ano, quando era para equipamento, justamente para permitir à autoridade inverter o processo. Quando a questão da Guerra da Coreia amainou e se verificou que o conflito não ia degenerar em guerra mundial, foram-se computar as licenças – pela primeira vez se fez estatística de licença, coisa que não existia –, e as autoridades ficaram assustadas com o volume que ainda poderia ser importado, sem falar no que já havia sido comprado. Tentou-se tornar as licenças sem valor, mas as pessoas foram aos juízes, arrancaram mandados de segurança; e os juízes, contra toda orientação do Executivo, resolveram dar prorrogações. Alguns chegaram a dar com garantia de taxa cambial, o que era uma irregularidade enorme. Não se tinha fechado o câmbio! Naquela época, o indivíduo ficava na fila para fechar o câmbio.

O aspecto mais grave de todos, a distorção mesmo, não foi o licenciamento excessivo, porque, caso houvesse uma taxa correta de

câmbio, ninguém importaria demais. O licenciamento à vontade estava certo. A distorção veio principalmente do fato de que a taxa de câmbio não estava com o valor correto.

O argumento daqueles que não queriam mexer na taxa de câmbio era que o café continuava sendo o principal produto de exportação do Brasil. A desvalorização poderia estimular a exportação de outros produtos, mas, no tocante ao café, o fato de a demanda internacional ser inelástica em relação a preços poderia causar uma redução nas receitas.

É verdade. No caso do café, o preço poderia cair e, no curto prazo, reduzir a receita cambial total do país, embora no médio e longo prazos isso desestimulasse o plantio em outros países e mantivesse a fatia do Brasil nos mercados mundiais. Mas ninguém pensa no médio e no longo prazos, todo mundo sempre está com as finanças combalidas, todo ministro que chega pode ficar 6 ou 12 meses, e quem é que vai pensar no médio prazo? Além disso, de café, sempre se fez valorização, sempre, sempre, sempre. Até hoje. [Antônio] Delfim Netto fez, e fez violentamente, pensando na receita do ano. É uma constante no Brasil tirar o máximo da receita do café no ano e não sacrificar, porque o país está sempre enforcado. Com isso, estimulou-se violentamente o plantio na África e em outros lugares e, em vinte anos, nosso café perdeu uma fatia importante do mercado mundial.

Naquela época, eu acho que todos estavam de acordo, salvo alguns mais radicais, que queriam que se pensasse no café no médio e longo prazos, que realmente poderia haver uma queda na receita do café. Mas o que não havia era coragem e base política para desvalorizar no comércio e fazer um confisco do café, solução que veio a ser adotada depois, no tempo do Juscelino, quando Alkmin era ministro da Fazenda e Lucas Lopes, Roberto Campos e eu éramos assessores. Nós apresentamos essa solução. Custou muito para convencermos o ministro Alkmin, mas ele, no fim, convenceu-se e teve a coragem de fazer o confisco. A oposição foi violentíssima, mas era a solução. Teria sido essa a solução, já naquela época: desvaloriza-se o café, mas com uma quota de retenção do produto. Contêm-se as importações, estimulam-se outras exportações e faz-se um confisco para devolver sob a forma de financiamento, de racionalização da cafeicultura.

Não houve força política para fazer isso naquele começo dos anos 1950. Pensamos, na época, em fazer um sistema de taxas múltiplas, e até na Cexim estudou-se isso. Cheguei a preparar um "documentozinho". Mostrei-o ao Roberto Campos, que ficou horrorizado: "Isso é o fim do mundo! Taxa múltipla, o Fundo Monetário está contra isso!". Eu disse: "Eu sei, mas vamos fazer alguma coisa. Vamos fazer um sistemazinho de taxa múltipla que, no fundo, é um confisco do café. Vamos começar por aí". Afinal, nem esse esquema teve aprovação, não havia posição política para fazer nada. E é curioso que se tenha feito no governo Juscelino, um governo muito político e que cedeu muito politicamente. Foi o Alkmin quem fez, e depois o Lucas se tornou ministro e aguentou o rojão. Inclusive, o governo teve que botar tanques passeando lá perto dos cafezais. Foi o ministro da Guerra do Juscelino quem pôs, porque a reação era violentíssima.[5]

FMI, paridade e taxas múltiplas

O FMI, naquela época empenhado na liberalização do comércio internacional, tinha uma postura contrária às taxas múltiplas de câmbio, e defendia uma taxa única para a exportação, de preferência livre, e não determinada administrativamente num nível artificialmente baixo. O professor [Edward] Bernstein chegou a submeter um relatório ao governo brasileiro, em um momento em que o professor Gudin já havia saído do Ministério da Fazenda e José Maria Whitaker era ministro. Esse relatório foi a base do plano que o ministro Whitaker submeteu ao governo [João] Café Filho, em setembro de 1955, e não foi aceito pelo gabinete do presidente da República, que alegou ser aquele um governo transitório. A característica maior da proposta do professor Bernstein e do plano do ministro Whitaker era a mesma de alguns planos que se tentou implementar durante o governo Kubitschek, ou seja, a eliminação da sobrevalorização da taxa de câmbio para a exportação. Como o senhor via essa questão?

5 A chamada Marcha da Produção, um protesto de cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Paraná contra o confisco de parte das receitas cambiais do café, consistia em passeatas com equipamentos agrícolas e caminhões pelas estradas do interior, rumo ao Rio de Janeiro. A primeira delas, realizada em maio de 1957, seria interrompida pela intervenção direta de tropas do Exército. Ver BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

A questão é que o Fundo insistiu demais na taxa fixa de câmbio numa fase pós-guerra, caracterizada, inicialmente, pelo menos, por inflação latente. Depois de removidos os controles de preços, aquele excesso de meios de pagamento se traduziu em inflação aberta. Como restabelecer pura e simplesmente as paridades, se a inflação havia sido diferente em todos os países? Parece que julho de 1948 era a última data para se anunciar a paridade. Aquela paridade de 18,50 que o Brasil declarou foi um desastre, porque estava evidentemente defasada. A nossa inflação claramente havia sido mais forte que a dos Estados Unidos; não mais forte que a da Alemanha ou de alguns países europeus, mas certamente foi maior que a dos americanos. O que atrapalhou tudo foi a questão do café, como sempre.

O Fundo, a partir de então, era a favor de uma atualização, mas com uma fixação da paridade. Nós achávamos que talvez fosse preferível buscar uma solução especial para o café e deixar a taxa flutuar um pouco, dentro de certos limites, até ela encontrar o seu destino. Tanto que, acho que ainda no tempo do doutor Whitaker, Roberto Campos foi ao Fundo Monetário fazer uma exposição, defendendo um sistema de taxa flexível. Foi uma exposição brilhante, que eu cada vez mais acho que vai ficar como uma exposição histórica. Da última vez que estive com o pessoal do Fundo Monetário, nós lembramos: "É preciso imprimir aquilo de novo, reeditar em folheto ou *staff paper,* porque é um documento histórico!". Foi a primeira vez que se apresentou, no *board* do FMI, de forma inteligente e racional, o sistema de taxa flutuante. Roberto Campos liquidou com a argumentação dos outros, mas ficou como o sujeito que ganha a discussão e não leva. Talvez, como ele faz as coisas com muito empenho, tenha pecado pelo excesso de brilho e de ambição ao apresentar a tese; talvez devesse ter contemporizado um pouco politicamente, porque era uma novidade muito grande para o Fundo. [6]

6 A versão de Roberto Campos sobre o episódio: "Para minha surpresa, a reação da diretoria do FMI foi assaz tíbia. Havia relativamente pouca experiência com o sistema de taxas flutuantes, tendo ele sido praticado apenas por Peru e Canadá, em prazos curtos, sem resultados convincentes. Vários dos diretores, inseguros para palmilhar território não mapeado, recomendaram a solução tradicional de desvalorização para paridades fixas. (...) O Fundo não objetaria, mas também não daria endosso formal à proposta brasileira". Ver CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro, Top Books, 1995, p. 252-253.

O Fundo tinha certa razão em ser contra as taxas flutuantes, porque a experiência do pós-guerra, tanto de controles diretos quanto de taxas flutuantes, tinha sido negativa: houve queda de câmbio, movimentos especulativos de capital precipitando desvalorizações, erros que se repetiram recentemente e que dão muita razão ao Fundo Monetário e às pessoas que trabalharam por um sistema ideal. Eles diziam: "O problema é eliminar a inflação. Eliminada a inflação, por que mexer nas taxas cambiais? Pode-se mexer eventualmente. O desequilíbrio do balanço de pagamentos é um indicador de que a política monetária está errada. Mas não se deve desvalorizar a toda hora, em vez de corrigir a causa". A pressão sobre o balanço de pagamentos é efeito, e eles tinham muita razão nisso. Achavam que só se devia desvalorizar quando houvesse um desequilíbrio fundamental na economia, o que pode ser provocado por uma grande inflação já ocorrida e irreversível. Então, conserta-se, faz-se uma desvalorização e, daí por diante, trata-se de combater a inflação. Havia uma grande dose de sabedoria nisso. Havia apenas um exagero na colocação, e só mais recentemente eles aceitaram a ideia de que não se pode acabar com a inflação em um ano. O que é preciso é acabar por etapas, aos poucos, sob pena de se reduzir o nível de atividade econômica, aumentar o desemprego, interromper o crescimento do país etc., o que é um preço caro demais para se pagar por um sistema cambial bonito. Só muito depois, com as minidesvalorizações do sistema brasileiro, é que eles começaram a enxergar um pouquinho melhor.[7] Mas, naquela época, a intolerância era muito grande, e o trabalho do Bernstein não nos ajudava muito a vender o nosso peixe.

Desenvolvemos um trabalho que foi a base de toda a discussão no governo Kubitschek e que consistia no seguinte: uma das dificuldades mais importantes que teríamos que enfrentar era a desvalorização combinada com a simplificação cambial; não era apenas a desvalorização, a atualização da taxa, mas também a eliminação do sistema de taxas múltiplas.

---

7 Ao final de um processo de estudos e discussões, no dia 24 de setembro de 1968, implantou-se o sistema de taxa flexível no mercado cambial. A Gerência de Câmbio do Banco Central (Gecam) passou a realizar, nos meses subsequentes, minidesvalorizações cambiais que se exprimiam como continuidade da política de flexibilidade cambial. Ver *Conjuntura Econômica*, ano XXII, nº 10, outubro de 1968.

Um parêntese: é que as taxas múltiplas haviam, afinal, sido introduzidas desde 1953 pela Instrução 70 da Sumoc.

Sim. E a Instrução 70 já havia sido um passo para a atualização da taxa. Quando se criaram categorias cambiais, não foi porque se tivesse mania de taxa cambial múltipla. Isso eu tive ocasião de defender junto ao Fundo como assessor do governo. Nós não tínhamos tarifa aduaneira; nossa tarifa aduaneira era específica, não era *ad valorem*, e tinha sido implementada durante ou antes da guerra. Aqueles valores por peso tinham sido destruídos pela inflação. Mas, como no pós-guerra o controle de câmbio levou ao controle da importação, protegia-se a indústria brasileira proibindo-se a importação do similar ou estabelecendo quotas. A indústria se desenvolveu na base desse sistema protecionista, até violento demais, na base da proibição pura e simples. A coisa funcionou bem, mas pode ter induzido a distorções nos casos em que não havia concorrência interna. Nos casos em que havia plena concorrência interna, ela própria ajustava um preço razoável para o consumidor, mas, caso contrário, a proteção era total. Eliminava-se a concorrência estrangeira e deixava-se o consumidor à mercê do produtor. Não se estimulava o produtor a melhorar a produtividade, a vender mais a um preço unitário mais baixo, a ganhar mais no produto etc. Mas, ainda assim, funcionou bem.

Nós dissemos várias vezes ao Fundo Monetário: "Podemos atualizar a taxa, mas não podemos fazer uma taxa única". A ideia de taxa única do Fundo, por mais bonito que fosse o plano, era um desastre. O Brasil não aceitaria, mesmo não conhecendo nada de economia, porque instintivamente iria sentir que estava errado – há certas coisas que a coletividade sente que estão erradas e não faz, mesmo que o economista mais brilhante venha querer provar, e é isso que salva mesmo o país. Era impossível fazer uma unificação de taxa. Atualização, sim; unificação, impossível. Eles, então, perguntavam: "Então, por que não atualizam?". Respondíamos: "Isso depende do Congresso. Os senhores também estão aí até hoje e não conseguiram

aprovar a lei do Tratado Geral de Comércio e Tarifas (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Gatt)[8] no seu Congresso. Nós temos problemas, assim como vocês têm nos Estados Unidos! Até hoje a lei do Gatt não foi aprovada no Congresso norte-americano!".

No tempo do Osvaldo Aranha, houve conversas das quais eu não participei, apenas tomei conhecimento. Como já disse, antes, ainda na Cexim, eu tinha apresentado uma ideia em termos de taxa múltipla, que Roberto Campos achou péssima. Roberto pensava que teríamos tarifa, mas as ideias começaram a evoluir em termos de taxa múltipla. O sistema que eu tinha bolado era uma solução desesperada, uma atualização de taxa cambial combinada com uma tarifa grosseira embutida nas taxas múltiplas. Afinal, vieram as taxas múltiplas, e as opiniões se dividiram, porque havia economistas brasileiros, na época, que defendiam o sistema de taxa múltipla *per se* e deixavam o Fundo desesperado. Minha posição era que a taxa múltipla pode ser um mal necessário, enquanto não se monta a tarifa. É muito diferente a colocação.

Esses economistas brasileiros que defendiam as taxas múltiplas estavam integrados no aparelho governamental?

Estavam. Havia gente ligada à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ao Iseb, havia gente de todas as colorações. Não era o núcleo do doutor Gudin, do doutor Bulhões, do Roberto, do Denio Nogueira, meu e de outros. Nós tomamos uma posição pragmática: não temos tarifa, temos que ter taxas múltiplas, ou então não sai nada. Em relação ao café, a situação era especial: o esquema era o confisco. Agora, tinha-se que vender isso politicamente aqui dentro e lá fora, no FMI. Havia duas frentes para brigar: a interna e a externa. É necessário fazer essa longa introdução para entender a nossa posição pragmática na época. Quando publicaram a Instrução 70, embora eu não tenha participado, bati palmas – e acredito que outros tenham batido também – porque era o que eu vinha pregando. Não

8 Os acordos internacionais do pós-guerra para o comércio internacional previam a constituição de uma organização internacional própria, semelhante ao Banco Mundial e ao FMI. Enquanto não ocorresse sua aprovação pelos congressos nacionais, teria vigência o Gatt. O Senado norte-americano acabaria por rejeitar, em 1950, a proposta de criação da *International Trade Organization* (ITO), ganhando sobrevida o mecanismo parcial do Gatt.

temos tarifa? Temos que atualizar a taxa? Então, só podemos fazê-lo por meio de taxas múltiplas. A Instrução 70 foi inteligente e certa naquele momento.

De quem foi a Instrução 70?

Foi do Marcos [Clemente] de Sousa Dantas, um homem que entendia profundamente de câmbio e era amigo pessoal do Osvaldo Aranha. Osvaldo Aranha tinha uma desconfiança danada dos economistas teóricos, dizia: "Vocês são uma raça perigosa, são animais híbridos: não fecundam, não reproduzem nada". Marcos de Sousa Dantas montou um esquema baseado em estudos de taxas múltiplas que existiam por aí. Nós vínhamos conversando muito sobre isso no Brasil, e também havia experiências latino-americanas. Não sei até que ponto Marcos de Sousa Dantas achou que tinha feito um sistema definitivo – ele não tinha uma sensibilidade maior para problemas de tarifa, não era economista –, mas montou um sistema eficaz, do meu ponto de vista. Eu achava que era um mal necessário para se chegar à tarifa e deslanchar o processo de atualização da taxa de câmbio. E dava uma solução ao café, porque atribuía ao café uma categoria e aos outros produtos outra categoria. Tinha o nome pomposo de taxa múltipla, mas era confisco. De modo que fiquei muito feliz na época, porque começamos a marchar para a racionalidade.

Governo Juscelino: reforma cambial ou tarifa?

O outro sistema que se fez posteriormente e se apresentou ao Juscelino era um sistema deliberado para preparar a tarifa brasileira. Havia até uma vantagem: como há 30 anos não se atualizava a tarifa, não se sabia nem quais os níveis desejados; então, apresentamos um projeto para unificar a taxa de câmbio e criar sobretaxas. A sobretaxa era uma tarifa disfarçada. Não era câmbio, embora o FMI a classificasse de taxa múltipla: "Isso é um subterfúgio!", nós dizíamos. "Absolutamente; isso é fisco, é aduana disfarçada", respondia o Fundo. Com a sobretaxa, nós unificaríamos a taxa de câmbio e faríamos um primeiro teste com a tarifa brasileira de modo que, quando se levasse a tarifa ao

Congresso, já teríamos um *feeling*. Essa foi a nossa concepção ao apresentar nosso projeto ao governo e ao Fundo Monetário.

O FMI, àquela altura, resolveu aceitar nossa proposta, porque viu que não avançaria nada se não fosse daquela forma. O Bernstein, sujeito muito inteligente, convenceu-se. Convencemos o Octávio Paranaguá, figura notável de brasileiro e negociador tremendo, um homem de *feeling* para defender o Brasil lá fora. Um homem que passou quase toda a sua vida no exterior e era o negociador mais feroz que já vi. Aprendi muito com ele. Não cheguei a me tornar tão feroz quanto ele, porque não tinha estômago para fazer certas coisas que ele fazia. Coisas tremendas, inclusive coisas que nunca mais se fizeram. Ele exigia poder ler os pareceres do FMI, que eram reservados. Dizia: "Eu quero ler o parecer. Senão, vou fazer um banzé tremendo aqui!". O pessoal entregava, constrangido, e ele mudava o parecer! O pessoal ainda argumentava: "Mas o parecer é a nossa opinião técnica!". Ele retrucava: "Pois é, mas eu não quero que fique assim como está". Ele uma vez disse, a propósito de um sujeito que brigou com ele: "Esse camarada não viaja mais para a América Latina! Eu veto, como diretor!". E botou o sujeito na geladeira. Ele tinha estômago para fazer isso, mas ficou muito querido, por incrível que pareça. Os membros do *staff* do FMI hoje se lembram dele com saudade.

O fato é que o Octávio Paranaguá concordou conosco, e então tivemos aquela famosa reunião no começo de 1956,[9] em que o assunto foi apresentado e Juscelino bancou Pilatos. Como bom político, ele chegou à reunião e disse: "Como é que eu vou fazer? Vejam a dificuldade de eu tomar uma decisão. Tenho aqui um grupo de ilustres técnicos brasileiros e estrangeiros, todos a favor de fazer essa reforma cambial; e tenho, por outro lado, gente muito boa que não quer. Acontece que essa gente do outro lado são os que estão nos cargos, que têm a responsabilidade decisória. Os outros são assessores. O ministro da Fazenda não quer fazer a reforma". Ele tinha pedido reservadamente ao Alkmin que não fizesse e ao

9 Em reunião realizada no dia 17 de março de 1956, no palácio do Catete, foi apresentado o conjunto dos planos econômicos do governo Kubitschek, aí incluídas as linhas gerais do Programa de Metas e uma reforma cambial, que seria rejeitada. Ver KUBITSCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*, v. 3 - *50 anos em 5*. Rio de Janeiro, Bloch, 1978.

Paranaguá, que votasse contra, e então disse: "O doutor Paranaguá também não quer". O Paranaguá, que era a favor, virou a casaca na hora. Aliás, Roberto Campos disse meia dúzia de coisas desagradáveis ao Paranaguá. Estava tudo combinado e, chega na hora, o Paranaguá dá para trás; Alkmin dá para trás, a pedido do Juscelino; Lucas fica a favor; Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, contra. Juscelino então disse: "Bem, eu tenho um ministro contra; o presidente do Banco do Brasil, contra; o secretário do Planejamento, doutor Lucas Lopes, a favor; o superintendente do BNDE, doutor Roberto Campos, a favor; o representante do FMI, doutor Bernstein, a favor; o doutor Paranaguá, nosso homem no Fundo Monetário, contra. Olhem, eu vou sair dessa. Passo a bola para o ministro da Fazenda e vamos decidir agora. O ministro quer fazer?". Alkmin disse: "Não, não quero, porque acho que não é oportuno. Não é que eu tenha algo contra o mérito, mas acho que politicamente não é oportuno". Disse então o Juscelino: "Estou de acordo. Eu quase não pude tomar posse e tive há pouco o problema de Jacareacanga. Além de tudo, isso vai elevar o custo de vida brutalmente, e eu não faço nada que eleve o custo de vida". Alkmin, que estava com esperança de que eu fosse a favor dele e contra o Bernstein, perguntou: "Casimiro, sua opinião?". Eu disse: "Sou 100% a favor da reforma".

O texto dessa reforma que estava sendo proposta era exatamente o mesmo que o ministro Whitaker já havia apresentado?

Não. Como quando se falava em reforma cambial criava-se sempre um problema seríssimo, procurou-se botar o menos possível no papel. Havia a recomendação nesse sentido, porque um funcionário indiscreto poderia levar uma cópia para o jornal. Tudo estava mais ou menos na cabeça do pessoal e, uma vez dada a luz verde, é que se iriam fazer as instruções e tudo mais. Nessa reunião, não foi apresentado nenhum documento escrito, que eu saiba. Repetia-se uma ladainha já muito conhecida.

Mas então, nós, os técnicos derrotados, mudamos de estratégia: partimos para a tarifa.[10] Achávamos que politicamente era muito mais fácil fazer as sobretaxas para depois obter a tarifa, mas, uma vez que

10 O processo descrito a seguir culminou na Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957, que ficou conhecida como Lei de Tarifas e reformulou a legislação fiscal aduaneira.

não queriam, resolvemos fazer a tarifa. Paradoxalmente, foi a forma como vendemos o peixe. Em seis meses, revertemos a nossa tática junto aos políticos e formamos um grupo misto de trabalho no Ministério da Fazenda com gente da Confederação do Comércio, da Confederação das Indústrias, em contato com o Congresso. Nosso objetivo era fazer uma tarifa aduaneira brasileira, já que, inclusive, Juscelino e Alkmin tinham proibido de falar em reforma. Roberto Campos, que tinha falado em público, foi admoestado por estar sendo impertinente e criar problemas, falando em reforma quando o ministro já tinha dito que não a faria. Ele chegou a dizer: "Só mesmo a ignorância explica o adiamento da reforma cambial". Alkmin tomou isso como uma ofensa pessoal, e Roberto começou a ser um pouco excluído das reuniões, a não ser consultado a partir daquele momento, o que me colocou numa posição muito difícil, porque eu havia sido recomendado ao Alkmin pelo Lucas e pelo Roberto. O fato é que houve mudança de curso, e as reuniões deixaram de ser feitas no Conselho do Desenvolvimento, que era o grupo do Lucas e do Roberto, para serem feitas no Ministério da Fazenda. Participavam Gerson Augusto da Silva, José Otávio Knack de Sousa – representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) –, [Joaquim] Mangia, Lúcia Pirajá e outros. Acompanhei, como assessor do ministro, todo o trabalho, em contato com o Congresso. Tivemos a sorte enorme de alguns elementos do Congresso toparem a parada. Muito inteligentemente, eles viram que a tarifa de proteção à indústria só tinha conotações políticas positivas. Então, houve uma coisa extraordinária: oposição e governo no Congresso se uniram para apoiar a ideia. Basílio [Augusto] Machado Neto, que era do comércio e era deputado, e Daniel [Agostinho] Faraco, que era da Comissão de Economia, ajudaram muito. Houve uma coordenação dos técnicos-executivos com o Congresso fabulosa, como, às vezes, não existia dentro do próprio Executivo. Trabalhou-se a seis mãos no Congresso e preparou-se uma tarifa com quinze categorias tarifárias, de 0% a 150%.

Quando o trabalho ficou pronto, chegou a hora de vender o peixe. O FMI já havia se convencido da nossa ideia preliminar em caráter temporário, e naquele momento era só uma questão de discutir com o Gatt. O Gatt "torceu o nariz": "Então vocês vão deixar de lado todas as negociações realizadas?". Na verdade, negociações fictícias, porque nas negociações

de tarifa de antes da guerra o pessoal ia para se divertir no exterior, faziam-se missões, e as pessoas iam para conversar. Mas nós sentimos que, se o Fundo desse um parecer positivo, a negociação com o Gatt estava ganha, porque ele era tecnicamente muito subsidiário do Fundo. O *staff* do FMI era incomparavelmente melhor e com mais prestígio.

Fui negociar no FMI em nome do ministro da Fazenda, acompanhado pelo Knack e pelo Valentim [Fernandes] Bouças. Valentim tinha o dobro ou o triplo da minha idade e tinha uma função importante: estava chefiando a delegação, falando em nome do ministro. Vendemos a proposta para o Fundo, que aceitou porque era uma simplificação, finalmente. Saíamos das taxas múltiplas, fazíamos uma taxa única, e o resto eram sobretaxas. O Fundo deu um parecer favorável brilhante. Defendi nosso projeto primeiro junto ao *staff* e depois fiz uma apresentação junto ao *board,* com o Paranaguá, que tinha um prestígio tremendo. Quando ele percebia a argumentação toda e via que fazia sentido, aí ele era um leão, um rolo compressor. Conseguimos um parecer belíssimo. Com esse parecer, mandou-se outra delegação e obteve-se a vitória dentro do Gatt, uma vitória estrondosa. O Brasil jogava fora todas as negociações anteriores, impunha a tarifa que bem entendesse e começava a negociar no Gatt a partir daquela tarifa. Fez-se a primeira tarifa brasileira *ad valorem*, coisa que há 30 anos não se tinha. Acabou-se com as taxas múltiplas.

O interessante foi que, no último momento, Juscelino hesitou. Com tudo combinado – eu já tinha percebido que o ambiente estava em princípio favorável no *staff* do Fundo Monetário, só faltava convencer o *board*; o Congresso aqui estava 100% a favor –; enfim, com tudo pronto, faltava a autorização do presidente e do ministro da Fazenda, e esta não vinha. O Executivo tinha que escrever uma carta ao líder da maioria e dizer que estava de acordo com a tarifa. Alkmin me disse: "Casimiro, muito cuidado! Está tudo muito bonito, mas o Juscelino está preocupado com o custo de vida. Como é que você me faz esse negócio de 150%?". Fomos falar com o Juscelino. O Roberto já tinha falado, o Lucas já tinha falado, e fui eu também, levado pelo Alkmin. Nessa altura, já havia dois times, e eu ficava numa situação meio constrangedora, porque era do time do Roberto e do Lucas – tinha sido posto lá por eles! –, e o Alkmin conversava

comigo, mas não queria conversar com os dois. O Roberto e o Lucas me diziam: "Casimiro, você, que agora é o único que tem acesso ao Alkmin, pois infelizmente ele não nos ouve mais, veja se fala com ele, se o convence de certas coisas". Eu dizia: "Já conversei, e tenho a impressão de que ele está de acordo. O problema é o presidente, que está vendo aspectos políticos".

A situação estava nessa base quando fui conversar com o Juscelino. Disse: "Presidente, vou lhe demonstrar que isso não afeta o custo de vida". Ele: "Eu quero ver! Vocês economistas são uma maravilha para fazer demonstrações quantitativas. Depois sobe tudo [todos os preços aumentam]! Eu já não caio mais na conversa de vocês!". Retruquei: "Mas, presidente, é que o que dissemos não foi feito. Quando sobe, sobe porque o *deficit* está enorme, e expandem-se os meios de pagamento mais do que o necessário. Acaba subindo, mas por outras razões, não por aquelas". Ele disse: "Bem, então vamos ver como é a história". Continuei: "Vou dizer porque não deverá subir o custo de vida, do lado dos custos. Essa tarifa apenas vai substituir o sistema de taxas múltiplas em vigor. Nós temos atualmente cinco categorias cambiais, que correspondem a 4 ou 5 níveis tarifários disfarçados. A primeira categoria podemos considerar nível tarifário zero. Ela representa a taxa cambial propriamente dita. Há ainda outras quatro categorias. Hoje, na verdade, temos cinco categorias cambiais, que são os cinco níveis tarifários, de zero a tantos por cento. A quinta categoria hoje corresponde mais ou menos a 150% de nível tarifário. Nesse novo projeto, temos quinze níveis tarifários, de 0 a 150, e está aqui o confronto entre eles e os cinco atuais. Nós desdobramos os cinco níveis tarifários em quinze, calculamos a incidência média implícita em um e a incidência média nos outros, distribuímos pelas categorias de produtos e vimos que o nível tarifário novo, tomando por base aqueles produtos e não pressupondo nenhuma alteração fundamental na composição dos produtos, é correspondente a um nível tarifário médio de 28% de sobretaxa sobre os produtos que pagam. Toda a importação dá um nível médio de 9%, mas, como não é correto fazer incidir a tarifa sobre o petróleo, o trigo e uma série de coisas que não pagam, aplicamos apenas aos que pagam. Isso dá uma incidência média de 28%, que é um pouco menor do

que a incidência média para as cinco categorias hoje, embora haja algumas mudanças da estrutura, pois é uma reclassificação das cinco categorias. Há algumas injustiças, mas basicamente fica a mesma coisa, e é até uma incidência média um pouco mais baixa". Ele retrucou: "Estou convencido da sua demonstração. Está bonita, mas não estou tranquilo, porque nunca vi sair igual". Eu disse: "Mas, se o senhor expandir o crédito e continuar com o *deficit* do governo, vão subir os preços, e vai-se ter que desvalorizar por essa razão, e não por pressão de custos; é outra história. E, olhe, presidente, a situação está meio feia. O Congresso está a favor, está todo mundo a favor. Tenho certeza de que o FMI vai ficar a favor. E o Executivo?". No final, ele acabou cedendo e disse: "Vou ceder, mas tome nota: no fim do ano, nós vamos conversar sobre isso tudo". E, realmente, no fim do ano, tinha subido tudo, ele me cobrou, e eu disse: "Presidente, subiu tudo, mas por outras razões: descontrolou-se o crédito e tudo mais".

Realmente, aqui dentro, foi mais difícil convencer a Presidência da República do que o Congresso. E foi muito mais fácil vender o peixe ao FMI. Vendido ao Fundo Monetário, vendeu-se ao Gatt. Isso, em resumo, explica o que se fez naquela época, a filosofia implícita, a tática política que tivemos, e a virada que fizemos no sistema, que já tinha começado com o Whitaker e que aperfeiçoamos para apresentar ao Juscelino. Mudamos violentamente para o que era a solução final. Vimos que, paradoxalmente, o que nos parecia politicamente mais difícil era politicamente mais fácil, e então fomos direto para a solução mais fácil.

O confisco do café

O senhor mencionou que, no governo Juscelino, o ministro Alkmin adotou uma medida que, a seu ver, já deveria ter sido adotada antes: o confisco do café. Poderia explicar como funcionou isso?

É simples. Começou-se então a colocar em circulação o seguinte esquema: confisca-se a receita do café na hora da exportação, regula-se o preço de oferta lá fora e devolve-se à cafeicultura mediante racionalização.

Esse esquema mereceu o repúdio das figuras mais ilustres. O doutor Whitaker, figura ilustríssima de São Paulo, sempre foi contra e nunca entendeu o porquê do confisco. Não era um confisco definitivo, era um confisco na exportação, para devolver de forma organizada e, enquanto não se devolvesse, era um instrumento de política monetária precioso no combate à inflação.

Nós anunciamos essa providência ao Fundo Monetário, e isso depois gerou um incidente curiosíssimo, o da carta do Alkmin ao Fundo que o Carlos Lacerda queria ver e publicar.[11]

De quando é essa carta?

Esse episódio foi em 1958. Foi na virada do café, quando, pela primeira vez, mencionou-se no Brasil – e a primeira vez foi a mais difícil – o confisco do café na exportação. O governo estava prevendo safras importantes, o preço ainda estava bom, ele é que tinha que comprar o excesso para não derrubar o preço, e precisava de recursos não inflacionários para poder comprar ordenadamente os excedentes. Só havia uma forma de fazê-lo: retenção do câmbio de exportação, ou o que foi chamado de confisco cambial pelos opositores da ideia. Diga-se em favor do ministro Alkmin que ele viu que, do ponto de vista político, a medida era altamente negativa, uma bomba tremenda, e ainda assim aceitou tomá-la. Foi invenção de técnico, mas ele não via outra saída, como anunciou na carta, e foi a primeira vez que no Brasil se falou realmente em confisco, que eu saiba. Ele não usou a expressão, evidentemente, mas falou na retenção de parte da receita de exportação com vistas à compra do excedente.

---

11 Trata-se da carta de 26 de maio de 1958 ao FMI, conservada no arquivo de Lucas Lopes. O ministro Alkmin solicitava um acordo *stand-by* com o Fundo, fundamentado por um plano econômico bastante rígido. Os limites fixados para as despesas governamentais, para o *deficit* orçamentário e para as emissões de papel-moeda, em todo ano de 1958, já haviam sido atingidos no primeiro semestre, o que significava uma drástica mudança na política econômica que conduziria à recessão. Alkmin prometia ainda ajustes cambiais imediatos, a redução das compras pelo governo do café para exportação e a limitação dos *suppliers'credits* aos níveis de 1957. Embora tenha visto com ceticismo o sucesso do programa, que exigiria uma "dura e imediata ação do governo", em 4 de junho de 1958, o FMI autorizou o Brasil a sacar os US$37,5 milhões solicitados e mais US$37,5 milhões para o pagamento de atrasados ao Fundo. Em 1958, o Brasil sacou US$54,8 milhões de dólares do FMI, cabendo ao ministro Lucas Lopes, em 8 de julho, efetuar o pagamento de US$17,25 milhões de dólares ao Fundo. Ver *Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes, depoimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

Por razões políticas, Alkmin considerou a carta confidencial e não a divulgou. Ora, as relações do FMI com os países-membros são confidenciais. O país tem que dizer uma série de coisas ao Fundo, nunca diz tudo nessas cartas, mas muitas vezes diz coisas que não quer que venham a público, porque o próprio fato de anunciar poderia anular o efeito esperado. Alkmin, então, não quis divulgar a carta, e correu o boato de que ele tinha prometido nessa carta entregar a Petrobras ao FMI. Um boato grosseiro, que foram levar ao Carlos Lacerda. Imaginem se Alkmin ia falar em Petrobras por escrito, ou mesmo verbalmente! Era subestimar totalmente a inteligência do Alkmin. Mas o Lacerda acreditou nisso. Era deputado atuante na Câmara, estava no auge da atuação, e exigiu a divulgação da carta, achando que tinha um trunfo para derrubar tudo. Se Alkmin tivesse realmente prometido a entrega da Petrobras, seria um negócio arrasa-quarteirão. Alkmin não mostrava a carta e dava a impressão de que havia alguma coisa grave – e havia realmente, o confisco do café, que ele não queria espalhar. Já estava tudo preparado para puxar o gatilho quando entrasse a safra de 1957-1958, se não me engano, uma grande safra.

Os conselheiros políticos então vieram e discutiram: publica, não publica... Alkmin, depois de muita meditação, achou uma fórmula salomônica e mandou dizer ao Lacerda o seguinte: "Não posso esconder essa carta do Congresso, porque o Executivo não pode ter segredos para com o Legislativo. Agora, essa é uma carta reservada, que deve permanecer no nível dos três poderes do governo. De forma que, se o deputado Carlos Lacerda receber essa carta – como membro do Congresso ele tem direito a ler – e quiser chamar os jornalistas para divulgá-la, são exclusivamente de sua responsabilidade as repercussões sobre o interesse do Brasil, aqui e no exterior".

Alkmin passou a responsabilidade a Lacerda.

Sim. E Lacerda, quando leu, desinteressou-se do assunto. Não tinha nada que ver com o petróleo, nem direta nem indiretamente, e, não sei por quê, ele não quis explorar a questão do café. Como político, deve ter sentido o que havia ali, mas se desinteressou; leu e não deu divulgação.

Alguns cínicos da época inventaram uma anedota segundo a qual teriam perguntado ao Alkmin: "Ô, Alkmin, e essa carta que você mandou para o Fundo?". Ele respondeu: "Olhem, essa carta quem escreveu foram o Casimiro e o Paulo [Afonso] Poock [Correia]. Eu nem sei inglês! Eles me trouxeram, e eu assinei". Isso foi uma maldade, realmente, porque não foi assim. O que ele disse, no debate que teve com o Lacerda, antes de entregar a carta, foi o seguinte: "Vocês estão curiosos, mas essa é uma carta escrita pelos meus técnicos, em discussão com os técnicos do FMI. Depois de muita discussão, chegou-se a um entendimento. Examinei as implicações políticas da carta, e é um documento que qualquer ministro, no meu lugar e naquelas circunstâncias, teria assinado. Não gosto de assinar cartas, vocês sabem muito bem, mas sem assinar aquela carta não se chegaria a um acordo com o Fundo Monetário". Interpretaram maldosamente de novo: "Se, para obter dinheiro do Fundo, é preciso assinar uma carta...". Mas não foi essa a intenção, e ele, várias vezes, chamou-me para explicar: "Olhe, está correndo um boato maldoso a nosso respeito sobre a carta. Eu quero reiterar o que já disse" – e explicou à assessoria técnica que jamais jogaria a responsabilidade de ministro nas costas de um assessor. "Seria uma indignidade. O que eu quis dizer – talvez tenha me expressado mal – é que a carta foi mostrada basicamente numa discussão da minha assessoria técnica com a assessoria do FMI. Não aceitei algumas coisas e propus outras, mas é basicamente um documento que surgiu da discussão técnica. Realmente há limitações de ordem política, não é exatamente o que os técnicos queriam, nem de lá, nem daqui. Mas, repito, qualquer ministro na minha posição teria assinado essa carta, porque é tecnicamente correta. Se foi politicamente inexequível ou não, isso é o outro aspecto". Essa foi a explicação do anedotário que surgiu na época, com relação à famosa carta do Alkmin.

Alkmin acabou saindo por causa do café.

Alkmin deixou o Ministério da Fazenda por causa do café?

Por causa do café, segundo se comentou nas áreas políticas. Não tenho nenhum documento comprobatório, mas o que ouvi nas áreas políticas foi que ele saiu por pressão do setor cafeeiro, porque estaria

sendo incompetente na condução da política externa do produto. Essa foi a justificativa. Mas muitos acham que a invenção do confisco do café teria contribuído muito para isso, e Lucas Lopes, que o substituiu, sentiu fortemente essa reação, que vinha da lavoura e era expressada por muita gente de peso. Como já disse, até mesmo o doutor José Maria Whitaker, banqueiro do maior prestígio, era contra o confisco.

Talvez fossem contrários, inclusive, porque não confiavam nos governos quanto à aplicação da retenção. O princípio era racional, inventado pelos técnicos, mas o problema político era outro. Com o passar do tempo, houve muitas reclamações, porque a quota de retenção não ia automaticamente para a lavoura. Como era um instrumento de combate à inflação também, às vezes era retida por tempo indeterminado e depois, com grande atraso, é que retornava à lavoura. Em parte, o dinheiro era restituído por meio da compra de excedentes, mas estes ocorreram em certas áreas e não em outras. A redistribuição não foi perfeita e uniforme; voltou à lavoura no seu todo, mas não necessariamente às mesmas pessoas. O sistema de preços teria redistribuído melhor, mas havia o interesse, em primeiro lugar, de combater a inflação, comprar aqueles estoques brutais com recursos não inflacionários; e em segundo lugar, de defender a política de preços do Brasil. Uma das coisas mais recorrentes do país, historicamente, é o imediatismo da política cafeeira, o desleixo das considerações de médio e longo prazos. Tem sido uma tendência a desconsideração das conveniências de longo prazo. Como já disse, o próprio Delfim Netto, que escreveu um trabalho sobre o café, quando chegou ao poder, procurou maximizar a receita do ano. Na hora, é importante maximizar a receita cambial do país. Agora, a crise do petróleo mostrou que o esforço de maximizar a receita tem alguma justificativa, embora isso não fosse previsto. Estava-se até causando um problema de inflação com o aumento de reservas. O fato é que nos vimos em melhores condições de enfrentar o problema do balanço de pagamentos, aproveitando a crise do petróleo. Com o café foi sempre assim: mudam as administrações, muda a filosofia, muda a qualidade do governo, mudam as pessoas, mas o imediatismo da política cambial cafeeira é uma constante.

Capítulo 3

Política Monetária no Brasil dos Anos 1950

Depósitos compulsórios

Gostaríamos de ouvi-lo sobre a política monetária dos anos 1950. Gostaríamos de ter seus comentários sobre a utilização, no período, desses instrumentos clássicos de política monetária que são o redesconto e os depósitos compulsórios dos bancos comerciais junto ao Banco do Brasil. O terceiro instrumento, representado pelas operações de mercado aberto, na época, era inexistente, dada a ausência de demanda por títulos do governo.

Os depósitos compulsórios dos bancos comerciais junto à autoridade monetária, um dos três instrumentos clássicos de política monetária, foram criados no Brasil, pelo Decreto-Lei 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, que criou a Sumoc. Sabemos que se trata de um instrumento de controle monetário relativamente recente, inventado nos Estados Unidos. E, mesmo nos Estados Unidos, parece-me que foi utilizado, pela primeira vez, uns dez anos antes de sua criação no Brasil. Foi com o entusiasmo dos relatórios americanos sobre a eficácia desse depósito que doutor Bulhões o incluiu no projeto de decreto-lei que redigiu para o governo criando a Sumoc, o embrião do BCB.

Devo notar algumas diferenças importantes com relação ao sistema americano, o *legal reserve requirement* dos bancos comerciais. O sistema americano, por ter informações mais completas, semanais, sobre a liquidez dos bancos, funcionou, praticamente desde o início, na base da média da semana ou da quinzena dos saldos diários dos depósitos e de caixa, o que dava muito mais flexibilidade ao instrumento. Já no sistema brasileiro, o depósito compulsório era devido com base na posição do fim do mês, podendo ser recolhido até o fim do mês seguinte – depois se reduziu isso para o dia 25, de modo que havia uma defasagem de 20 a 25 dias em relação ao fenômeno que se queria atingir com essa medida.

Outra diferença fundamental é que, no sistema americano, o depósito compulsório pode ser zerado a qualquer momento; ele fica disponível, não é depósito congelado; é um instrumento adicional de liquidez que pode ser usado por 1, 2 ou 3 dias, desde que o banco depois aumente a liquidez para manter a média quinzenal dos saldos diários. Dessa forma, há uma assistência financeira embutida. Antes de ir ao redesconto, o banco utiliza o próprio depósito compulsório, saca e pode ir até zerá-lo. Nós examinamos várias vezes, em vários governos, principalmente no governo Castelo Branco, de que participei, a possibilidade de dar essa flexibilidade ao depósito compulsório no Brasil. Mas, infelizmente, não se conseguiu um sistema de informação bancário suficientemente eficaz e fidedigno que desse às autoridades tranquilidade para permitir que o sistema bancário utilizasse o seu depósito compulsório até zerá-lo em um dado momento, sob o compromisso de restabelecê-lo, mantendo a média para a semana ou para a quinzena. Isso refletia, vamos dizer sinceramente, uma falta de confiança, não só na capacidade de informação estatística, mas também no grau de cooperação das instituições financeiras privadas. O governo não quis correr o risco de um mal-entendido, de os banqueiros usarem toda a reserva e depois não recolocarem, sob desculpas diversas. Isso poderia ter um impacto sério, prejudicial à política monetária. Talvez tanto ou mais do que a dificuldade de informação estatística, pesou a falta de confiança no grau de cooperação do sistema bancário privado, embora jamais se tenha dito isso por escrito em lugar nenhum. Mas, nas conversas informais, o que se sentiu foi isso.

No nosso sistema, portanto, o depósito compulsório fica retido, como se fosse uma aplicação totalmente ilíquida, até o momento em que a autoridade resolva reduzi-lo, ou então até que um banco individual tenha uma queda nos depósitos – ele comprova a queda e obtém, *pro rata* do valor diminuído, uma liberação. E os recolhimentos, como já disse, são realizados com uma defasagem de 20 a 25 dias. É o sistema que sempre esteve em vigor, muito seguro porque baseado em apurações contábeis, mas sem a flexibilidade que deveria ter.

Por outro lado, seguimos o sistema americano – e não inglês – de os bancos terem que manter os depósitos compulsórios independentemente

da caixa que quisessem ter em papel-moeda corrente, independentemente dos depósitos voluntários que mantivessem junto à autoridade para a compensação de cheques, independentemente da sua liquidez voluntária. Então, o depósito tornava-se realmente um ônus, porque não servia para resolver problemas de liquidez imediata e levava à utilização maior do redesconto do que era necessário. Isso é um detalhe da sistemática de rigor, que tinha repercussões, evidentemente, sobre a eficácia do instrumento.

Outro aspecto que tem sido muito mencionado é o fato de que, não tendo a Sumoc organização financeira própria, funcionando como uma dependência material do Banco do Brasil, na verdade não apenas os depósitos voluntários ficavam no Banco do Brasil, como também os depósitos compulsórios. Eu mesmo usei esse argumento muitas vezes como arma de discussão técnica e de política também. O mais grave não era que os depósitos compulsórios ficassem no Banco do Brasil, embora isso fosse inconveniente do ponto de vista da divisão de atribuições.

A técnica do orçamento monetário servia para duas coisas: a primeira, e mais importante, era programar uma expansão, uma contração ou estabilidade, ou seja, programar um comportamento quantitativo para os meios de pagamento em um dado período, geralmente um ano, com distribuição mensal, trimestral, semestral; a segunda era impor uma disciplina nas operações das instituições oficiais que lidavam com recursos elevados, principalmente o Banco do Brasil. Então, o orçamento monetário era, além de um instrumento de programação quantificada da política monetária, também um instrumento para o controle da execução para o Banco do Brasil e outras instituições que lidavam com grandes massas de recursos. Se aceitássemos a ideia de que o orçamento monetário era bem feito e rigorosamente implementado, a rigor, a preocupação de que os depósitos compulsórios ou voluntários dos bancos ficassem ou não no Banco do Brasil passaria para segundo plano, e diminuiria um pouco a relevância do argumento. Esse argumento tem sido utilizado pelo Banco do Brasil até hoje para dizer que estão exagerando a questão.

A Instrução 108, do doutor Gudin e do doutor Bulhões, determinando um caixa próprio da Sumoc, não para os depósitos compulsórios

já existentes no Banco do Brasil, mas para aqueles que fossem depositados a partir da data de publicação do normativo, era um começo de reforma visando à criação do BCB, realizada de forma ativa e eficaz. Passava-se, assim, o controle monetário para a Sumoc. A Cared se incorporava à Sumoc. Evidentemente, o dinheiro dos depósitos, assim esterilizado na Sumoc, tinha um efeito mais moral do que prático porque, se o Banco do Brasil continuasse com acesso ao redesconto para atender ao Tesouro, de pouco adiantaria que esses recursos ficassem em uma gaveta na Sumoc. O aspecto era mais moral, mais educativo do que eficiente. Era preciso continuar controlando outros vazamentos para que essa medida tivesse eficácia, mas já servia para chamar a atenção para o fato de que era preciso separar as coisas para que houvesse alguma eficácia da administração.

Consta que o doutor Bulhões se desentendeu com José Maria Whitaker, quando este substituiu o doutor Gudin no Ministério da Fazenda, a propósito dos depósitos compulsórios.

Sim. Quando o doutor Whitaker anunciou que era contra o confisco do café, o doutor Bulhões botou o chapéu na cabeça e foi embora. Existiam dois instrumentos de combate à inflação e de política de café: depósito compulsório e confisco. É curioso: o doutor Whitaker, que era uma figura extraordinária, de grande mérito, foi duas vezes ministro da Fazenda. A primeira vez foi em 1930-1931, durante a depressão, quando ele batalhou pelo equilíbrio orçamentário. Vinte e cinco anos depois, veio uma fase de inflação e virou depósito compulsório. As coisas são sempre complexas. Por quê? Porque todo governo aumentava o depósito compulsório, não consertava o *deficit*, e aquilo apenas diminuía o multiplicador do sistema bancário, da expansão primária feita pelo *deficit*. Interpretando de outra forma, correspondia a um empréstimo de graça feito pelo sistema bancário ao Tesouro. E o Tesouro nem vendia Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)[12], uma ideia que só veio mais tarde.

12 As ORTNs eram títulos públicos indexados denominados e sua emissão transformou a gestão da dívida pública e a condução da política monetária no Brasil. A emissão de ORTNs foi autorizada pela Lei 4.357, de 16 de julho de 1964. Ver *Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional*, Monografia nº 8. Rio de Janeiro, FGV – Banco Interamericano de Desenvolvimento – Escola Interamericana de Administração Pública, 1967.

Então, não se combatia a inflação, não se reduzia o *deficit*, e todo ministro novo aumentava o depósito compulsório.

No final, o depósito compulsório tinha perdido sua eficácia. O doutor Bulhões veio com o objetivo de reabilitá-lo e depois consertar outras coisas. Como banqueiro, o doutor Whitaker já estava cheio daquele negócio de depósito compulsório. Mas o que foi dramático é que ele era ministro da Fazenda. Se não acreditasse que um ministro da Fazenda podia combater a inflação, não deveria ter aceitado o cargo! Mas ele era um homem sério, pediu que o doutor Bulhões ficasse, ele ficou e fez um esforço, mandou liberar o compulsório e o confisco cambial. O doutor Whitaker era um homem do café e achava aquilo um absurdo. Ele tinha certa razão histórica, não estava de todo errado. Mas, naquele momento, como ministro, ele não percebeu que o doutor Bulhões estava lá para ajudar. Quando o doutor Gudin foi embora, o doutor Bulhões quis ir embora também, mas o doutor Whitaker fez um apelo para ele continuar e ele continuou. Realmente, tudo isso foi muito ruim para o doutor Bulhões.

O redesconto

Como funcionava o redesconto naquela época?

Hoje há o redesconto de liquidez e o refinanciamento oficial. Eu propus essa diferenciação, sugeri uma reforma total do redesconto em 1964, que foi aceita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Mas, antigamente, o redesconto era um animal misto, era as duas coisas. Um banco que tinha um problema de caixa pedia um redesconto e levava um papel [título de dívida que era monetizado pela autoridade monetária com desconto]. Esse papel era redescontado a 10%, enquanto os bancos emprestavam a 30% [os bancos comerciais fariam esse financiamento a taxas maiores]. O problema de caixa se resolvia em 3, 4 ou 5 dias, mas o banco não liquidava, ficava quietinho, de 90 a 120 dias, financiando expansão com o dinheiro barato do governo. Uma das ações fundamentais que fiz foi separar as coisas em linhas distintas, preços distintos e

documentos distintos. Redesconto de liquidez devia ser por quinze dias, renováveis por mais quinze e mais quinze, desde que o banco, antes de cada vencimento, explicasse por que precisava de mais de quinze dias de financiamento. Isso era caro, o banco não poderia utilizar esse dinheiro para refinanciar suas atividades internas. E, depois, havia linhas de refinanciamento para a produção, de 4% sem correção monetária, mas a instituição financeira precisava provar, no papel, que realmente financiou atividade, com comercialização em até 120 dias, descontando um título que comprovasse que realmente havia ocorrido a comercialização daquele tipo de produto naquela região do país. Com isso, separavam-se alhos de bugalhos na faixa de redesconto. Até 1964, era uma belíssima confusão.

Havia uma taxa única de redesconto.

Era uma taxa única. Aliás, havia uma bobagem: promissória era 10%; duplicata, considerada um negócio sacrossanto, era 9%. Para o café, era 7%. Para a comercialização, era um pouco mais barato e, para a produção, sempre foi barato, 4%. Mas o redesconto comum, não controlado, é que virava financiamento indiscriminado.

Havia certos momentos em que o Tesouro não gastava nos primeiros meses e tinha um *superavit*, o balanço de pagamentos tinha um *deficit* e você tinha uma contração na economia no curtíssimo prazo. Os bancos entravam no redesconto, resolviam a falta de liquidez. Até aí era muito legítimo. Mas, como o pessoal levava títulos de dívida de 120 dias para o redesconto, dali a pouco o governo começava a gastar de novo, o balanço de pagamentos invertia, e os bancos não traziam o dinheiro de volta. O redesconto era uma cremalheira: apertou a liquidez, solta o redesconto; folgou a liquidez, não devolve o redesconto.

A política de redesconto foi extremamente deficiente pela não distinção suficientemente precisa entre o que era redesconto de liquidez e o que era refinanciamento. Havia faixas extras de refinanciamento para a produção e para a comercialização, e havia o redesconto comum. Mas, no redesconto comum, não havia redução de prazo, e ele era barato. De forma que, nos momentos de aperto, o redesconto aumentava; mas não baixava quando havia

maior liquidez. As autoridades, muitas vezes, preocupavam-se com isso, muitas vezes, telefonavam aos bancos, sugeriam que liquidassem as operações, mas eles faziam ouvidos surdos. A autoridade ficava pedindo, ficava sugerindo ou tentando compensar usando outras medidas, mas o Tesouro continuava mandando brasa, de modo que não havia outras formas de compensar. Às vezes se fazia uma retenção do redesconto do café. Mas chegava o momento em que era preciso devolver, de modo que os instrumentos ficavam precários.

O instrumento mais deficiente de todos, em termos do combate à expansão monetária, foi o redesconto, muitas vezes por falta de compreensão das autoridades que estavam no governo – isso historicamente – e dos próprios banqueiros, que o viam sempre como instrumento de expansão: era um instrumento misto de liquidez, expansão dos negócios. É preciso lembrar que não existia mercado aberto, não era necessário o mercado aberto.

Por que não havia necessidade de mercado aberto? Mesmo que hipoteticamente houvesse tomadores para os títulos do governo, o senhor considera que o deficit *era tão excessivo, envolvia tantas distorções na economia, que não deveria sequer ser financiado por formas não inflacionárias como colocação de títulos da dívida pública?*

Não. Eu digo que o mercado aberto teria sido útil, se existisse. Acontece que não havia crédito público e, portanto, não poderia haver o mercado aberto. Mas um instrumento muito mais importante do que o mercado aberto é o redesconto. Mesmo sem o mercado aberto, poder-se-ia ter controlado melhor a moeda e o crédito por meio do redesconto. Era um instrumento de uma eficiência formidável para atender a crises de liquidez. Não havendo a questão de cheque BB,[13] não havendo mercado aberto, a dependência dos bancos em relação ao redesconto era muito grande, o que dava uma força enorme à autoridade. O instrumento era fortíssimo, mas foi mal administrado.

É claro que nem sempre a autoridade conseguia distinguir se a causa vinha da expansão do redesconto ou se vinha do Tesouro. Às vezes,

13 Os chamados cheques BB eram cheques administrativos emitidos pelo Banco do Brasil, de pagamento obrigatório.

momentaneamente, o Tesouro estava em ordem e vinha a pressão dos negócios pelo redesconto. Até certo ponto, era razoável atender. O problema era que, depois, o dinheiro folgava e o redesconto não voltava atrás. Ainda em 1964, senti isso, quando assumi a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (Cared), pois já conhecia o fenômeno. Senti e levei ao menos uns seis meses para conseguir mudar o redesconto – e já era o governo revolucionário, já havia orçamento monetário e tudo. Eu fazia reuniões com os banqueiros e dizia: "Olhem, folgou a situação, está na hora de devolver. Devolvam". Um ou outro devolvia, mas 95% não devolviam. Por quê? Era um dinheiro barato. Vi, então, que o *moral suasion*[14] não funciona, não funciona mesmo! Quando é questão de dinheiro, você vai devolver um negócio em que está ganhando uma diferença de juros que é uma beleza? Essa foi uma das razões porque tivemos que mudar mesmo, mudar para valer.

O balancete consolidado das autoridades monetárias

Quando se começou a fazer orçamento monetário?

O orçamento monetário surgiu historicamente como um exercício estatístico no Departamento Econômico da Sumoc. Como chefe do Departamento de Estudos Monetários e Financeiros, instalado em 1953 ou 1954, na administração do diretor José Soares Maciel Filho, chamei pessoas para trabalhar comigo e desenvolver estatísticas e técnicas de análise monetária. Essas pessoas convidadas por mim tornaram possível esse trabalho. Havia, por exemplo, o Paulo [Hortêncio] Pereira Lira, que tinha 22 ou 23 anos naquela época, aluno brilhante da Faculdade de Ciências Econômicas; o Eduardo da Silveira Gomes Jr., que já tinha se formado; o Basílio Martins, economista que tinha vindo do Fundo Monetário havia pouco tempo. Esses foram os que trabalharam mais diretamente na construção do orçamento monetário. Também tivemos na época uma ajuda muito boa do Alexandre Kafka, da FGV.

14 *Moral suasion* ocorre quando uma autoridade monetária tenta pressionar instituições financeiras a aderirem a determinada política.

Na fase inicial, antes de pensarmos em orçamento monetário, buscamos – e nessa etapa a contribuição do Kafka foi muito importante – uma consolidação das contas das autoridades monetárias brasileiras. Não havendo banco central, a autoridade monetária estava pulverizada em vários órgãos e não havia noção do conjunto. Nosso primeiro trabalho importante – além de apurar séries estatísticas básicas de meios de pagamento, créditos etc. – foi justamente a consolidação das contas das autoridades monetárias, para ter uma ideia do banco central brasileiro hipotético que existia no meio daquela confusão. O que fizemos foi não apenas somar, mas eliminar as relações de débito e crédito internas das unidades consolidadas, de forma que elas figurassem apenas com suas relações de débitos e créditos com o exterior. Dentro dessa consolidação, separamos as contas típicas de banco central daquelas que não são. Foi nesse ponto que Alexandre Kafka foi muito relevante. Ele, com informações menos precisas, mas com uma visão muito clara do problema, já tinha feito, com alguns auxiliares, uma consolidação na FGV. Confrontamos nossas ideias com o trabalho dele, vimos uma coincidência enorme e levamos adiante certos aspectos que ele não tinha levado em consideração, por não ter tido tempo, ou elementos, ou acesso às informações que tivemos. Tivemos, sobretudo, mais tempo para refinar a metodologia. Mas foi de fundamental importância para o resultado final de consolidação o apoio do Alexandre Kafka naquele momento. Isso aconteceu nos idos de 1954, se não me engano.

Esse instrumento nos permitiu separar o banco central implícito, e dar ordenação àquelas várias autoridades monetárias, incluindo o Banco do Brasil. Definir o banco central deu-nos um instrumento de política monetária muito bom para analisar as causas da expansão e contração dos meios de pagamento, porque fizemos a consolidação das contas dos bancos comerciais e, depois, a consolidação do sistema criador de moeda e eliminamos ou ressaltamos, em contas separadas, as relações dos bancos comerciais com a autoridade monetária, a base monetária. Tivemos, então, uma consolidação final. E, pela primeira vez no país, foi possível realmente fazer uma análise quantitativa direta das causas da expansão e contração dos meios de pagamento. Antes, o que se fazia era uma análise da estatística de meios de pagamento. Havia informações sobre a série de meios de pagamento, sobre o *deficit* do Tesouro e sobre o redesconto. Mas, pela primeira

vez, tivemos um balancete consolidado, fechando ativo com passivo. Depois, evidentemente, confrontamos posições nos fins dos períodos e fizemos as variações. Portanto, a expansão dos meios de pagamento passou a ser uma variação do balancete consolidado das autoridades monetárias. Evidentemente, a variação de qualquer conta de um balanço é igual à soma algébrica das variações das demais contas. Então, pela variação das demais contas, explicamos as causas da contração e expansão dos meios de pagamento em dado período, analisando quais haviam sido deflacionárias e quais inflacionárias.

A partir daí, do que seria um tipo de análise ex-post*, o que foi observado?*

A partir do balancete consolidado, partimos para a projeção e veio o orçamento monetário.

Um instrumento de política.

Um instrumento de política, sim. Feita essa metodologia, partimos para o conceito *ex-ante,* que é a previsão, a programação. Partimos para uma concepção do que seria desejável em termos de expansão dos meios de pagamento para o próximo período, para oferecer às autoridades um instrumento de controle. Admitimos uma certa taxa inevitável de inflação de custos, devido ao crescimento da economia e, então, admitimos que, se permitíssemos uma certa expansão dos meios de pagamento, partindo de uma concepção muito crua de que não haveria uma mudança estrutural importante na velocidade de circulação da moeda, ela teria aquelas variações estacionais, mas não haveria mudança estrutural importante em curto prazo. Faríamos pesquisas permanentes para detectar modificações estruturais e reintroduzir na programação. Então, tiramos do orçamento monetário tetos para as operações das instituições financeiras oficiais, principalmente para o Banco do Brasil. Levamos para o Conselho da Sumoc, o ministro gostou, mas o presidente do Banco do Brasil, visivelmente, não gostou.

Quem era o ministro da Fazenda na época?

Tivemos várias fases. A primeira vez que se levou isso no nível de ministro foi ao ministro Osvaldo Aranha. O doutor José Soares Maciel

Filho se entusiasmou com o trabalho, achou-o extremamente interessante e levou-o ao ministro. Osvaldo Aranha disse: "Isso é muito interessante, e há um outro trabalho, feito pelo Banco do Brasil". O Banco do Brasil tinha feito um trabalho tentando separar as contas. O coordenador desse trabalho era um rapaz extremamente sério, competente e dedicado. Na época, sua especialidade profissional era contabilidade, mas tinha muito talento, tanto que fez uma carreira muito bonita no serviço público. Era José Lopes de Oliveira, que depois foi presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Tivemos, então, uma confrontação. Osvaldo Aranha disse: "Bem, vamos ver. Já temos dois esquemas". Evidentemente, o nosso esquema era bastante mais refinado do que o outro, mas não chegou a ser realmente adotado para fins de orçamento. Ficou como sugestão nossa e, depois, como ponto de referência para analisar a implementação e mostrar às autoridades que a expansão monetária estava excessiva. Ficou como instrumento de trabalho e de análise do Departamento Econômico da Sumoc.

O pessoal que estava fazendo o orçamento monetário tinha perfeita consciência no tocante a expectativas inflacionárias?

Eles tinham certa ideia, mas ter perfeita consciência seria demais. O ministro da Fazenda mudava de 6 em 6 meses ou, na melhor das hipóteses, de ano em ano. Era extremamente difícil calcular expectativas. Por outro lado, a inflação não era tão violenta naquela época. Ela nos assustava, mas, hoje, olhando para trás e vendo que nos assustávamos com uma inflação de 12% ou 15%, acho até graça. De toda forma, assustávamo-nos porque, com a fraqueza política e a incompreensão dos problemas monetários, o processo inflacionário tinha tendência a acelerar, e sabíamos que depois que adquirisse um certo impulso seria extremamente difícil controlá-lo. Era fácil controlar quando a inflação estava em 12%; era fácil, também, porque em boa parte era apenas uma questão de botar um pouco de ordem no desperdício, no *deficit* de custeio, que era assunto político. Não era uma questão de redução dos investimentos.

O doutor Gudin, quando foi para o ministério, fez uma declaração que assustou muita gente: "Se for necessário, suspendemos as obras

públicas! O país tem que pensar em termos de décadas e não de um ano!". A rigor, o que você pode cortar num programa de emergência são as novas obras públicas. Dispensar gente é extremamente difícil. É muito mais desejável você cortar custeio do que cortar investimento, mas, infelizmente, é incomparavelmente mais fácil cortar investimento do que cortar custeio. Na prática, todo ministro que assumia, mesmo com as melhores intenções, geralmente não conseguia reduzir as despesas de custeio por razões políticas e fazia um esforço de contenção pela redução de investimentos – e assim mesmo era preciso fôlego, pois havia muita pressão para fazer obras. Em geral, todo programa de emergência para reduzir o *deficit* cortava investimento e não custeio. Ainda assim, doutor Gudin, mais de uma vez, afirmou que mesmo assim valia a pena executar um programa de emergência: "Afinal, o país não vai quebrar por se evitarem novas obras públicas durante seis meses!".

A situação mundial na época não era inflacionária. Já tinha passado aquele pós-guerra, havia tendência de recessão nos Estados Unidos e não havia inflação mundial. As tendências inflacionárias eram muito bem controladas, embora com a Guerra da Coreia tenha havido um recrudescimento da alta de preços, por questão de *stockpiling* [acumulação preventiva de estoques]. Mas não havia influências externas importantes que contribuíssem para a inflação. Os problemas não eram tão graves assim. Portanto, com um pouco de disciplina e continuidade administrativa, poder-se-ia ter reduzido a taxa de inflação sem interromper o desenvolvimento econômico. Era essa a nossa convicção.

Orçamento monetário: da sugestão à lei

Quando o doutor Bulhões foi para a Sumoc, na gestão do doutor Gudin, no Ministério da Fazenda, como ele viu o esforço do Departamento Econômico de preparar o orçamento monetário?

Quando o doutor Bulhões assumiu, evidentemente falamos com ele sobre o orçamento monetário. Ele começou a pensar em transformar

o Conselho da Sumoc num instrumento de política, e calculamos débitos para o Banco do Brasil. Infelizmente, ele ficou relativamente pouco tempo. O doutor Gudin ficou menos tempo ainda, mas estava muito preocupado com o controle do Banco do Brasil. Todo mundo, até o Fundo Monetário, sabia que, quando o governo apresentava os planos, ele dizia: "E os senhores vão controlar o Banco do Brasil?". Isso já era sabido no estrangeiro. Mas nem o doutor Gudin nem o doutor Bulhões ficaram tempo suficiente para controlar a situação, embora tenham tomado providências de emergência importantes. O doutor Whitaker também ficou pouco tempo.

Veio o governo Kubitschek. Ainda durante a campanha do Juscelino, uns seis meses antes da eleição, Lucas Lopes convidou Roberto Campos para coordenar a parte econômica. E eu, Denio Nogueira, Lattini e várias pessoas fomos convidados para ajudar a fazer o Programa de Metas e o programa de controle da inflação. Produzimos um famoso documento amarelo, em que se estabelecia um programa simultâneo de desenvolvimento econômico e de combate à inflação.[15] Há lá um gráfico do qual eu ainda me lembro, que dizia: "Ritmo dos investimentos globais". Nos dois primeiros anos de combate à inflação, a curva dos investimentos era muito modesta, só subia nos outros anos. Era a nossa forma de mostrar a necessidade de compatibilizar os dois objetivos: não ser muito ambicioso nos dois primeiros anos em matéria de investimento e, sem interromper o crescimento, dar prioridade à limpeza da casa em termos fiscais e monetários.

Nossas intenções, porém, não foram seguidas pelo governo. Fizemos o orçamento monetário, que não foi aprovado como orçamento monetário propriamente, mas como programa monetário. Foram aprovados pelo Conselho da Sumoc, na época, débitos para o Banco do Brasil. Inclusive, calculamos a estacionaridade das operações das várias

15 O documento *Perspectivas da economia brasileira* foi organizado por um grupo de trabalho composto por Evaldo Correia Lima, Sebastião Santana e Silva e Juvenal Osório Gomes, do BNDE; Sidney A. Lattini, Ricardo Moura e Olindo Knust, da Sumoc; Denio Nogueira, do Conselho Nacional de Economia; Gerson Augusto da Silva, do Ministério da Fazenda; e Alexandre Kafka, da FGV. Possuía como preocupações centrais a contenção da inflação e o saneamento do balanço de pagamentos, e chegou ao conhecimento de Juscelino Kubitschek numa reunião realizada no início de novembro de 1955, após as eleições, no Hotel Quitandinha. Ver CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

carteiras do Banco do Brasil. O presidente do banco, na época, era o doutor Sebastião Pais de Almeida. Ele jamais acreditou na metodologia do orçamento monetário e jamais escondeu seu ceticismo em relação a esse instrumento. As reações do Banco do Brasil em nível gerencial foram variadas. Alguns se opuseram porque achavam que era um absurdo, uma camisa de força; outros gostaram muito, principalmente os da administração geral, em nível de superintendência. Diziam: "Casimiro, há anos estamos atrás de uma coisa como essa. Nós temos um problema de impor limites para as agências. Como o Banco do Brasil trabalha com recursos do governo, e não com poupança ou recursos de depósitos voluntários, não se pode dizer a cada um que se limite aos depósitos captados. Ou melhor, pode-se, mas na base da demanda. Ora, na base da demanda não se pode trabalhar. Então, é preciso ter uma quantificação desse tipo. Isso está ótimo, porque agora, partindo disso, podemos distribuir por agência. Para nós, é um instrumento formidável. Vocês produziram aquilo que queríamos, inclusive com argumento para tapar a boca dos gerentes: não pode passar do orçamento monetário". Mas essa foi a reação de gente que queria acertar, queria trabalhar, queria cooperar.

Finalmente, nossa programação monetária esbarrou na realidade política. As coisas não saíam como deviam, os *deficit* não foram reduzidos, outros problemas surgiram, o governo cedeu politicamente em questão de salários, deu mais aumentos que o necessário, e não reajustou tarifas – isso ainda no começo do governo. Tivemos uma reunião melancólica em 1956, porque os marítimos pediram um aumento muito superior ao do custo de vida, e o presidente da República, junto com [José] Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, decidiu dar. O almirante Lúcio [Martins] Meira, ministro dos Transportes e homem extremamente enérgico, disse: "Bem, eu acho excessivo, mas isso de achar excessivo é com o ministro da Fazenda. O problema comigo é que eu tenho que aumentar as tarifas, porque as empresas, tanto do governo quanto particulares, já estão em *deficit*, de modo que é muito simples: é só aumentar". Aí veio a decisão política: não aumentar a tarifa. Disse ele: "Mas tem que dar aumento de salário e não pode aumentar a tarifa? Então, aumenta o *deficit* a ser coberto pelo governo". Tivemos uma reunião dramática em que Alkmin, que era o ministro da Fazenda, foi contra o aumento;

Lúcio Meira também foi contra. Mas veio o argumento a favor: "Isso é um compromisso da campanha eleitoral, do vice-presidente João Goulart. Além disso, há uma pressão muito grande e vai haver revolta". Disse o Lúcio Meira: "Revolta? Eu ponho a tropa lá e acabo com essa revolta. O governo dá o que é razoável, de acordo com o custo de vida!".

Então pediram-me que fizesse uma exposição, e comecei a falar sobre a gravidade do *deficit* que já existia; sobre a ineficiência desses subsídios em termos de utilização de fatores da economia; sobre como isso iria prejudicar o orçamento monetário, uma vez que, quando há um *cost-push*[16] irreversível pelos salários, tem-se que rever o orçamento monetário porque senão, ao tentar manter o mesmo orçamento monetário, quebra tudo. Eu estava no meio da exposição quando o ministro Parsifal Barroso disse: "Quem é esse jovem?". Disse Alkmin: "É o Casimiro. Você não conhece o Casimiro?". Ele então me disse: "Moço, eu acho que o senhor pode economizar o seu fôlego. Isso é uma questão que já está decidida pelo presidente e o vice-presidente da República e acho que não devemos perder tempo. Minha sugestão é que nós, ministros, suspendamos a reunião, uma vez que a decisão já foi tomada de cima". Eu disse: "Bem, mas eu queria então apenas gastar mais cinco minutos e comentar os efeitos que vão surgir daí, só isso". Pediram que eu contasse. Expliquei isso, expliquei aquilo, que haveria distorção dos fatores da economia, que teriam que fazer outro orçamento monetário, porque, se mantivessem aquele, quebrava tudo, e uma série de coisas.

Quero mencionar ainda o seguinte em termos de orçamento monetário: após 31 de março de 1964, redigimos a reforma bancária e monetária que criou o Banco Central. Resolvemos, com base na nossa experiência de muitos anos, colocar o orçamento monetário no texto da lei.[17] A lei, pela primeira vez, mencionou o orçamento monetário como instrumento básico de quantificação de política e a obrigatoriedade de ser feito e aprovado periodicamente pelo CMN.

---

16 *Cost-push* é um aumento nos custos de produção que resulta em aumento dos preços ao consumidor não correspondente ao nível de demanda. Ver <https://www.merriam-webster.com/dictionary/cost-push>.

17 O artigo 4º, III, da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelece como função do CMN aprovar os orçamentos monetários preparados pelo BCB, por meio dos quais se estimariam as necessidades globais de moeda e crédito.

Como dali a um ano podíamos não estar mais em nossos lugares, era preciso deixar o princípio na lei. Então, a diferença é que o orçamento monetário passou a ser não uma sugestão de técnicos ao ministro da Fazenda, mas um documento de vida legal. E ainda é uma obrigação legal do CMN, até que se mude a lei.

A falta de um banco central

Quais eram, afinal, os instrumentos de controle monetário utilizados pelo governo antes da criação do BCB?

Quando se fala em controle, fala-se sempre em termos de conjunção da política fiscal, da política financeira – principalmente a questão do *deficit* de caixa do governo – com a política salarial. Definidas essas duas, você pode então definir as linhas mestras da política monetária e utilizar instrumentos de controle. Supondo que o *deficit* de caixa do governo ficará tal como programado, e que os reajustes salariais vão permanecer dentro de um intervalo razoável, ainda há uma expectativa de *cost-push* – não se pode acabar em um mês com a inflação e com a taxa de crescimento – e se permite então uma certa expansão no orçamento monetário. Mas, para ser atingida essa expansão, precisa-se, antes de mais nada, impor disciplina aos órgãos oficiais, às autoridades monetárias ligadas ao governo – principalmente o Banco do Brasil, que ainda está ligado ao processo de criação de moeda. Então, faz-se uma estimativa dos recursos não monetários que vêm ao sistema oficial, poupanças, parafiscais, confiscos, como o do café, e tira daí uma resultante. Dessa resultante, programamos a expansão monetária desejável. Um instrumento de controle monetário é o teto de crédito do Banco do Brasil porque, se ele disparar na frente, há duas hipóteses: ou ele dispara com poupança ou com recursos que já estão no sistema. Então, não há expansão inflacionária maior – mas há o inconveniente de que ele pegue uma fatia maior dos recursos do sistema financeiro, deprimindo-se o sistema privado.

Há um aspecto qualitativo aí muito importante, embora o quantitativo continue atendido. Acho que sempre esteve implícita a preocupação

de o Banco do Brasil não tomar uma parcela excessiva na programação do sistema financeiro. Sempre se procurou imprimir ao Banco do Brasil uma expansão semelhante à dos meios de pagamento globais, exceto em assuntos de crédito agrícola, quando ele tem, sozinho, 90% do conjunto. Mas isso é outro aspecto. Se tudo funcionasse bem e se não houvesse surpresas especiais, a rigor não se precisaria utilizar o depósito bancário compulsório, não se precisaria utilizar redesconto na programação global. Utiliza-se o redesconto apenas para um ou outro banco que tivesse um problema de liquidez, ou se o sistema excepcionalmente precisasse de um pouco mais de dinheiro – os problemas extras também eram colocados na programação. Há faixas extras de refinanciamento para a produção. O sujeito recebe para ser liquidado em nove meses, com faixas extras de até 120 dias para a comercialização, os próprios meios de pagamento, o volume de crédito, sofrem flutuações sazonais e isso era embutido razoavelmente na programação.

Se tudo corresse bem, não seria preciso utilizar os depósitos compulsórios. Na prática, as coisas nunca saíam conforme o previsto pelo programa. Às vezes, o Tesouro, por pressões especiais, tinha que soltar muito mais dinheiro do que estava previsto; e o que havia de dinheiro partia também do Banco do Brasil, que, por sua vez, apanhava os recursos na Cared, levando papéis legítimos de redesconto. Dava a impressão formal de que o Banco do Brasil estava tomando recursos para a carteira agrícola, mas não se sabia até que ponto era isso mesmo ou se tomava para a carteira de crédito industrial; ele podia já ter esse dinheiro e, naquele momento, estar tomando para dar ao Tesouro. Em outras palavras, o *deficit* era sempre maior do que o autorizado pelo Congresso, sempre maior do que o previsto pelos assessores do governo.

Essa era a grande frustração. Colocava-se, com frequência, o dilema: deixamos isso como está ou tentamos compensar? Quem levava a culpa, quem pagava o pato eram os bancos comerciais, porque a primeira reação do assessor do governo era dizer: "Vamos reduzir o multiplicador dos bancos comerciais. Já que os políticos estão fazendo besteira, vamos então reduzir o multiplicador". Você reduz o multiplicador aumentando os depósitos compulsórios, e a expansão excessiva global é, então, menor do que a que seria se

fosse o mesmo multiplicador. Mas isso era um remendo para ganhar tempo, para ganhar uma batalha certa, que era a racionalização das finanças públicas nos seis meses adiante. Era sempre a esperança que nunca morria no economista assessor do governo: "Quem sabe se, com o tempo...".

Na prática, o tempo ia passando, os erros se repetiam e ficavam os depósitos compulsórios tão somente reduzindo o multiplicador. Mas funcionava, porque, de qualquer forma, acabava havendo a expansão monetária excessiva. Estou me referindo à excessiva, porque a expansão programada, uma expansão desejável, pode ser perfeitamente provocada por um *deficit* do governo. É uma forma perfeitamente autêntica de colocar dinheiro em circulação, e não era isso que estava errado. O que estava errado eram duas coisas: primeiro, pelo fato de ser mais do que o razoável em termos de provocar uma expansão monetária aceitável e, segundo, porque era muito desperdício, e não apenas em obras públicas. Se ao menos os *deficit* fossem de obras públicas, o custeio estivesse equilibrado e o *deficit* global gerasse a expansão dos meios de pagamento desejável para a economia, não haveria maiores objeções; era segurar dos outros lados e pronto. Como o país está crescendo e sempre há alguma inflação, essa é uma forma perfeitamente autêntica de financiar o Tesouro pelo banco central, aumentando o papel-moeda em circulação, multiplicando para dar uma expansão monetária desejável. O problema era aquilo que nós achávamos desejável e que não era feito racionalmente: havia desperdício de custeio, má utilização de fatores, serviços públicos quebrados, demagogia das tarifas, ineficiência dos setores públicos.

Tentou-se anular *deficit* excessivos por meio do único instrumento, mas logo ele chegou ao limite, tornou-se ineficaz. O máximo era 25%. Quando chegava a 20%, ele só podia tomar 25% na margem, o que era muito modesto. A vantagem do depósito compulsório é que, embora ele só possa ir até 25%, 28% ou 30% dos depósitos, quando vai de 15% para 25%, pode recolher 100% na margem. Aliás, não convém 100%, porque os bancos têm que guardar sempre uma proporção do aumento de depósito em liquidez. Mas você tira 15%, porque vai guardar como liquidez voluntária, e absorve 85% de qualquer aumento, no processo global de 15% para 25%. Isso

tem uma eficácia de contenção enorme e, como só atinge os bancos que estão se expandindo, também se torna mais suportável, embora talvez não muito justo para com os bancos mais dinâmicos. É mais suportável pelo sistema porque nenhum banco é obrigado a reduzir o crédito, e os que não tiveram crescimento de depósito não recolhem nada na margem. Fez-se muito isso. Jamais quiseram contrair meios de pagamento. Falava-se em retirar de circulação, mas nunca se retirou nada. O que se queria era reduzir o efeito, a multiplicação da expansão do governo – nem era da expansão do governo, porque há uma parte da expansão do governo que é uma forma perfeitamente legítima de se colocar dinheiro em circulação.

A frustração era que nunca se tomavam medidas básicas, não se racionalizavam as tarifas dos serviços públicos, não se atualizava a taxa cambial, induzindo distorções na economia. Só restava, em curto prazo, o recurso de reduzir o multiplicador do sistema bancário comercial privado, o que reduzia momentaneamente o impacto inflacionário do governo. Mas não era justo, nem suficiente. Então, havia fracassos sucessivos da programação.

A impressão que se tem é de que nos anos 1950 realmente fez falta um banco central.

Sim. Tanto que foi uma coisa extraordinária quando apresentamos o balancete consolidado das autoridades monetárias para as pessoas. O pessoal ficou maravilhado com o óbvio, que não existia! Você falava com um estrangeiro e ele não entendia que não existisse. Nós, frustrados porque não conseguíamos a criação de um banco central, criamos o balancete, que mostrava como seria o banco central, se existisse. Um banco central misto, é verdade. Porque não se podia separar o dinheiro que estava misturado. Mas se separava na classificação das contas. Conta de banco central: ativo e passivo. A diferença, para mais ou para menos, era o canal que levava para as contas espúrias. E se mostrava como se ia de uma para outra, como a parte de banco central estava financiando as outras operações, inclusive empréstimos ao Tesouro Nacional pelo Banco do Brasil. Foi a primeira vez que se abriram os olhos. As pessoas que estavam estudando, que queriam fazer análise e não conseguiam, sentiram a importância, na época, do

balancete. Isso me deu uma grande satisfação profissional: fazer uma coisa útil, que servia para os outros.

Pela primeira vez, teve-se estatística de meios de pagamento num sistema de partida dobrada e não de partida simples: a partida simples não indica as causas, não mostra os canais de transmissão da expansão monetária. Mas, se você pegar duas posições – vamos dizer, uma em dezembro, outra agora –, dois balancetes, você faz o fluxo, a variação. É um passo a mais. Em qualquer sistema de partida dobrada, em que ativo é igual a passivo, a variação de uma conta é igual à soma zero das demais contas de ativo e passivo – isso é tautológico. Então, tendo você a expansão monetária aqui, ela é explicada pelas variações das demais contas, cuja variação é igual a ela. E há variações que expandem a moeda e variações que contraem, trazem dinheiro de volta. Daí veio aquele quadro, que até hoje é publicado, das "causas da expansão da base monetária".

Isso, que é o óbvio ululante, no Brasil, foi uma contribuição realmente importante. Lembro-me de que o pessoal do FMI queria analisar a situação e era apresentada a eles uma série estatística dos meios de pagamento separada do *deficit*.

E ainda havia a Caixa de Amortização, que publicava, nos jornais, a série de emissão de papel-moeda, que era sua responsabilidade legal, mas o que não garantia que o dinheiro estivesse em circulação. Porque ela emitia, mas guardava. Isso era competência da Cared. Então, ia-se procurar a Cared, para saber qual era a emissão. Era um inferno. E isso servia, inclusive, para os maus elementos, para os maus indivíduos. Era o que Carlos Lacerda disse muito bem, uma vez: "A Carteira de Redesconto é o biombo da inflação".

Eu me lembro de que os jornalistas vinham conversar comigo: "Mas, afinal, houve ou não houve emissão?". Iam conversar com o governo e o governo, sem-vergonha, dizia: "Não! Você leu o quê? Isso é movimento de papel. Isso não está em circulação. O que está em circulação é a Carteira de Redesconto". Eles corriam para a Cared e, lá, diziam: "Não, espera aí. Nós estamos fazendo uma expansão controlada de moeda, para redescontar legítimos efeitos comerciais. Comercialização de safra. Isto, quando vier a liquidação, volta tudo.

É emissão monetária no bom sentido". Aí, o pessoal tonteava. "Mas o governo está sacando no Banco do Brasil!" "Não, o Banco do Brasil empresta ao Tesouro, mas dentro dos seus recursos. O Banco do Brasil só redesconta efeito de Carteira Agrícola." E ficavam brincando. Dali a pouco, a circulação efetiva estava enorme, já estava dando na vista e então eles faziam a triangulação legal. Vinha uma lei que dizia: "O Tesouro não deve mais nada ao Banco do Brasil que, então, também não deve mais nada à Carteira de Redesconto que, então, também não deve mais à Caixa de Amortização pela requisição de papel-moeda!".[18] Ninguém devia a ninguém! Aí, o pessoal da imprensa corria: "Bom, agora houve emissão. Está aqui!". "Não, isso está há muito tempo em circulação. Isso é um problema de responsabilidade legal."

Essas e outras histórias eram contadas. Os jornalistas ficavam malucos. Nós, da Sumoc, fornecemos então o balancete consolidado. O diretor, José Soares Maciel Filho, era um político, e disse: "Olha, esse quadro aí, balancete consolidado das autoridades monetárias, vai repercutir fortemente porque vocês estão pondo a cauda do governo à mostra. O negócio está perigosamente claro". Eu disse: "Mas esse é o objetivo!". Ele: "Fica muito mal para o governo. Vocês são obrigados a publicar isso? Acho que não deviam publicar". Respondi: "O senhor me desculpe, mas todo mundo já sabe, estão batendo palmas e pedindo a informação". Ele: "Pelo menos não publiquem nesta semana. Preciso falar com doutor Getulio". Quando nós fizemos isso, Getulio estava no poder, coitado. O pessoal era todo novo, na casa dos vinte – eu era o mais velho, com 28 –, estava todo mundo satisfeitíssimo de ter dado uma contribuição, e recebe instrução para não publicar. Eu digo: "Pessoal, eu peço demissão, vou embora, mas não engulo essa". Quer dizer, para mostrar o óbvio, o sujeito tinha que ameaçar ir embora!

18 "Esta mistura de banco comercial e autoridade monetária era considerada prática inadequada do banco central pela simples razão de que não existiam limites rígidos à emissão de papel-moeda. De fato, a curto prazo, a limitação era de que o débito da Carteira de Redescontos para com o Tesouro por conta de papel-moeda emitido não podia ultrapassar 25% das disponibilidades em ouro e divisas (artigo 2º, do Decreto-Lei nº 4.792). À falta de uma legislação específica, no entanto, a longo prazo tal limitação não existia, pois toda vez que a Carteira de Redescontos atingia este limite o Congresso Nacional votava uma lei 'encampando' a emissão realizada pelo Tesouro. Isto é, o Tesouro passava a ser o responsável pelo papel-moeda em circulação, cancelando-se os débitos da Carteira de Redescontos, Banco do Brasil e Tesouro." SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1983, p. 294-300.

Hoje você dá risada quando pensa nisso. Mas os mistérios políticos também existem hoje, de outras formas. As assessorias estão sentindo dificuldades, por outras razões. Mas essas eram as nossas batalhas.

Fotos

Casimiro Ribeiro (1° da esq.) com a mãe, Stela, e os irmãos Mário, Sérgio, Adelaide e Paulo. Cruz Alta, RS, 1936

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1951

Com a mulher Laércia, um amigo e o filho. Inglaterra, 1955

O assessor e o ministro da Fazenda José Maria Alkmin. Washington, Estados Unidos,1956

Recepção na embaixada brasileira em Washington, em 28 de setembro de 1956. Na frente, embaixador Ernani do Amaral Peixoto (4º da esq.) e ministro José Maria Alkmin (5º). Atrás, Casimiro Ribeiro (1º da esq.).

Casimiro Ribeiro enquanto funcionário da Sumoc. Rio de Janeiro, s.d.

Com técnicos estrangeiros, durante a VII Reunião de Técnicos de Bancos Centrais no Copacabana Palace Hotel. Rio de Janeiro, 1963

O ministro da Fazenda, Octavio Gouvêa de Bulhões (2º da esq.); o diretor do Banco Central Casimiro Ribeiro (3º); e o diretor-executivo do FMI, Maurício Bicalho (4º). Rio de Janeiro, c. 1965

Reunião-almoço da Associação Brasileira de Distribuidoras de Valores (Adeval). Da esquerda para a direita, Sérgio Ribeiro; Casimiro Ribeiro; o presidente da entidade, Ney Castro Alves; e o presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1979

Ary Waddington, Roberto Campos, Octavio Gouvêa de Bulhões e Casimiro Ribeiro, em almoço comemorativo da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid). Rio de Janeiro, s. d.

Com Eugênio Gudin e Luís Roberto Cunha. Rio de Janeiro, 1982

Almoço da Anbid em comemoração aos quinze anos da Lei do Mercado de Capitais. Da esquerda para a direita, Karlos Rishbieter, Luís Gonzaça do Nascimento Silva, Ernane Galvêas, Roberto Campos, Casimiro Ribeiro, Carlos Langoni, João Paulo dos Reis Veloso (8º). Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1982

Capítulo 4

JK e a Inflação

Propostas e decepções

Embora hoje possamos achar graça em preocupações com taxas de inflação da ordem de 14% ou 15% ao ano, taxas dessa magnitude, observadas nos anos 1950, criavam tensões que os economistas consideravam intoleráveis para a economia brasileira. Gostaríamos de ouvir sua opinião sobre as causas do processo inflacionário daquela época e, em particular, de saber se, no seu entender, havia incompatibilidade entre a execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e a estabilização de preços.

Temos dois aspectos na taxa de inflação daquela época. Dado o sistema político de tarifas demagógicas de serviços públicos, e também de manutenção demagógica da taxa de câmbio em um nível artificialmente baixo, a taxa de inflação não refletia exatamente a inflação potencial. Uma taxa de 15% naquela época era mais grave do que 30% hoje, quando temos um sistema quase todo montado na base de correção monetária, em que as distorções da economia são bastante minimizadas. Portanto, não devemos subestimar aqueles 15%. No Brasil daquela época, não só havia falta do instituto da correção monetária, como havia uma política deliberada, demagógica, de reprimir artificialmente lá em baixo certos preços fundamentais, o que gerava distorções sérias na economia.

Há outro aspecto grave: é que isso ficava anos a fio sem solução. Então, por exemplo, se tomarmos as taxas de um período de 3 ou 4 anos em que não houve correção cambial nem houve correção adequada de tarifas públicas e somarmos tudo, teremos uma inflação ostensiva, registrada, de uns 50%, e uma inflação potencial parcialmente reprimida de muito mais. Podemos ter uma ideia do que acontecia – e acho, aliás, que esse é um estudo extremamente útil e que ainda não foi realizado – fazendo um levantamento da época, tentando estimar

a inflação potencial reprimida, ainda que grosseiramente, e somando cumulativamente, ao longo do tempo, essa defasagem resultante da falta de ajuste, ou da atualização insuficiente de preços básicos na economia.

A segunda parte da pergunta se refere à compatibilização de dois objetivos teoricamente incompatíveis nos seus termos extremos: combater com rapidez a inflação e promover o desenvolvimento econômico. A compatibilização se entende em termos de acordo de meio-termo, de até que ponto sacrificar um em favor do outro, porque os dois objetivos operam em sentido inverso. Todos nós sabemos que a eficiência do combate à inflação é negativa do ponto de vista do nível de atividade econômica e de crescimento. O problema é de gradação e de opção entre os tipos de combinação a fazer entre as duas coisas, o tipo de ênfase a dar.

Na programação econômica do governo Juscelino, decidiu-se que era tão importante arrumar a casa para que o país pudesse se desenvolver bem, que se aceitou um nível de investimentos mais modesto nos dois primeiros anos, quando haveria maior ênfase no combate à inflação. Por isso, havia aquele famoso gráfico do documento amarelo, em que, apanhando por quinquênio, a curva de investimentos totais começava baixa e depois subia.

Era importante não elevar muito o investimento público nos dois primeiros anos, mesmo sacrificando o impulso do desenvolvimento. Haveria algum, mas não um impulso brilhante. Fizemos isso em favor de um combate mais eficaz à inflação, não apenas em termos de índice geral da inflação e de remoção de distorções prejudiciais à utilização dos fatores, mas para obtermos melhores condições de, depois, acelerarmos o processo de crescimento.

No entanto, 1956 foi o ano que acusou o deficit *mais elevado da década de 1950 no setor público, como proporção da receita.*[19] *Isso significa que houve abandono das sugestões do "documento amarelo"? O* deficit *do setor público tinha duas origens. Uma era o financiamento do* deficit *das empresas de serviços públicos. Mas parte era também gerada pelo financiamento de programas de desenvolvimento.*

19 Em 1956, o *deficit* orçamentário da União atingiu 26 bilhões de cruzeiros, em contraste com 5,7 bilhões em 1955 e 3,9 bilhões em 1954. Ver *Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1957.

Não me lembro mais das quantificações e não posso dar uma impressão exata do que era, mas o que eu senti foi que, embora houvesse essa preocupação em ter uma curva ascendente de investimentos, havia também uma preocupação qualitativa no que diz respeito às finanças públicas. Era importantíssimo reduzir os *deficit* de custeio, muito mais do que sacrificar as obras públicas essenciais. O que parece, o que se sentiu, é que o governo manteve os gastos de custeio e, ao mesmo tempo, investiu em obras públicas. O próprio presidente se entusiasmou e promoveu a aceleração dos programas de metas, porque tinha um espírito construtivo, um espírito otimista. Ele não foi bem-sucedido na contenção do desperdício de custeio, na redução dos *deficit*, por razões políticas, mas não quis deixar de fazer o que era essencial e até fez, talvez, sem a cautela recomendada inicialmente. Sobretudo, não se fez esforço válido nenhum para reduzir o *deficit*, com exceção da Rede Ferroviária. Aliás, não existia Rede Ferroviária ainda. Ela foi criada, acho, naquela época, também como parte do programa de racionalização: reunir tudo em uma só companhia e reduzir o custo por meio da uniformização de equipamentos e eliminação de ramais ineficientes. Houve um momento em que o *deficit* da rede era ⅓ ou metade do *deficit* de caixa total, uma brutalidade.[20]

A reforma do sistema ferroviário brasileiro, de forma muito simples e esquemática, tinha duas etapas. Uma era eliminar os ramais deficitários: pura e simplesmente erradicá-los, o que era fácil do ponto de vista técnico e difícil do ponto de vista político. A segunda era refazer as linhas, reestruturar e modernizar, porque a nossa rede ferroviária foi montada no fim do século passado e no início deste século, em uma época em que não havia transporte rodoviário, não havia caminhão – não digo que não houvesse estradas, mas em parte alguma do mundo, nem nos Estados Unidos, havia transporte rodoviário no sentido importante da palavra. Era uma estrutura de 50 anos que estava ultrapassada, ineficaz. Já tinham sido construídas rodovias, já havia transporte rodoviário a média distância, de carga e de passageiros, absolutamente eficaz e econômico. Persistia a rede ferroviária por saudosismo, inércia e pressões políticas locais; uma

20 A Rede Ferroviária S.A. foi constituída pela Lei 3.115, de 1957, que a ela incorporou 18 das 22 estradas de ferro da União. Ver *Estradas de ferro no Brasil e no mundo*. RFFSA – Ageplan, Departamento de estatística e documentação, 1965.

excrescência. Tinha-se que eliminar a área de curto *range*, jogá-la fora, e ficar só com o tronco central, que vai para longe. A segunda etapa, mais difícil, que acabou não sendo realizada adequadamente – e à qual agora se está dando uma ênfase importante – era refazer e modernizar os troncos e algumas extensões necessárias.

Naquela fase, era relativamente simples, do ponto de vista técnico, erradicar, fechar estações. Só isso dava uma redução brutal no *deficit*. Mas houve resistência política, e cada vereador daquelas cidadezinhas por onde a rede ia deixar de passar vinha fazer pressão política sobre o governo para não tirar. O governo era muito sensível a essas demandas. Era a predominância do irracional, do sentimental, da política imediatista sobre a solução racional, óbvia. Infelizmente fez-se muito pouco na época para reduzir o desperdício e o *deficit* de custeio. E o presidente não quis sacrificar as metas. Então, os *deficit* foram enormes.

Desde o início, começaram as decepções dos técnicos que organizaram e sugeriram ao presidente o plano anti-inflacionário. Mais grave do que o sacrifício do objetivo da inflação, medida pelo índice geral de preços, foi a não redução do desperdício na medida adequada. Fez-se alguma coisa: fez-se um expressivo reajustamento da taxa cambial, o que ajudou um pouco a combater o problema do *deficit* do balanço de pagamentos. O governo começou com algumas reservas cambiais, sem atrasados, o que vinha de 1955, da austeridade do doutor Gudin e da alta do preço do café em 1954-1955. Eram reservas razoáveis, não fabulosas. E, em 1957, houve um começo de desaceleração da inflação, outro aspecto interessante de quantificar. Sentimos isso na época. O ministro da Fazenda descobriu que, quando não há *deficit* no balanço de pagamentos – como aconteceu já em 1957 –, o governo pode utilizar as reservas, vender os dólares aos importadores e absorver cruzeiros. Isso é deflacionário, é uma espécie de mercado aberto pelo câmbio. Em vez de vender letras do Tesouro, ele vende câmbio. Tem o mesmo efeito anti-inflacionário em termos de reduzir a base monetária. O ministro Alkmin, na época, fez isso.

Deliberadamente?

Sim, deliberadamente. Embora talvez não conhecesse todo o mecanismo de análise. Mas ele estava preocupado que a taxa de câmbio não crescesse muito, para não ter efeito de custo. O raciocínio era errado. Nós tínhamos que ajustar a taxa para defender o balanço de pagamentos e suportar algum efeito, se houvesse; mas ele e o presidente estavam preocupados em não fazer outras desvalorizações cambiais, porque tínhamos forçado um pouco. Aquela ainda era a época dos leilões de câmbio. Ele aumentou a oferta nos leilões e começou a gastar. O diretor de câmbio, na época, Paulo Poock Correia, passou a não dormir à noite. As reservas que ele estava guardando para emergências mais sérias começaram a ser gastas para fins de efeito positivo de custo. Acho que o efeito de meio de pagamento não foi muito bem percebido pelo governo. O governo vendia o ágio e o botava no bolso, embora ele fosse para uma conta. Na época, havia o ágio sobre a taxa oficial, que se formava em termos de oferta e procura no mercado, no leilão de câmbio. No final, era um leilão de autorização de câmbio, porque a taxa era fixa. Então, o governo tinha uma entrada líquida de recursos e sentiu que isso aliviava a caixa.

Era o saldo líquido da conta de ágios e bonificações.

Isso foi uma espécie de mercado aberto feito com o câmbio e combinado, possivelmente, com o aumento da oferta de bens vindos do exterior, propiciado por essa maior quantidade de câmbio colocado. Teve dois efeitos positivos imediatos, mas de curto fôlego: reduziu a oferta monetária e aumentou a oferta de bens importados.

Mas isso não foi mais que contrarrestado logo depois pelos outros dois principais componentes da expansão da base monetária, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado e o deficit *do Tesouro?*

Ah, foi. Talvez a oferta de bens tenha influído mais do que o efeito sobre a base monetária, que foi anulado por outras coisas. Mas o fato

é que, num dado momento, em 1957, sentiu-se uma tendência à desaceleração, uma folga dos preços. Isso teve um efeito psicológico positivo de curto prazo. Se bem aproveitado, talvez tivesse valido o sacrifício do combate à inflação. Mas como não foi aproveitado, o efeito sobre a base monetária foi anulado pelo desregramento na área fiscal e pela expansão de crédito do Banco do Brasil. De modo que restou apenas o efeito positivo de curto fôlego, o aumento da oferta de bens pela importação.

Logo adiante, esgotadas as reservas cambiais, entrava o país em dificuldades. Foi possível perceber isso quando se começou a renegociar no FMI alguns empréstimos além do que tinha sido programado no início do governo. Quando o governo assumiu, havia algumas reservas, mas também havia uma incidência de pagamentos da dívida pesada. Foi feita uma renegociação, e a dívida foi adiada – negociação apenas parcialmente bem-sucedida, porque o Banco Mundial se recusou a financiar os projetos brasileiros, preocupado com a inflação. Nós, então, tiramos ostensivamente os projetos e os levamos todos para o Eximbank, órgão do governo norte-americano, onde obtivemos financiamento. Mas, com o passar do tempo, tudo foi-se tornando cada vez mais difícil, na medida em que a nossa situação era criticada pelo FMI e mesmo por brasileiros, observadores daqui, e a credibilidade para negociações se reduzia fortemente.

O FMI, os técnicos e os políticos

O senhor nos contou que, em 1957, foi negociar com o FMI a aprovação da Lei de Tarifas. Por que razão o apoio do Fundo Monetário era requerido naquela ocasião? Os credores internacionais do Brasil ficavam aguardando a reação do Fundo à condução da política econômica pelas autoridades brasileiras? Por que era tão necessário conseguir o apoio do FMI para alterações na política cambial ou tarifária?

Era provavelmente pela influência do FMI sobre a comunidade financeira internacional, o governo norte-americano e os bancos privados. Ainda hoje isso é importante; talvez não tanto, mas ainda

é. O Fundo não gosta dessa situação e tem reclamado do governo norte-americano e dos bancos privados: "Vocês não têm nada a ver com o meu parecer! Trata-se de um parecer reservado, interno. Vocês não deviam tomar conhecimento. Não queremos ficar na posição de termos que amolecer nossos critérios mais rígidos por considerações políticas do governo americano ou de quem quer que seja". O Fundo sempre reagiu muito a isso. O parecer é reservado, mas o governo americano recebe, e acaba-se sabendo se ele é negativo. O pessoal do *staff* é muito competente, tem informações inclusive confidenciais, tem acesso aos arquivos. Ainda que não tenham acesso ao parecer, os banqueiros privados têm acesso à informação de que o Fundo deu um parecer negativo, e isso já põe um pé atrás. O Fundo não gosta de ficar nessa posição, detesta, mas é uma verdade.

Até certo ponto, o Fundo ajudava os técnicos brasileiros a venderem certas ideias óbvias. Não aceitávamos todas as imposições do Fundo, mas uma parte era certa: a atualização da taxa cambial, para evitar distorções na economia interna e desequilíbrios maiores no balanço de pagamentos, era obviamente correta. Trazíamos então essa pressão do Fundo para junto dos políticos: "Olhem, o Fundo quer. Senão, não se arranca dinheiro do Fundo". Usávamos o FMI como pressão para obtermos coisas que achávamos certas, embora brigássemos com o Fundo porque ele ia muito além do que achávamos razoável para o Brasil. Tivemos brigas monumentais com o Fundo. O FMI pecava pela simplicidade, pela ambição excessiva de combater a inflação. Passando o tempo, eles viram que a coisa era muito mais complexa do que estavam pensando, mas, como na época havia muita desorganização política, na verdade tinha-se a impressão de que todos os desequilíbrios eram puro desleixo dos políticos. Às vezes, o desleixo era tão evidente que os problemas de ordem estrutural ficavam para o plano secundário, e o esforço dos economistas brasileiros era mais no sentido de evitar o obviamente errado, os *deficit* excessivos – *deficit* de conta-corrente, nem era *deficit* financeiro inflacionário não programado. Se ao menos a inflação fosse programada, como é hoje, mas não: era o caos, era a desorganização. Por isso, tinha-se a impressão de que os economistas da época eram excessivamente monetaristas – o doutor Gudin, o doutor Bulhões, eu

e outros. O próprio Campos nunca foi monetarista, mas ficou visto assim porque a bagunça financeira e monetária era tão grande que tudo o que se dizia era com relação à política monetária. Era para desbastar o excesso, mas ficou a pecha de monetaristas, quando, na verdade, havia problemas de estrutura muito graves a resolver.

Um dos problemas da época – o senhor também já o mencionou – era o das tarifas de serviços públicos excessivamente baixas.

Sim. Em uma ocasião, nós apresentamos ao Juscelino toda uma argumentação, menos em termos de inflação do que em termos de utilização racional dos fatores. Dissemos: "Na medida em que o senhor permite que a tarifa de avião Rio-São Paulo seja igual à tarifa de ônibus – porque era igual na época –, o número de pessoas que anda de avião ou que manda transportar carga pesada por avião é uma brutalidade. Estamos importando aviões e nos endividando. Há uma demanda artificialmente elevada por aeronaves, porque o governo não deixa reajustar o preço da tarifa. O número de pessoas andando de avião entre Rio e São Paulo é enorme! Só não anda quem tem medo de avião! E há também os que enviam carga pesada! Mais absurdo do que a inflação é o problema da utilização irracional dos fatores. Estamos importando aeronaves!". Juscelino argumentou: "Mas o Brasil precisa de aviões!". Respondemos: "Precisa sim, mas não dessa forma". A tarifa aérea ser igual à rodoviária era uma distorção que entrava pelos olhos! Os serviços de utilidade pública estavam quebrados, mas o político demagogo não deixava atualizar as tarifas. Era isso o que se combatia.

O FMI também reclamava dessas distorções?

É claro! Uma vez levei ao Fundo um programa com o orçamento monetário fechando, brilhante, com uma expansão monetária aceitável. Discuti com o *staff* e com o Per Jacobsson, que era um grande economista, e ganhei do Jacobsson na discussão. Eu tinha quantificado tudo. O Per Jacobsson disse: "O senhor ganhou, mas ainda não estou muito convencido. O senhor me provou, e muito bem, que não vai permitir que os meios de pagamento subam mais do que um certo grau de inflação julgado inevitável, levando em conta o

crescimento da economia. O senhor ganhou em termos de controle monetário, pois não pode fazer mais do que isso. Mas para mim não é suficiente, depois que ouvi o seu presidente dizer que não muda as tarifas de serviço público. Além do controle monetário, talvez o mais importante seja que se detenha a distorção dos fatores. Avião àquele preço! Os senhores estão destruindo o serviço público, estão desorganizando a economia! Não completaram o programa com a remoção de distorções, de modo que, para mim, não está bom ainda. Talvez o governo norte-americano os apoie por razões políticas, mas eu não sou político".

Vim para o lado de cá chamar a atenção do presidente: "Aqui entre nós – não tem ninguém do Fundo ouvindo –, eles estão 100% certos. E o que o Jacobsson disse também é a minha opinião e a opinião do Roberto e do Lucas, e ela corresponde ao interesse do país. Não basta fazer o controle monetário". Juscelino respondeu: "Mas você vai aumentar as tarifas, vai aumentar o avião, vai aumentar o custo de vida! Ih, rapaz, vou ser crucificado! Isso é muito bonito, chegar aqui com o parecer no pé do ouvido, mas quem vai decretar esse negócio sou eu". Respondi: "Mas o senhor não tem alternativa". Ele perguntou: "Por quê?". Expliquei: "O senhor vai tirar o subsídio de onde? Se não é cobrado do usuário, o senhor vai tirar do bolso do Tesouro. E vai tirar muito mais, porque o preço sendo mais alto, o usuário já não usa tanto, mas o preço sendo mais baixo, ele usa mais do que o necessário. O senhor vai desequilibrar o balanço de pagamentos e vai ter que fazer uma expansão monetária, elevando-se o custo de vida".

Foi então que Juscelino disse esta frase notável de político: "Casimiro, você não tem sensibilidade política. Você não está olhando o problema político. Pode ser que eu, emitindo para cobrir *deficit* de serviço público das companhias de transporte aéreo, provoque uma emissão monetária e isso seja tão inflacionário ou até mais do que o impacto dos custos. Mas há uma diferença política enorme. Quando há emissão de papel-moeda para atender às atividades econômicas, todo mundo bate palmas, pois todo mundo está precisando de dinheiro". Eu disse: "Mas dinheiro não é capital, não é renda! Não vamos confundir dinheiro com renda real!". Ele retrucou: "Mas

ninguém sabe disso! É você quem está dizendo isso. Outro dia, o senador [Atílio] Vivacqua disse: 'Falta dinheiro neste país! Vejam o dinheiro *per capita* nos Estados Unidos e o dinheiro *per capita* no Brasil. É ridículo o papel-moeda *per capita* neste país!'". Eu disse: "A comparação está toda errada!". Juscelino respondeu: "Pode ser que esteja errada, mas só você, o Roberto, o Lucas e mais uma meia dúzia de pessoas sabem. Todo mundo acha que o problema é falta de dinheiro. Quando tem mais dinheiro na praça, ninguém xinga o governo. Quando os preços sobem, o pessoal xinga o português da quitanda, xinga o homem da empresa, mas não o governo. Agora, quando é assinado um decreto aumentando a gasolina... e eu estaria fazendo isso no meio do governo. Se eu fizesse no início, punha a culpa no governo anterior. O próximo governo vai poder fazer o que vocês querem – guardem esses pareceres todos, não joguem fora não, porque eu acho que faz sentido. Mas não dá mais. No início do governo, vieram você e o Roberto me chateando, e eu fiz umas desvalorizações cambiais e uma série de coisas. Mas, que diabo, agora, no meio do governo? Ponho a culpa em quem? No próprio governo? É o reconhecimento do fracasso. Tenham a santa paciência, não dá!". Eu disse: "Mas é sempre hora de corrigir!". Ele protestou: "Não, essa não! Essa vocês vão vender ao governo do Jânio. Ele vai se candidatar, vai ganhar e vai aceitar todas essas ideias de vocês. Com aquele tipo carismático, ele vai tocar pau no meu governo mesmo, e vocês vão poder apresentar". O que foi exato. Jânio tornou-se candidato, ganhou, nós apresentamos as ideias, ele aprovou e botou em vigor.

Isso é que é conversar com político. Juscelino dizia: "Há uma diferença política enorme, e me crucificam se no meio do governo eu aumentar a gasolina. Que posso fazer? O país vai pagar o preço da distorção dos fatores". A má utilização dos fatores é muito pior do que a inflação. Não saíram as medidas, veio a história da famosa briga com o Fundo, mas vocês veem como é que se faz política nos bastidores. É a luta do técnico querendo vender 30%, 10% do peixe. Eu ainda insisti: "Poderá o país aguentar dois anos de distorções? A inflação continuando e agravando essas situações? Não seria preferível o senhor fazer o sacrifício? O senhor se sacrifica politicamente, mas faz uma coisa que pelo menos um grupo seleto de pessoas no país

vai registrar para a história". Ele se negou: "Não, eu já fiz muito sacrifício! Essa não!".

Aliás, há coisa de um ano, Juscelino me chamou para testemunhar. Disse: "Casimiro, estou escrevendo minhas memórias e quero trocar algumas impressões com você. Aquelas discussões sobre câmbio e tarifas, como é que foi aquilo? Tenho algumas anotações, mas estou em dúvida". Contei essas coisas para ele conferir.

Deu a sua versão dos fatos.

Sim. Sobre esse problema de versão e fato há uma boa. Em uma ocasião, eu estava discutindo com o Alkmin e disse: "Doutor Alkmin, não vou mais argumentar com o senhor. Eu estou argumentando com fatos, e o senhor, desculpe a expressão, está enrolando. Assim não dá para conversar!". Ele disse: "Espere aí, doutor! Esse negócio de fato não é assim em política, não! O importante é a versão, e não o fato. Sem falar que existe muita versão que é apresentada como fato, mas é versão, e não fato. O sujeito pensa que viu assim, mas o outro já viu diferente, é impressão pessoal. Eu já fui do júri em Belo Horizonte. Cada testemunha chega e diz que viu uma coisa, mas não viu. De forma que esse negócio de fato... se você ainda tivesse arranjado um argumento arrasador...".

Eu senti em várias pessoas da época a necessidade de conferir. Alkmin também me disse, alguns anos atrás: "Estou escrevendo um livro, as minhas memórias, e preciso conversar com você". Respondi: "Com o maior prazer. Posso ir tomar um uísque em sua casa. Há anos não o vejo. Mas então o senhor vai publicar as suas memórias? Muito bem!". Ele disse: "Um momento! Eu disse que estou escrevendo, não disse que vou publicar. Estou escrevendo por uma satisfação pessoal. Agora, se vou publicar, isso é uma história muito diferente. Mas tenho que corrigir o negócio, pois já estou me esquecendo de algumas coisas". Depois, foi o próprio Lucas Lopes: "Casimiro, sabe que eu estou escrevendo umas memórias?". Exclamei: "Também o senhor?!". Ele confirmou: "É sim. Eu queria conversar com você sobre esses casos todos. Você sabe, eu tive um infarto...". Ele era ministro da Fazenda e teve um infarto. Mas agora, anos passados, recuperou-se,

está muito forte, está escrevendo as suas memórias e quer conferir. Então vamos conferir. É muito interessante.

Aliás, esse é um hábito que os americanos têm, de escrever memórias; os brasileiros, não.

É um bom hábito que nós não temos.

O rompimento com o FMI

Em junho de 1958, Lucas Lopes, até então presidente do BNDE, substituiu Alkmin no Ministério da Fazenda. O senhor continuou a assessorar o ministro e participou das negociações com o FMI. Como foi o episódio do rompimento de relações com o Fundo Monetário em 1959?

As negociações com o Fundo foram-se tornando extremamente difíceis, passados o crédito inicial do primeiro ano e a boa impressão causada pela apresentação técnica dos programas do governo brasileiro – o que era uma novidade para a época, pois acho que talvez nenhum país da América Latina apresentasse programas de governo com aquela qualidade, aquela metodologia, com previsão para vários anos. Além disso, as figuras de Roberto Campos e de Lucas Lopes causaram uma impressão muito boa e deram um crédito de confiança em várias áreas. Mas isso foi-se desgastando com o tempo, à medida que o governo Juscelino, sem sacrificar as metas, não tomava providências visando ao equilíbrio do balanço de pagamentos – na verdade, o importante não era nem alcançar o equilíbrio nas transações correntes, e sim poder mostrar aos de fora que não se estava provocando um equilíbrio artificialmente, por meio de uma inadequada política cambial ou por uma expansão excessiva do crédito. Tinha-se autoridade para pedir aquilo que era razoável para financiar o *deficit* de transações correntes, isso é uma coisa perfeitamente esperável de um país em processo de desenvolvimento. Mas perdeu-se a autoridade quando se começou a misturar naquele *deficit*, que seria perfeitamente justificável, distorções e exageros oriundos de puro *mismanagement* monetário e fiscal. De forma que o

crédito lá fora ficou cada vez mais difícil e cada vez mais dependendo do FMI, cuja opinião era cada vez mais restritiva em relação ao Brasil.

Em condições normais, já há dificuldade de conversar com o Fundo. Naquela época, havia mais do que hoje, por causa de uma certa ortodoxia monetarista, bem-intencionada, mas muito esquemática, do FMI. De acordo com a sabedoria convencional da época, havia também certas coisas, em termos de política monetária, que se achava que deviam ser feitas por pessoas que tinham estudado nos livros. Alguns tinham vivido um pouco do problema na Europa, mas se recusavam a ver o problema estrutural da América Latina. A Cepal ficava gritando seus argumentos, mas ninguém os ouvia em Washington. A Cepal prestou grandes serviços com os argumentos que apresentou, que foram um instrumento de barganha, de argumentação política dos países da América Latina, mas, justamente porque ela sempre assumiu uma posição política muito definida, seus argumentos técnicos perdiam também um pouco do mérito e da receptividade técnica. Como na Cepal eles tinham muito *parti-pris* e tomaram uma posição de crítica violenta e contundente ao FMI, deixaram de ter aquela influência que poderiam ter tido.

Em condições normais de temperatura e pressão, repito, dialogar com o Fundo já era uma parada. Agora, dialogar em termos da política que o presidente Juscelino estava implementando a partir da metade do governo, era praticamente inviável. Nós, os técnicos, recusamo-nos a entregar os pontos e aceitar a inviabilidade, e ficamos nos esforçando para aproximar as duas pontas. Conversamos em Washington, chamando a atenção para o fato de que, afinal, estávamos falando em termos de Brasil, não de um governo passageiro, e que o governo passageiro estava fazendo muita coisa útil. Havia problemas políticos que eles não tinham condições de julgar em Washington, e o governo brasileiro jamais delegaria ao FMI suas funções de administrador e sua faculdade de decidir sobre a oportunidade de certas medidas fundamentais que afetavam nossa economia. Combatemos algumas ideias que achávamos simplistas demais em termos de controle monetário. Mas, por outro lado, ficava muito difícil defender coisas obviamente erradas que estavam sendo feitas aqui no Brasil. Com o

tempo, foi-se formando uma imagem em Washington. Periodicamente iam pessoas daqui – economistas que eram benquistos lá – defender posições brasileiras na base da advocacia econômica. Eram recebidos sempre com muita simpatia, como colegas que tinham que defender uma causa difícil, mas não ao ponto de conseguir convencê-los. Essas discussões foram-se tornando cada vez mais difíceis, até que houve um ponto em que precisávamos fazer mais uma negociação no Fundo e sacar um dinheiro. A propósito do pedido de saque, tivemos que apresentar a política brasileira.

No FMI, quem saca sobre a *tranche* ouro, saca o dinheiro por telex, porque está sacando o seu próprio ouro; mas, quando saca a primeira *credit-tranche*, tem que fazer um *statement of policy*.[21] Ainda no tempo do ministro Alkmin, quando negociamos no exterior – aliás, eu negociei pessoalmente –, escrevemos um *statement of policy* de uma página, que foi aceito, para sacar a primeira *credit-tranche*. Mas, para a segunda ou terceira *credit-tranche*, já era preciso apresentar uma justificativa mais ampla, porque então já se percebia que havia um desequilíbrio mais importante na economia. E o Fundo não é, e nem pode ser, um sistema em que todo mundo saca automaticamente e não diz para quê. Aquilo é uma cooperativa de crédito, e eles não dão dinheiro para jogar fora. O princípio em si é muito certo: o sujeito sacou sobre o próprio ouro, é automático; na primeira *credit-tranche*, ele faz um *statement of policy*; a partir da segunda ou da terceira, a coisa fica mais séria, e é preciso discutir. E chegamos a esse ponto.

A situação já estava extremamente difícil. O presidente achava que, do ponto de vista político, fazer uma crítica ao próprio governo já não tinha mais aqueles efeitos favoráveis de 1957, seria confessar o fracasso. Já estavam acabando as reservas, os *deficit* continuavam sem solução, e o reajustamento do salário mínimo era sempre feito em bases demagógicas. Realmente havia poucas perspectivas. Depois, era muito grande a pressão política sobre o presidente, da parte de João

21 Segundo as normas estabelecidas em sua criação, os recursos do FMI postos à disposição de seus membros eram divididos em quatro porções ou *tranches*. A primeira e segunda *tranches* podiam ser retiradas com níveis muito baixos de condicionalidade. A obtenção de valores mais significativos, nas *tranches* superiores, só era conseguida após a aprovação das cartas de intenção, ou seja, metas de política econômica que atacassem os desequilíbrios das contas externas que determinaram a necessidade de recorrer ao FMI.

Goulart, que exigiu, segundo estou informado, a demissão do Roberto Campos, então presidente do BNDE. Sem falar na passeata contra o Roberto Campos, feita por gente da pior espécie e que o presidente recebeu no palácio. Exibiram *slogans* contra o Roberto Campos, e estava uma situação insustentável. Para Lucas Lopes, ministro da Fazenda, tudo isso era um desprestígio. Lucas ficou profundamente frustrado, magoado com Juscelino, extremamente preocupado com tudo, o que talvez explique por que ele teve um infarto.

Eu estava numa negociação final no FMI, e Lucas tinha dito a mim e ao Paulo Poock Correia, que fomos negociar: "Vejam se podem chegar a um acordo com o Per Jacobsson, mostrem as dificuldades que estamos enfrentando aqui no Brasil. Ele tem que nos ajudar, pois somos o último reduto da racionalidade. Não podem ser puristas demais, senão não se conserta isso. Eu já obtive o máximo que podia do presidente, e estou sentindo inclusive que ele está com vontade de brigar com o Fundo. Isso será um belo bode expiatório, do ponto de vista político. De modo que essa é mais uma razão para se chegar a um entendimento em termos que convenham ao Brasil e que possam ser executados. Não adianta estar prometendo coisas que depois não se executem". Lucas tinha muita preocupação a esse respeito. Alkmin tinha sido criticado por ter prometido ao Fundo uma série de coisas que não tinha a mínima intenção de cumprir. Isso virou anedota, mas não acho verdadeiro, porque participei das negociações e sei que é uma caricatura. O *staff* do Fundo é muito competente e não aceitaria uma baboseira qualquer. Mesmo que houvesse intenção do ministro de fazer uma brincadeira de mau gosto e escrever qualquer coisa que não pretendesse cumprir, evidentemente não seria aceito pelo Fundo Monetário. Diga-se a favor do ministro Alkmin que ele resistiu muito às pressões políticas para gastar dinheiro, e acabou sendo posto na rua pelo próprio amigo, o presidente Juscelino, por causa do café.

Essa negociação final com o FMI chegou realmente a um impasse?

O impasse surgiu porque eu apresentei, juntamente com o Paulo Poock Correia, a explicação da política econômica brasileira. Como eu era assessor econômico do ministro, a explicação econômica ficou a meu cargo. Hierarquicamente, Paulo Poock tinha uma função mais

importante que a minha, era diretor de Câmbio do Banco do Brasil e membro do Conselho da Sumoc, mas fui eu o encarregado de fazer a apresentação técnica do orçamento monetário, e chegou a um ponto – também já me referi a isso aqui – em que senti que tinha ganhado a discussão no Fundo, com Per Jacobsson e seus assessores. Mostrei que as medidas já adotadas e as que iam ser adotadas, em termos de fluxos de recursos e influências sobre a base monetária, davam uma expansão de meios de pagamento tolerável em função de certa taxa de crescimento e de certa inflação inevitável. Discutimos enormemente as bases de cada cálculo, de cada projeção. Foi uma discussão tremenda, passei umas três semanas pelo menos discutindo, sendo bombardeado pelos técnicos com tudo quanto é pergunta, sobre os pressupostos de cálculos, mas, no final, a parada estava razoavelmente ganha, em termos de documento. Eu e o Paulo Poock Correia fizemos um apelo ao Per Jacobsson para que fosse razoável, transmitimos o apelo do Lucas Lopes para que não fosse exigente demais porque senão se acabava não obtendo nada. Eu disse mesmo: "O ministro vai dizer que o senhor está aqui, confortavelmente instalado em Washington, achando que o nosso programa não é suficiente, mas que o senhor devia estar no Brasil, para ver como estão as coisas e qual é o problema. O presidente da República tem que tomar decisões políticas, e o senhor não pode tomar decisões políticas aqui em Washington". Discutimos, até que chegou o momento em que ele disse: "Sua demonstração monetária está convincente, mas não podemos concordar ainda". E, então, ele apresentou um argumento que eu esperava que não apresentasse. No fundo, nossa preocupação era algo que nós dizíamos ao presidente, era a distorção de preços relativos. Ele disse: "Esse programa assegura que a expansão global de meios de pagamento e possivelmente a taxa de inflação vão-se colocar dentro de um nível razoável. Mas os senhores estão agravando as distorções de preços relativos e, nessa parte, eu vejo que a coisa está piorando. O seu presidente anunciou aos jornais que não fará mais nenhuma desvalorização cambial, nem alterará nenhuma tarifa de serviço público". Eu estava negociando lá quando o pessoal recebeu o recorte do jornal. Ainda falei com o Juscelino e ele me respondeu: "Realmente eu disse isso. Não vou fazer mesmo, e diz a esse pessoal aí que eu não faço".

Eu disse ao Per Jacobsson: "Lamento profundamente. Mas o momento é grave e quero lhe pedir atenção. Não estou carregando na mão, não estou querendo impressionar, estou realmente preocupado e, pelo que vejo, este é o fim da linha para os dois lados. O governo não vai além disso, e acho que o senhor devia aceitar, porque o presidente repetiu o apelo do ministro, que teve um infarto, para que o senhor seja razoável". Ele disse: "Olhe, eu simpatizo imensamente com a situação do ministro, lamento profundamente que ele tenha sofrido um infarto. É possível até que tenha sofrido o infarto por causa dessas coisas que eu estou lhe dizendo. Ele é um homem competente e sábio, mas não posso aceitar. Embora os países mandem aqui, o FMI é uma entidade supranacional; não é uma entidade política nacional, que pode negociar em termos políticos. Embora não possa ser totalmente insensível ao problema político, o FMI não tem a flexibilidade de um governo norte-americano, francês ou inglês. Com toda a honestidade profissional, não me sinto em condições de aceitar. Lamento muito. Agora, acho que o senhor não deve desanimar. Volte, fale, tente convencer e melhorar um pouco essa proposta do seu governo". Eu disse: "Esta é a última tentativa; não estou blefando". O Per Jacobsson retrucou: "Não, senhor. Eu me recuso a acreditar". Telefonamos ao presidente Juscelino, eu e o Paulo Poock, e ele disse: "Não quero mais conversa. Vocês voltem, e não se fala mais no assunto".[22]

O senhor teve contato com o ministro Lucas Lopes depois do infarto?

Não. Lucas ficou incomunicável. Quando telefonei, a senhora dele disse: "Casimiro, você está proibido de falar com o meu marido, você e o Paulo Poock. Você é o número um da lista. Ele só falava no seu nome. Vou tomar a liberdade de nem deixar ele saber que você telefonou, porque no momento em que souber vai ficar numa aflição danada". Não podendo falar com o meu chefe, ministro da Fazenda, tendo que negociar em nome dele, com o presidente querendo brigar com o FMI, vocês podem ver a minha posição nessa história

22 Lucas Lopes sofreu um infarto no dia 30 de maio de 1959. Nos primeiros dias de junho, o governo brasileiro rompeu as negociações com o FMI, recusando-se a ceder às exigências para a concessão de financiamentos. O fato tornou-se público no dia 17 de junho. Sem condições de exercer o cargo de ministro da Fazenda e decepcionado com a atitude de Juscelino, Lucas Lopes foi substituído interinamente por Sebastião Pais de Almeida, que só seria efetivado em 28 de julho de 1959.

toda. Afinal voltamos e participamos de uma reunião que Juscelino convocou no Palácio Laranjeiras com pessoas importantes – gente do Congresso, banqueiros, economistas das mais variadas tendências, diplomatas –, em que ele expôs a situação e pediu uma opinião. Na minha convicção, ele já estava absolutamente decidido a brigar com o FMI. Era evidente.

Estavam presentes nessa reunião cerca de 30 pessoas. Celso Furtado, por exemplo, estava lá como convidado do Juscelino. Estava na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) naquela época e, por recomendação do Roberto Campos, tinha sido convidado para ser diretor do BNDE. Ficou apenas formalmente como diretor do BNDE, podendo dedicar-se exclusivamente a assuntos da Sudene. Se não me falha a memória, também compareceram Cleanto de Paiva Leite – era diretor do BNDE ou chefe de gabinete do Lúcio Meira –; Sete Câmara, do Itamarati; Horácio Lafer e vários outros. Acredito que a decisão de Juscelino já estava tomada. Ele perguntou nossa opinião por perguntar. Mas um fato curioso é que todos os presentes, exceto eu, ficaram de acordo que ele brigasse com o FMI.

O senhor fez uma exposição da situação a que se tinha chegado?

Tive uma discussão rápida com Celso Furtado, que não estava com muita paciência para conversar sobre o assunto. Fui o único a tentar pesar os prós e os contras. Celso foi contra, com uma certa irritação: "O pessoal do FMI é de uma estupidez enorme, um monetarismo vesgo! Essa gente, exigindo coisas impossíveis, não tem nenhuma sensibilidade política, e eu acho que se deve brigar". Eu disse ao Celso: "Discordo de vocês todos. Isso não quer dizer que eu concorde com o Fundo. Na verdade, o FMI não recusou nada. Eu tive uma discussão em nível técnico com o *management* e com o *staff,* e o Per Jacobsson disse que não podia me apoiar. Todos os países fazem o seguinte: quando sentem que não têm apoio do *staff*, fazem a via sacra e visitam os representantes dos países que votam. Mas nós sentimos, ao conversar com os outros países, sobretudo os europeus, que o pessoal estava apoiando o *staff*. Então, não havia jeito de fazer uma intriga e botar o *board* contra o *staff*. Embora os norte-americanos estivessem um pouco preocupados, pois têm mais sensibilidade para

assuntos do Brasil, também não iam ao ponto de desprestigiar o Per Jacobsson e derrotá-lo. Ele é muito bom economista, tem muito prestígio pessoal, e a praxe é essa: quando não se consegue o *staff*, não se corre o risco de uma recusa frontal".

Expliquei esse aspecto de copa e cozinha do FMI aos presentes, expliquei que a recusa era em nível técnico informal, com a sugestão de que se continuasse a procurar uma solução. Declarei que achava o rompimento altamente inconveniente para o Brasil, para as suas negociações futuras, que eram muitos os problemas de endividamento externo, na Europa e nos Estados Unidos, e uma briga pública e ostensiva com o Fundo não seria nada construtiva. Propus que se pusesse uma pedra sobre o assunto. Se o presidente não queria dialogar com o FMI, era seu direito interromper o diálogo. Havia uma saída política muito boa: tinha havido apenas um diálogo em nível técnico, não tinha havido uma recusa do Fundo. Deixei muito clara essa distinção, mas isso não teve o mínimo efeito sobre os presentes. Alguns chegaram ao ponto mesmo de achar que havia conveniência em romper publicamente com o Fundo, para acabar com "essa predominância, essa ingerência indevida do FMI nos assuntos dos países latino-americanos". De forma que nem essa saída tática lateral que sugeri teve receptividade e, além disso, a impressão que se tinha era de que o presidente Juscelino queria aproveitar o FMI como bode expiatório. Era uma saída política de excelente rendimento, dizer que o que estava ocorrendo de ruim no Brasil era por culpa do FMI.

Juscelino teve algum tipo de assessoria técnica na decisão do rompimento ou foi uma decisão essencialmente política?

A assessoria técnica que havia era contra o FMI. Os economistas conhecidos que foram consultados – como Celso Furtado, que tinha uma posição conhecida contra o Fundo – não adotaram, naquele momento, sequer uma atitude ponderada. A atitude do Celso Furtado foi bastante crítica em relação ao FMI. Ele disse que vinha acompanhando a atuação do Fundo em outros países latino-americanos e que era a mesma coisa: o FMI ignorava os problemas políticos dos países, era prepotente, sentado lá em Washington, ditando coisas de

política monetária simplista, não tinha sensibilidade para problemas de desequilíbrio, e o melhor era dar uma lição a essa gente mesmo, alguém começar a brigar com o FMI para mostrar que não éramos subalternos. Ele não só não aceitou minha colocação da questão do ponto de vista econômico, não tomou conhecimento, como levou para o campo político e apoiou o presidente, inclusive numa briga mais ostensiva. Talvez estivesse preocupado com posições táticas ou políticas para a América Latina e achasse que o Brasil arrostar o FMI teria uma repercussão construtiva. Mas, infelizmente, o Brasil estava arrostando o FMI sem razão, porque tinha péssima administração financeira. Se fosse numa outra época, poderia ter tido uma posição de liderança na América Latina, no sentido de consertar o Fundo. Durante o governo revolucionário, ganhou-se autoridade, e muita coisa que o Fundo impunha nós não aceitávamos. O Fundo acabou concordando com várias coisas, não com tudo. Mas aí tínhamos autoridade para falar. E o governo do Juscelino não tinha, esse era o problema.

O final do governo JK

Como o senhor caracterizaria a administração JK de 1959 até o final do governo, no período em que Sebastião Pais de Almeida foi ministro da Fazenda?

É difícil dizer que houve administração, no sentido alto de governo. Havia a administração burocrática, que sempre funciona, independentemente de qualquer coisa. Mas, em nível ministerial, é difícil falar em administração, principalmente no Ministério da Fazenda. Não sei as razões políticas que impediam Sebastião Pais de Almeida de ser um bom ministro. Era um homem de grande experiência de negócios.

O senhor deixou de assessorá-lo?

Deixei de assessorá-lo. Pedi demissão. Ele insistiu muito para que eu ficasse, reiterou várias vezes, de forma extremamente gentil, e ainda fiquei uns vinte dias para passar a outros o serviço. Depois do que

tinha acontecido, eu não queria mais ficar, não acreditava que viessem a levar a sério a política monetária e fiscal. Minha função estava reduzida a ajudar o ministro a fazer discursos meramente formais ou a escrever notas para a imprensa, dizer que as coisas estavam indo bem. Mas para isso havia jornalistas de muito mais talento do que eu. Não apareci mais no Ministério, considerei-me dispensado e voltei para a Sumoc.

Eu me lembro de que uma vez veio aqui uma missão do FMI e encontrei com Sebastião Pais de Almeida em um coquetel. Ele me disse: "Casimiro, o pessoal do Fundo está aí. Eu disse que você é meu assessor". Retruquei: "Ministro, assessor pessoal eu não sou mais, isso não é verdade. Mas ainda sou homem do governo, estou numa dependência governamental, o Departamento de Pesquisa da Sumoc. Se eles quiserem conversar comigo, mande-os vir. Eu já lhe disse que, se o senhor tiver um trabalho realmente sério para fazer, nós estaremos à sua disposição na Sumoc. Prefiro continuar lá, porque a Sumoc tem um trabalho de pesquisa sério, e no Ministério, no nível de assessoria do ministro, não há nada". Mas ele nunca passou recibo e me tratou sempre extremamente bem, talvez porque reconhecesse que eu tinha razão em algumas coisas que estava dizendo. Sempre mantive as melhores relações com ele.

Mas houve um contraste. Sebastião Pais de Almeida, que foi presidente do Banco do Brasil, que deixou muito bom nome no funcionalismo, banqueiro experimentado, como ministro da Fazenda, no que pude observar, praticamente não funcionou. Apenas ocupou o lugar. Foi muito diferente da gestão do Banco do Brasil, onde deixou boas recordações na administração, não deixou nada de criticável sob o ponto de vista ético. Ele aceitou o Ministério da Fazenda sem ter condições de fazer qualquer coisa. Era amigo pessoal do presidente. Os assessores que foram me substituir muito cedo se desiludiram e se dispersaram. Um deles era o Guilherme Augusto Pegurier, funcionário aposentado do Banco do Brasil, bem mais velho do que nós e que tinha ajudado a montar, junto com o Lattini, a estatística do balanço de pagamentos na Sumoc. Mesmo o Pegurier já estava pensando em ir embora, porque realmente não havia mais condições de nada. Até as análises periódicas foram suspensas. A questão da negociação se tornou impossível.

Acho que, naquele período, o governo começou a vender internamente, nos leilões, câmbio que não tinha, o que em curtíssimo prazo trazia uma vantagem monetária. O governo recebia cruzeiros dos ágios e prometia entregar o câmbio. Na época, Marcos de Sousa Dantas, que já não estava no governo havia muito tempo, mas entendia muito de câmbio, foi consultado pelo Sebastião Pais de Almeida sobre o que fazer com os leilões de câmbio, porque havia uma tendência altista da taxa nos leilões – era óbvio, porque havia inflação. Marcos sugeriu uma coisa que poderia ter eficácia em curtíssimo prazo, mas, prolongada através do tempo, não podia funcionar. Ele disse: "Estou notando que o mercado está com certo medo, por razões puramente psicológicas. Se você triplicar a oferta nos leilões, cai a taxa e a demanda vai ser inferior à oferta". O raciocínio estava certo para a semana em que ele observou o fenômeno, como operação de mercado aberto. Mas gostaram da ideia e prolongaram a coisa por um ano ou um ano e meio, e o resultado foi que o mercado comprou em triplo, e o governo não tinha o câmbio para entregar. Era um blefe.[23]

Eu saí do governo, mas o Paulo Poock Correia foi solicitado a ficar e ficou. Sebastião Pais de Almeida, que gostava muito dele, fez um apelo enorme, e ele foi ficando, mas estava extremamente preocupado com o assunto. Sofria com aquilo, e seu sistema nervoso simpático desregulou totalmente. De vez em quando, ele caía numa festa. Isso é muito comum quando a gente trabalha sob tensão. Vem insônia, vem tudo. O Paulo tinha isso. Pensou que era coração e não era. Esse sofreu. Como sofreu!

Acho que a única coisa que o governo brasileiro conseguiu fazer nesse final do período Juscelino foi o empréstimo garantia-ouro. Dinheiro do FMI não saiu; e, do governo norte-americano, que eu saiba, também não. Começaram a acumular atrasados comerciais, e o governo

23 Para obter mais recursos e, ao mesmo tempo, diminuir a pressão sobre a taxa de câmbio no mercado livre, o governo brasileiro aumentou consideravelmente a venda das Promessas de Venda de Câmbio (PVCs). Em troca de cruzeiros, o governo entregava certificados de entrega futura de cambiais. Com *deficit* na balança comercial e no balanço de pagamentos, o governo gerou um considerável volume de atrasados. Entre janeiro e fevereiro de 1961, o *deficit* nas transações cambiais já ultrapassara US$74 milhões. Somados aos compromissos com credores e organismos internacionais e sem reajuste da taxa de câmbio oficial, esses compromissos atrasados previam uma situação de completo descontrole para o próximo governo. Ver *Conjuntura Econômica*, abril e maio de 1961.

vendendo câmbio que não tinha para entregar. Aliás, parecia que isso era feito propositalmente, porque a ideia era que o Jânio, quando assumisse, teria condições de renegociar os atrasados comerciais. Jânio herdaria um problema grave. Os cruzeiros já tinham sido recebidos pelo governo anterior e gastos; ele teria que produzir câmbio sem poder vendê-lo, porque tinha sido vendido por antecipação. Isso foi explicado pelos técnicos ao presidente e ao ministro da Fazenda e não os comoveu de forma alguma. Possivelmente, achava-se que Jânio ia levar uma vantagem enorme: quem entra pode criticar os que saem. Começou-se a recolher dinheiro, e isso tinha um certo efeito anti-inflacionário. Se o governo tivesse um programa sério, poderia até se justificar. Empilhar atrasados comerciais no exterior também foi, em última análise, uma vantagem. Vantagem não: apenas o Brasil não parou, porque o governo já não tinha mais nada de crédito.

Mas o problema não era só o governo, era o Brasil. Muitas vezes eu tentei dizer isso no exterior: "Vocês, que estão negociando com o governo brasileiro, não se esqueçam de que o interesse em jogo é o Brasil. Este não para, não pode parar, não deve parar. Inclusive pelo capital estrangeiro que lá está, pelos negócios de vendas ao Brasil. Ninguém da comunidade de negócios está interessado em que o Brasil pare". Muitas vezes, utilizei a comunidade dos negocistas americanos para pressionar o pessoal: "Olhem, vai parar, hein!". Como isso não interessava a ninguém, a comunidade de negócios continuou, por meio do atrasado comercial, a manter o Brasil funcionando. Mas para isso há um limite, porque o crédito é de curto prazo. Eram quantias enormes, e os bancos particulares, mesmo sendo bancos importantes, não podiam fazer um financiamento ilimitado. As companhias de petróleo penduraram as contas do Brasil, porque estavam interessadas em continuar vendendo petróleo. E ficou tudo no "pendura". Mas chegou-se a uma situação em que era preciso fazer uma composição, e o governo não tinha mais condições. Conseguiu apenas o empréstimo-ouro.

O empréstimo-ouro é um assunto que, ele só, dá para um capítulo inteiro da novela. Não se utilizava o ouro no Brasil como reserva, porque os políticos achavam que isso era negativo, do ponto de vista político. "Estão gastando o ouro do Brasil!", gritavam. E havia sempre

a África do Sul, todo ano, monotonamente pedindo um aumento do preço do ouro. Acontece que o Brasil não podia ficar especulando na alta, ele precisava pagar máquinas e equipamentos. E a perspectiva de aumento do preço do ouro era zero, em curto e médio prazo, porque o governo norte-americano não cedia. Quem bancava o preço do ouro era o governo norte-americano. Os que não entendiam do assunto diziam que o governo norte-americano mantinha lá embaixo o preço do ouro. Mas isso é contra toda a lógica do mercado porque, se um indivíduo entra no mercado, é o principal comprador e diz: "Eu compro sem limite a 35 dólares por *onça-troy*", esse camarada está deprimindo o mercado?". Diziam: "Ah, ele é o maior comprador, ele impõe". Impõe como? Não tem condições. Ele apenas diz: "Eu compro o que vier a 35 dólares". Se o preço ficou 30 anos lá embaixo é porque não havia demanda de outro tipo, além da demanda do governo norte-americano, para fazer subir o preço.

O argumento muito hábil do sul-africano, cuja receita cambial dependia do ouro, era em termos de *cost push*. Em 30 anos, o custo da exploração industrial nos Estados Unidos e em toda parte do mundo tem subido tanto; logo, o preço devia dobrar. Mas preço de mercado não dobra porque dobrou o custo de produção! Dobra se houve aumento de demanda correspondente, e a única demanda importante que havia era a monetária do governo norte-americano, que dizia: "Eu pago 35 dólares". Se ele saísse do mercado, o preço não ficava nem em 35 dólares!

De forma que todo o *rationale* era gastar o ouro pagando máquinas e equipamentos para o desenvolvimento do Brasil, e não ficar especulando uma alta que viria. Afinal veio, mas vinte anos depois e de uma forma totalmente inesperada. Toda perspectiva lógica e histórica era de que o ouro fosse desmonetizado, como continua a ser. A tendência é de médio prazo. Ele já foi desmonetizado no plano nacional, e está sendo desmonetizado no plano internacional. Falta a pá de cal final no ouro. Mas está vindo.

O Brasil tinha reservas-ouro desde a guerra, não é isso?

Tinha, e chegou a ter US$400 milhões. Durante a guerra, quando se formaram essas reservas, o dólar estava superavaliado. Havia a inflação

interna, a inflação reprimida, e o dólar estava sobreavaliado em relação ao ouro. Acreditávamos, na época, que o ouro pudesse ser reavaliado ou, na pior das hipóteses, que o dólar se desvalorizasse. Então, pelo sim, pelo não, trocamos ouro à taxa oficial de 35 dólares por *onça-troy* e depositamos no *Federal Reserve Bank* (Fed). Foi uma atitude razoável, em termos de guerra. Mas, cessada a guerra, começamos a gastar, como todo mundo sabe. E os gastos foram acelerados por causa da taxa cambial irrealista. Quando acabaram as reservas, o doutor Gudin falou em vender o ouro, no tempo do Café Filho. Era um homem racional.

Até essa época, o Brasil ainda não tinha mexido no estoque de ouro acumulado?

Tinha. [Gastão da Costa Carvalho] Vidigal iniciou a venda em 1946-1947, quando houve a virada, mas foi uma coisa simbólica. Houve oposição política logo depois e esse assunto virou tabu. Chegou-se a falar que era o tesouro de guerra do Brasil, que os militares não permitiriam que se vendesse, porque, numa emergência de guerra, o Brasil teria dinheiro para comprar armamentos. E isso foi mantido! Surgiu uma operação financeira, que realmente eu acho uma das mais ridículas que há na história financeira internacional, não apenas na nossa história financeira. País nenhum, que eu saiba, fez isso. Já que falam tanto mal de Portugal, nem Portugal fez negociações desse tipo. O Brasil mantinha seu ouro depositado no Fed, pagava uma taxa de custódia, fazia um empréstimo garantia-ouro e pagava juros sobre o empréstimo! Tudo isso por causa do problema político interno de não dizer que estavam vendendo o tesouro de guerra! Ninguém assumia o risco de ser criticado por ter vendido o ouro do Brasil. E essa posição tinha um pouquinho de suporte técnico, porque um ou outro banqueiro, ou técnico de menor expressão, dizia: "Um dia, a África do Sul consegue duplicar o preço, e a gente...". A maioria achava que não podia. Nós consultávamos o governo norte-americano, e era uma rocha inabalável. Era monótono. Em toda reunião do FMI, vinha a União Sul-Africana fazendo um *statement* propondo o aumento, e vinha um *statement* do secretário do Tesouro norte-americano dizendo que não pretendia mudar, não o preço do ouro, mas o preço que o governo norte-americano estava disposto a pagar pelo ouro.

Era tão ridículo esse empréstimo. O doutor Gudin foi obrigado a fazê-lo, a contragosto. Imaginem seu sofrimento! Depois de ver recusado o *rationale*, ter que fazer o empréstimo! Pagar juros sobre o nosso próprio ouro, e ainda pagar comissão de custódia ao Fed! Primeiro, foram feitas duas operações em um ano com o Fed, de US$80 milhões; ao todo, eram US$160 milhões. Depois o doutor Gudin fez uma composição maior, uma operação de curto prazo no Fed. Ainda se justificava o que fez, porque foi uma operação quase que de *swap*, um saque entre bancos centrais, a 180 dias ou 360 dias, utilizando o ouro, e pagando uma taxa muito baixa. Pagou 2 e ¾ de juros. De forma que era um acordo de ação entre bancos centrais. Mas, já no governo subsequente, isso foi transformado num empréstimo de quatro anos junto a banqueiros particulares e aumentado para US$200 milhões. Quer dizer, pagaram-se os US$160 e tiraram-se mais US$40 milhões para tapar novos buracos. Ainda assim, a taxa não foi muito grande. A taxa passou a ser a *prime-rate* dos principais bancos americanos, nunca acima de 4% e nunca abaixo de 3%. Quando se fechou o negócio, a *prime-rate* estava em 3,5%. Bons tempos!

Política econômica internacional: o FMI e a Cepal

Na época do governo Juscelino, o governo Frondizi, na Argentina, aceitou as recomendações do FMI, não? [24]

Ah, sim, é verdade! Foi um argumento importante, usado inclusive pelo Juscelino. Para nós, Frondizi era um paradigma, e Juscelino disse: "Tomem cuidado com o Frondizi, hein! Ele está seguindo o negócio do FMI como manda o figurino, na austeridade, não renova salário por dois anos, mas não aguenta seis meses!". Aguentou um ano. Parece que o problema da estabilização na Argentina é que o

24 Arturo Frondizi (1958-1962), advogado e político argentino, de origem nacionalista e conservadora, foi forçado a um acordo com os grupos peronistas para se eleger presidente em 1958. Uma vez no governo, descartou essa ligação e assumiu um rumo completamente diverso, negociando a participação de empresas estrangeiras na exploração de petróleo, firmando um acordo com grupos católicos no campo educacional e assinando um acordo com o FMI que incluía duras medidas de ajuste. Foi derrubado por um golpe militar em 29 de março de 1962. Ver GOLDWER, Marwin. *Democracy, militarism, and nationalism in Argentina, 1930-1966*. Austin, University of Texas Press, 1972.

programa foi rigoroso demais. Quando eu digo rigoroso demais, não quero dizer necessariamente errado. Foi rigoroso em termos da factibilidade política, e esse era o ponto fraco do pessoal do Fundo. Eles realmente não levaram em conta o problema de que uma austeridade excessiva, ainda que tecnicamente justificável, podia levar à queda dos próprios administradores que a estavam impondo.

Há aí uma distinção importante, dois aspectos perfeitamente distintos. Um deles é o mérito em si da política monetária, dentro da questão fundamental de até que ponto é justificável sacrificar, por um período, o nível de emprego e a taxa de crescimento para consertar a casa e ter melhores condições de desenvolver a economia. Esse é o ponto de vista do doutor Gudin, que há 50 anos tem-se batido por isso. Ainda outro dia, ele escreveu um artigo sobre o assunto. Como ele dizia, às vezes é preciso *reculer pour mieux sauter*: o sujeito se encolhe um pouco para saltar mais longe. Essa talvez fosse a grande justificativa dos monetaristas, que defendiam, com variantes, pontos de vista semelhantes ao do doutor Gudin. Eu me incluía entre eles, mas chamando a atenção para o fato de que o problema da época era um *mismanagement* grosseiro, tão grosseiro que era facilmente identificável. O que se vê agora é que, com o refinamento das questões, quando se chega à linha divisória do que se deve ou não se deve fazer, é muito mais difícil manipular a política monetária. Mas quando a coisa está, obviamente, grosseiramente, errada, não é difícil identificar para quem está vivendo o problema do país.

O segundo aspecto, ligado ao primeiro, está relacionado à questão da resistência política ao combate à inflação. Mesmo que se julgue conveniente para o interesse do país sacrificar por um ano ou dois a taxa de crescimento, que todo mundo tenha chegado a essa conclusão, ainda resta uma indagação importantíssima: será que o pessoal que está no governo, implementando isso, continua no governo? É o nível de reação política, popular, por incompreensão dos objetivos; é a exploração política da fragilidade do governo. Esse é o segundo aspecto, bastante simples, mas que muitas vezes é confundido com o primeiro nas discussões. O primeiro é uma solução técnica, que tem considerações sociais, portanto, políticas, no sentido alto; mas é essencialmente um problema técnico, de opções válidas ou não.

Depois, há o problema político de implementação. Usei o argumento com o Per Jacobsson muitas vezes: "Ainda que concordemos com certas coisas, temos que ver o nível de resistência política. O senhor está insistindo em certas coisas que, em tese, são irretorquíveis: há necessidade de propiciar melhor utilização dos fatores de produção etc. Agora, devido ao problema político de implementação, o que o senhor vai conseguir é que as pessoas que o senhor admira no Brasil, e que acha que estão trabalhando bem, sejam postas na rua". Explorei esse argumento muitas vezes, porque somos nós, brasileiros, que temos que ter sensibilidade e ver o que se pode fazer, quais as gradações entre o ótimo e o bom.

Qual era o peso dos países em desenvolvimento na definição das posições do FMI?

A diferença entre o FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU) é que, na ONU, todos os países têm um voto, enquanto nos órgãos financeiros, o voto é proporcional à contribuição financeira. De modo que, como os Estados Unidos entravam com 28% do dinheiro, seu voto pesava 28. A Europa tinha 22%. Houve uma época em que os Estados Unidos tinham 32%, e os países europeus juntos tinham 25%. Então, a Europa desenvolvida e os Estados Unidos ganhavam sempre, porque o voto era proporcional ao montante com o qual haviam contribuído.

Eu diria, a partir da minha observação, que os economistas norte-americanos e europeus do FMI foram muito culpados em relação a nós. Ao contrário do que muita gente pensa, a atuação política do governo norte-americano no FMI foi muito favorável ao Brasil, até onde vai a minha capacidade de julgar, com base nas informações e nas conversas que eu tinha. Posso estar errado, mas essa é minha percepção pessoal. Fomos muitas vezes conversar com o representante norte-americano no *management* e induzi-lo a conversar com os outros. Os norte-americanos geralmente nos ajudavam na cabala de votos e, mais de uma vez, o FMI se queixou da interferência do governo norte-americano em favor do governo brasileiro.

O governo norte-americano era exigente, mas o FMI era mais, ia mais longe. E dentro do governo norte-americano, a atitude compreensiva

era mais do *State Department*, que tem grande sensibilidade política e estava sempre em briga com o resto, com o Tesouro e dependências, onde havia economistas muito agarrados à sabedoria convencional. Tenho uma grande desconfiança de que os economistas e assessores do governo dos Estados Unidos e dos governos da Europa atrapalharam mais o Brasil no FMI do que o *State Department*. Eles achavam honestamente, de acordo com o que sabiam de política econômica, que as nossas soluções estavam erradas, e faziam relatórios muito desfavoráveis sobre o Brasil. A embaixada norte-americana aqui, numa projeção do *State Department*, era ainda mais sensível. Exatamente porque estava aqui e fazia amizades, ela foi geralmente um elemento favorável ao Brasil. Já os economistas norte-americanos e europeus foram implacáveis, com raríssimas exceções.

Havia o pessoal da Cepal, evidentemente, que tinha uma sensibilidade muito grande para esses problemas, mas cuja capacidade de atuação nas áreas de decisão do FMI, do governo norte-americano e dos governos europeus, ficou muito pequena – já me referi a isso aqui – pela radicalização com que eles colocaram a questão. Entraram em choque, eram muito afirmativos, e cessou o diálogo, de modo que a capacidade de a Cepal ser útil nas gestões, nos bastidores, era zero. Como a exceção única, talvez, do Raul Prebisch em caráter pessoal, pois ele teve uma atuação muito importante e era o menos radicalizado de todos os que passaram pela Cepal. Era um homem com uma sensibilidade política realmente muito boa, de boa base acadêmica, e que eu acho que foi bastante mal compreendido por seus auxiliares. Foram os seus auxiliares que fizeram a imagem menos positiva da Cepal. O Prebisch sempre teve um trânsito muito grande e sempre foi muito respeitado. Os auxiliares mais radicalizados é que ajudaram a criar para a Cepal uma imagem de gente que não quer diálogo, de gente que critica. Houve reação igual do outro lado, e acabou o diálogo.

Raul Prebisch foi um homem de alto senso de comunicação, de enorme facilidade de expressão e capacidade de convencimento. Foi um homem que, em 1936, como presidente do Banco Central da Argentina, adotou uma política bastante ortodoxa no combate à inflação e às taxas flutuantes de câmbio. Quando ele esteve aqui,

no final dos anos 1950 ou início dos 1960, eu lhe disse: "Professor Prebisch, o senhor está sendo acusado de entusiasta irrestrito da inflação como promotora do desenvolvimento econômico". Ele exclamou: "Não! Você está brincando, Casimiro!". Confirmei: "Estou falando sério". Ele respondeu: "Agora estou assustado. Mas de onde é que surgiu essa imagem?". Eu disse: "De políticos". Ele retrucou: "Ah, agora tenho um tema. Eu estava procurando um tema para uma conferência no Brasil e já tenho um. Mas, pelo amor de Deus, o que eu disse foi que, em uma circunstância, um país, quando não teve outra alternativa, fez a inflação ter um efeito positivo. Apesar de todos os seus males, a inflação promoveu a capitalização. Isso é fato histórico. Mas daí a dizer que o Brasil, um país que já tem um certo refinamento e uma base industrial, deva adotar a inflação como instrumento grosseiro de promoção de desenvolvimento, jamais! Vou botar isso por escrito e mando cópia para você dar aos amigos em meu nome". Ele realmente fez uma conferência muito equilibrada, inatacável sob qualquer aspecto. Foi publicada no boletim da Cepal na época. O Prebisch era um homem altamente razoável. Agora, o resto era realmente radicalizado e tinha uma desconfiança profunda do pessoal do FMI. Às vezes não iam apenas à questão dos aspectos técnicos, iam mais longe.

Economia, ideologia e pragmatismo

Embora a profissão de economista seja recente no Brasil, desde o início as posições dos economistas se polarizaram: de um lado, neoliberais e monetaristas; de outro, nacionalistas, estatizantes, estruturalistas. Consta que o doutor Gudin dizia que no Brasil pulou-se de Adam Smith para Keynes...

Sim. E o pior é que o nosso problema é de inflação, e Keynes falava de depressão. Nosso problema é de análise de desenvolvimento econômico, e Keynes não teve tempo de pensar nisso, fez análise de curto prazo, pressupondo não haver mudança no capital. Não tratou da inflação, a não ser na guerra. Fez um folheto, *How to pay for the war*, em que falou no hiato inflacionário, *inflationnary gap*, deu umas

tintas de como o enfoque macroeconômico podia ser adaptado, mas não teve tempo de levar adiante. Morreu em 1946, e o pessoal ficou tonto, cada um atirando numa direção, causando inclusive certo prejuízo. Explico: no Brasil, o problema era em grande parte de desregramento financeiro e monetário, de emissões desbragadas, embora as pressões políticas fossem naturalmente de ordem social. E os keynesianos desprestigiaram muito os monetaristas, que foram mais ou menos arquivados, com raras exceções. Os monetaristas tinham a sua função, de chamar a atenção para o desregramento monetário. Só mais recentemente, de uma década para cá, é que os estudos monetários se tornaram importantes novamente, tendo em vista que a inflação passou a ser um fenômeno mundial. Com essa preocupação mundial, realmente surgiram estudos. Por outro lado, já se havia cortado o que era frágil no keynesianismo. Mas, antigamente, o keynesianismo dava argumento para os políticos expandirem moedas, fazerem financiamento compensatório no meio da inflação, já que aplicavam o raciocínio da depressão, por ignorância ou mesmo má-fé.

Ideologicamente, a parte acadêmica também se dividia. Começaram a surgir os trabalhos da Cepal, sob a influência do Prebisch. O pior foram os seguidores do Prebisch, porque ele próprio, como já disse, era um homem extremamente inteligente e lúcido. Quando foi presidente do Banco Central da Argentina, antes da guerra, fez a política monetária mais ortodoxa, e surgiram resultados positivos. Ele não conseguia conceber melhor método do que a austeridade monetária e não brincou com isso. O engraçado é que ficou a fama de que ele achava que a inflação fazia bem. Ele caiu na asneira de dizer: "Em certas circunstâncias, a inflação facilita a acumulação de capital. Quando não há alternativa, quando os outros não reagem e não pedem a sua parte de volta, a sua fatia de renda real...". Foi só ele dizer isso que alguns seguidores mais fanáticos desenvolveram a ideia. E os que não tinham boa vontade com ele também.

Prebisch e os estruturalistas, de certa forma, tocaram em muita coisa que hoje está sendo lembrada: os perigos de se combater a inflação, de não se prestar atenção a certas pressões estruturais. Eles tiveram muito mérito em qualificar e cortar o excesso de monetarismo. Mas,

como eles se empolgaram e deram uma tintura ideológica muito forte, foram muito intolerantes intelectualmente, ficaram bastante marcados. Os monetaristas eram a antiesquerda. Tentei aproximar os dois lados, naquilo que dependia de mim – eu não tinha muita influência na época – para eles discutirem. Mas em pouco tempo o pessoal passou a não discutir, a falar mal um do outro. Foi uma pena a intolerância dos dois lados.

A Cepal, o pensamento estruturalista, tem muito mérito. Sozinho, não dá para andar. Mas teve mérito porque chamou a atenção para certas coisas. Vinha com um enfoque diferente. O que se verificou, com o passar do tempo, é que os dois tinham razão em parte, e que é impossível você ter uma noção global do processo inflacionário sem considerar os dois aspectos: o estrutural, ou não monetário, e o monetário. São as duas coisas que compõem o problema da inflação: ora predominam certos fatores estruturais, ora a causa maior é o desregramento monetário. O problema é de ênfase. Não se trata de dizer que um dos lados está errado. Isso é uma bobagem. Cada um dava uma fatia, uma fotografia, um pedaço da realidade, trazia a sua contribuição, mas nenhum conseguia ter uma visão completa do fenômeno da inflação – como até hoje não se tem. Tem-se uma descrição muito geral, mas, na hora de atuar, de fazer um modelo e tentar saber qual vai ser o resultado de certas medidas, o sujeito se perde na complexidade do fenômeno, perde-se pelo caminho, com as verificações empíricas de curto prazo. Nas verificações de longo prazo, dá-se o contrário: a correlação entre expansão monetária e preços é assunto encerrado, sob todos os aspectos metodológicos. Mas, em curto prazo, empiricamente, não se chega a conclusão alguma, ou melhor, chegou-se a inúmeras conclusões diferentes e até contraditórias. De qualquer maneira, se em longo prazo já está provado que há uma correlação estreitíssima, e se o longo prazo é uma sucessão de curtos e médios prazos, tem-se uma certa intuição de que isso deve ser importante. O que não se sabe é calcular os *lags*, que podem variar brutalmente, de tal forma a dar a impressão de que não há nenhuma ligação entre moeda e preço, nem a mais remota. Mas, daqui a pouco, quando você vê em médio prazo, o negócio é brutal. Principalmente em um país em que há inflação acelerada como o nosso, com uma taxa altíssima.

É uma pena que estruturalistas e monetaristas não se tenham entendido. Passaram a se desprezar mutuamente, com suspeitas ideológicas. Do lado de lá, estavam os estruturalistas, do lado de cá, os "entreguistas" que só queriam fazer o que os norte-americanos mandavam, e geralmente coisas que não se adaptavam ao Brasil. Nós dizíamos: "Mas esperem aí, expansão monetária faz inflação em qualquer país. Fez na China, fez em país pequeno, em país grande, em país desenvolvido. Isso é uma experiência universal". Aí eles gritavam: "Não! O negócio é estrutural!".

Em geral, não havia um diálogo adequado. Tentou-se um pouco no Iseb. Mas, no próprio Iseb, almas mais intolerantes começaram a invalidar a tentativa. E formaram-se núcleos de pessoas com o mesmo tipo de pensamento, que conversavam em separado: o pessoal da Cepal, o pessoal de tendência à esquerda, o pessoal da FGV, e um ou outro que se recusava a participar. Eu, por exemplo, participava dos dois lados, sempre que podia. Embora fosse mais identificado com o doutor Gudin e com o doutor Bulhões, eu sempre podia conversar com o outro pessoal, e fiz muitas amizades com a turma da Cepal. Tinha gente trabalhando com muito entusiasmo, muito *élan*. Eles chamavam muito a atenção para o problema do capital estrangeiro. O pessoal do lado de cá sabia que havia problemas, mas não dava tanta importância. Como as críticas soavam como uma atitude xenófoba, reagiam contra a xenofobia, ou o que assim consideravam. Achavam desastroso que não utilizássemos o capital estrangeiro, pois ele iria para outros lados. Mas o que cheirava a xenofobia era, em boa parte, uma defesa do interesse nacional.

Um bom exemplo de atitude patriótica era a Cacex, antigamente. Entre os funcionários da Cacex, predominava o pragmatismo. Muitos não eram economistas, eram burocratas. Aquilo era pragmatismo: o sujeito não era a favor nem contra, era frio. Raciocinavam assim: o país tem condições de produzir, então vai produzir, e nós vamos proteger. Pronto. Não é preciso ideologia por trás disso. A experiência brasileira foi rica. Quando se chamou às falas o estrangeiro, ele reagiu bem. Estrangeiro não tem muita opção. Se começa a chorar muito, fica sem o negócio. E ele já está acostumado, porque em outros países a regra é até mais dura. Multinacional tem um excelente diálogo.

Se você deixá-las fazer o que bem entendem, elas fazem o que bem entendem; mas se você puser limites, elas se enquadram. Não é problema de briga nem de hostilidade, porque aí você acaba com o diálogo. Você chama o camarada e diz: "Lá no Japão, vocês estão se submetendo a isso; no México, vocês se submeteram a isso. E o que vamos pedir a vocês é ainda mais suave. Vocês vão fazer isso, isso e isso. Vão ensinar ao operário brasileiro um ofício; vão trazer as patentes de outros produtos, porque há uma série de patentes que não valem mais nada, que são conversa fiada, e vocês ficam cobrando *royalties*. Não vamos pagar *royalties* por isso. Gostamos de vocês, mas não somos trouxas". Esse tipo de conversa na Cacex era rotina diária, sem nenhuma dramatização, sem filosofia, sem nada.

Dizia-se, por exemplo: "O Brasil importar bicicleta, meu caro, não dá. Ou vocês fazem esse negócio aqui ou o pessoal não vai andar de bicicleta". O sujeito veio, e está aí. Depois, vieram a motocicleta, o automóvel. Era uma coisa extraordinária obrigar uma indústria automobilística multinacional a fazer uma integração horizontal, e não vertical, em um país que não tinha possibilidade imediata de horizontalização. Qualquer economista que fizesse um plano para a Volkswagen recomendaria: "Faça vertical, porque não há infraestrutura". Mas não interessava. Interessava obrigá-la a ensinar aos brasileiros, às pequenas oficinas, e fazer uma indústria em partes complementares. Eles ficariam como montadores e fabricantes do bloco do motor. Eles relutaram, relutaram, mas a alternativa era não vir para o Brasil, perderem favores. E acabaram aceitando. Hoje há milhares de indústrias. A indústria automobilística hoje só é indústria estrangeira no nome, eles compram em milhares de fabricantes de partes componentes.

Infelizmente, todo esse debate descambou para o âmbito pessoal. O próprio Roberto Campos começou a ser chamado de entreguista e, naturalmente, ressentiu-se muito com isso. Era natural que chegassem a uma hostilidade um pouco maior. [Jesus] Soares Pereira, por exemplo, era um veterano na área dos nacionalistas, era um buldogue vigiando os abusos das multinacionais. Uma das coisas que mais lhe agradavam era descobrir uma nova irregularidade disfarçada. Ele se deleitava em expor o assunto: "Olhem só, vejam a sutileza dessa gente". Roberto Campos o considerava um sujeito de maus bofes,

honesto, patriota, mas um xenófobo. E ele achava que o Roberto estava dando sopa demais para essa gente.

Roberto via a empresa brasileira oficial como ineficiente e empreguista, e pregava a solução de vendê-la. Quem falou primeiro em desestatização foi Roberto Campos. Mas o pior foi que ele o fez de uma forma muito contundente: "Vende a Vale do Rio Doce, e vende para a *Hanna*".[25] Quando ele disse isso, fechou o tempo: "Por que para a *Hanna*?". Mas os políticos, em tempos anteriores, tinham tomado conta da Vale do Rio Doce. Até repetiam uma piada, feita com certa injustiça, evidentemente, por aquele humorista que criou *A Manha*, o Aporelly,[26] muito engraçado, muito de esquerda também – foi preso como comunista. Aporelly fazia umas biografias sintéticas, em duas ou três linhas, e uma delas foi a seguinte: "O doutor Israel Pinheiro, quando administrador da Vale do Rio Doce, bebeu o rio, comeu o doce e deixou o vale no caixa". Ele havia empregado muita gente, mas, para o Roberto, tratava-se de vender um negócio que era ineficiente. É verdade que a Vale do Rio Doce de 1956 não era a de hoje. Havia, por outro lado, um número de pessoas sérias, que tinham soluções para o problema, e sentiam que não era para a *Hanna* que se devia vender. A *Hanna* fez uma proposta que não valia a pena. Alegava que o equipamento era antigo, ferro-velho. Respondemos: "É ferro-velho para vocês, mas para o Brasil não é". E ficou o desentendimento. Enfim, alguns auxiliares do Roberto começaram a forçar um pouco a mão nos pareceres, fazendo um rolo compressor. Então, apareceram dois coronéis no grupo de trabalho, e mais um elemento nacionalista mais extremado, e começou-se a falar em verde e amarelo, bandeira do Brasil, não sei o que mais, e entornaram o caldo. Essas atitudes do Roberto, oriundas, a meu ver, de uma convicção firme e da vontade de fazer as coisas às pressas, levaram a uma hostilidade muito grande e começou-se a dizer que ele era entreguista.

---

25 A *Hanna Mining Company*, grupo norte americano que atuava na produção de minérios, aproveitou-se da abertura ao capital estrangeiro promovida pelo governo Kubitschek e adquiriu, na Bolsa de Londres, 52% das ações da *St. John d'El Rey Mining Company*. Esse interesse da *Hanna Mining* em explorar minérios no Brasil provocou forte oposição nos setores nacionalistas. Ver *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro, Companhia Vale do Rio Doce - Memória, 1992.

26 Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, conhecido por Aporelly, criou a personagem-pseudônimo Barão de Itararé, com a qual desenvolveu seu humor crítico.

Isso tudo se passou em 1956, no começo do governo Juscelino. Roberto foi para o poder com Juscelino. Na verdade, já estava antes, de 1953 a 1954, mas Maciel Filho não o tinha deixado fazer nada. Perderam realmente a confiança um no outro: um achava que o outro era entreguista; o outro falava em esquerda fazendo jogo de Moscou. O que foi uma pena, porque havia gente boa dos dois lados, com boa cabeça, espírito crítico. Naturalmente, foram perdidas muitas oportunidades de dialogar, de fazer um *pool* de talentos e informações, de debater em conjunto os problemas nacionais. Ficaram divididos, xingando-se à distância. É uma pena. E os dois tinham uma parte da razão, mas se encastelaram em suas posições.

Realmente, boa parte dessa industrialização que aí está foi feita no sopapo. O doutor Gudin achava um absurdo, não a industrialização, mas a forma de fazê-la. No entanto, as pessoas nunca foram conversar com ele para dizer: "Olhe, doutor Gudin, a nossa realidade é essa. Ou vai no sopapo ou não sai a industrialização". Na questão da proibição total das importações, por exemplo, o doutor Gudin disse: "Não, espere aí. Você põe aí 40% de proteção para o nacional. Se ele conseguir se organizar com 40%, muito bem. Se ele quiser 200%, é ineficiência. Aí não". Mas, de fato, fez-se na base da ineficiência, com excesso de proteção, por razões de ordem cambial. E funcionou. Na verdade, talvez a *General Motors* jamais viesse para cá fazer caminhão com 40% de proteção, ou 30%. Mas com a proibição inclusive de importar – porque o governo brasileiro manteve a proibição por dois anos – predominou o seguinte raciocínio: "Ou vou produzir lá dentro, ou então perco o negócio. Daqui a pouco outro concorrente vai lá e...". De modo que a proibição, que hoje estou convencido tratar-se de uma coisa exagerada, não dosada, pouco técnica e pouco racional, foi o que fez efeito, na decisão de a multinacional vir para cá.

Há, na verdade, até certo ponto, um oligopólio, mas há concorrência entre elas. Não se eliminou a concorrência, contra o interesse do consumidor. Isso justificou até o excessivo número de marcas existentes no Brasil. É preciso preservar um mínimo de concorrência, já que os que produzem aqui têm que se defender contra a concorrência dos de fora. De forma que deu certo, e talvez não o tivesse dado de outra forma, em termos práticos. É muito bonito fazer 30% ou 40%, dosar

aquilo que é perfeito, racional, que não tem exagero. Mas o fato é que foi na base do exagero que se conseguiu. E também da lucratividade que se poderia oferecer ao nacional, porque, depois que se aprendeu o ofício, que se aprendeu a engatinhar e a andar, hoje realmente já se poderia fazer uma redução nisso. Mas o processo é complicado. Tudo indica que o pessoal da Cacex é que estava certo: não se deixou levar pelos argumentos mais refinados daqueles que queriam fazer as coisas bem-feitas e agiu pragmaticamente.

Capítulo 5

Os Governos Jânio Quadros e João Goulart

A Instrução 204 da Sumoc

Iniciado o governo Jânio Quadros, em janeiro de 1961, o doutor Octavio Gouvêa de Bulhões foi, pela segunda vez, nomeado diretor-executivo da Sumoc. Pouco depois, em março, foi emitida a Instrução 204.[27] *O senhor certamente acompanhou esse processo.*

Sim. O ministro da Fazenda, na época, era Clemente Mariani [Bittencourt]. O doutor Bulhões foi para a Sumoc por escolha pessoal do doutor Mariani, com plenos poderes. Eu estava lá e o assessorei na redação da [Instrução] 204, já em Brasília, perdido naquele deserto. Eu me lembro de que estávamos discutindo, fazendo retoques, e houve um momento em que nos surgiu uma solução um tanto original, inusitada, e nos ocorreu que o FMI iria opor dificuldades. Nós iríamos submeter a resolução ao FMI – como de fato o fizemos, causando excelente impressão –, e queríamos nos preparar para o contra-argumento. Quisemos consultar os *Articles of Agreement* do Fundo, e não havia em Brasília um único exemplar para tirar dúvidas. Eu e o doutor Bulhões procuramos ver se nos lembrávamos do texto, mas havia necessidade de conhecer o texto preciso, para podermos interpretar de forma favorável ao Brasil. Afinal, veio um funcionário do Rio especialmente para nos trazer o texto.

Como o senhor viu a reforma introduzida pela Instrução 204? Ela foi apresentada como a primeira etapa da liberalização da política cambial do Brasil.

---

27 A Instrução 204 da Sumoc, de 13 de março de 1961, pôs fim ao sistema de leilões de câmbio e praticamente eliminou as taxas múltiplas. O câmbio de custo, taxa básica usada para a importação do trigo, petróleo e papel de imprensa, foi mantido, mas desvalorizado em 100%. Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

Na verdade, a grande reforma não foi a de 1961. A grande reforma foi a de 1957, conjugada à tarifa aduaneira. Em 1961, fez-se uma simplificação a mais no sistema, sobretudo uma atualização corajosa da taxa cambial. Isso também é chamado de reforma cambial, mas não é reforma no sentido correto. O momento realmente da reforma cambial foi em 1957, e é incrível que se tenha conseguido isso no governo Juscelino, na administração do ministro Alkmin. Ninguém se lembra de creditar à administração do ministro Alkmin a reforma da tarifa aduaneira.

A Instrução 70 da Sumoc, de 1953, já tinha sido um passo importante. Outros grandes passos foram a reforma aduaneira e a negociação bem-sucedida com o FMI, na administração Alkmin. Em 1957, houve uma simplificação enorme! De cinco categorias, passou-se para duas, sendo que uma era geral, a principal, e a outra especial, residual. Entendeu-se que a tarifa, mesmo de 150%, talvez não fosse suficiente para conter as importações de luxo, e só por isso se manteve a categoria especial como categoria cambial. Em 1961, com a Resolução 204, feita sob a inspiração do doutor Bulhões, discutimos novamente a questão da categoria especial. A intenção do doutor Bulhões era a seguinte: "Eu quero acabar com a categoria especial e liberar outros controles". Houve uma discussão muito grande, e ele ficou muito irritado. Eu me lembro de que me coloquei, na qualidade de assessor, um pouco a favor dos que eram menos ambiciosos na reforma. Achei desequilibradas as forças que estavam discutindo. Havia muita gente a favor da racionalização, da simplificação pela qual eu tinha me batido no passado. Então eu me preocupei em olhar as consequências da simplificação.

A ideia do doutor Bulhões era colocar tudo na categoria geral?

Era acabar com a especial e deixar a tarifa aduaneira fazer o seu papel. A tarifa seria deixada em 150%. Não dava para elevar a tarifa porque se tinha que negociar antes. Nós já tínhamos obtido do Gatt uma derrogação para lançar na lata de lixo todas as negociações anteriores do Brasil, botar a tarifa que quiséssemos e depois começar a negociar. Mas, uma vez feito esse processo, aumentar a tarifa iria criar um problema muito grande no Gatt, principalmente se lembrarmos que

o que achávamos superficial era a base agrícola e política da França: champanhe, vinho, *paté* de *foie gras* e outras coisas. Champanhe derruba governo! Um movimento mundial de não importar *paté* de *foie gras* põe a Normandia em depressão. Mas, do nosso ponto de vista, era quase um crime gastar preciosas divisas na importação de champanhe.

Qual era o argumento do doutor Bulhões? Que mal fazia a categoria especial?

Se estou interpretando bem, do ponto de vista formal, era péssimo, era um argumento nas negociações. E do ponto de vista da proteção, era uma atividade econômica que não aguentava com 150% de proteção! Também tinha isso: "Estamos fomentando atividades antieconômicas!". Havia o problema do consumo conspícuo das classes de alto prestígio. Era preciso ter um processo mais forte de contenção, para o pessoal não comprar Mercedes Benz. No final, acabou-se verificando que talvez o melhor seria proibir mesmo, porque nem mesmo a categoria especial era capaz de segurar essa demanda. Restringiu-se muito, mas ela sempre representou uns 100 milhões de dólares por ano. Vai-se somando isso, e em dez anos dá um bilhão.

Apoiei o grupo que achava que se devia ainda manter a categoria especial por algum tempo. E pensamos numa solução que talvez pudesse equalizar a taxa de câmbio e manter a especial como sobretaxa, restabelecendo o ágio. A vantagem do ágio, antigamente, é que ele era realmente classificado como taxa múltipla de câmbio, mas, na verdade, era um item fiscal, parafiscal. Fizemos uma simplificação, com exceção da categoria especial, que foi muito útil.

Qual foi o objetivo da desvalorização de 100% do câmbio, não só do papel de imprensa, mas do petróleo e do trigo? Restabelecer o realismo cambial ou utilizar a taxa de câmbio como instrumento, seja para promover exportações, seja para tornar mais realista o preço social das importações?

Essa desvalorização teve, basicamente, a finalidade de atualizar a taxa, tendo em vista a inflação ocorrida no passado e o comportamento do preço no exterior, sempre em termos relativos. Mas aquele foi um período em que podíamos levar em conta somente a taxa de inflação no Brasil, porque não havia taxa de inflação nos Estados Unidos e

nos principais países da Europa, com exceção talvez da França, que estava num período de desorganização. Mas o franco francês não tinha importância e não influenciava as nossas decisões. A relação básica naquela época, ainda mais do que hoje, era com o dólar, que não tinha sofrido inflação desde a nossa última atualização. De modo que se levou em conta a elevação de preços ocorrida no Brasil. Tenho a impressão de que, mesmo assim, a desvalorização ficou um pouco aquém. Foi uma correção, uma atualização bastante cautelosa. É claro que houve um choque, porque foi uma mudança violenta. Mas, em termos históricos, foi uma atualização pura e simples. Tanto assim que foi aceita pelo FMI. E o Fundo não aceita desvalorização competitiva. Um dos seus pressupostos fundamentais é o de que não se pode desvalorizar para fins competitivos. E a nossa desvalorização não teve fins competitivos.

Mas havia uma expectativa de que as exportações respondessem positivamente ao novo sinal no mercado de câmbio?

A concepção era, em primeiro lugar, defender o mercado interno: primeiro, olhamos o mercado interno; se sobrar, aí há exportação. Ainda havia essa mentalidade em várias áreas do governo. A sensibilidade política do presidente era para o mercado interno. Mas ele não chegou a ficar tempo suficiente para que isso pudesse ser um fator negativo.

Jânio, as reformas e o FMI

Jânio Quadros aceitou com facilidade a proposta da Instrução 204? Foi preciso negociar?

É curioso. Nós já tínhamos sofrido tanto com os outros presidentes que estávamos dispostos a fazer algumas concessões políticas razoáveis, pequenas. Achávamos que o técnico tem que ter alguma sensibilidade política, não pode estar propondo coisas do arco da velha apenas porque elas são desejáveis. Havia o problema do papel de imprensa: uma das coisas que restavam do sistema anterior era uma taxa especial de câmbio para a imprensa. O doutor Bulhões

ia acabar com ela, mas nós chamamos a atenção do presidente para a repercussão que isso teria. Os jornais não estavam em situação financeira boa, e isso iria encarecer brutalmente os seus custos. Provavelmente o presidente teria a má vontade dos jornais, e nós não a queríamos para a reforma cambial. Mais do que o receio de problemas políticos para ele, tínhamos receio da oposição política à reforma, de que os jornais começassem a querer encontrar nela defeitos e inconvenientes. Propusemos que o governo mantivesse um tratamento especial ainda por 24 meses, a título de subsídio ao papel de imprensa, e que isso saísse de um fundo qualquer. O custo era relativamente modesto, e era um preço barato a ser pago para a reforma passar incólume.

Mas, para minha grande surpresa, e acredito que também do doutor Bulhões e de outros, Jânio disse: "Não, nada de contemplação com os jornais. Vamos fazer uma reforma como manda o figurino. Nada de concessões". Ficou uma situação momentaneamente ridícula, porque de um lado estávamos nós, os técnicos, e de outro Jânio, mais convicto do que nós. Ele pegou o assunto e levou adiante. Foi para a televisão, mostrou o exemplar dominical do *Estadão* e disse: "Vejam o gasto de divisas com este jornal!". Dizem as más línguas que ele estava querendo quebrar os jornais para dominá-los de outra forma, mas os técnicos que estavam apresentando a reforma ficaram excelentemente bem impressionados, como nós ficamos. Ele não quis fazer concessão de espécie alguma.

Outra coisa: nós advertimos honestamente o presidente a respeito do que estávamos propondo, das repercussões sobre a gasolina etc. Depois dissemos o seguinte: "Não temos um tostão de reservas cambiais, e temos US$200 milhões de atrasados. Para fazer uma reforma cambial e uma desvalorização forte nessa situação, é preciso ter um bocado de coragem. Mas precisa ser feito, terá um efeito favorável, no sentido de corrigir a deterioração, e nos dará autoridade para renegociar a dívida. O Brasil já foi muitas vezes ao exterior, prometeu coisas e não cumpriu. Agora, mandam a boa tática e a habilidade pessoal que isso seja feito antes, para depois irmos conversar. Mesmo para não dar a impressão de que fazemos as coisas mandados de fora. Vamos fazer o que achamos que devemos, e depois vamos lá negociar". Dito e feito. Fizemos, e isso

nos deu uma grande autoridade. Anunciamos o que tínhamos feito, e não prometemos fazer se nos dessem assistência financeira.

Os contatos do Brasil com o FMI, depois da ruptura de Juscelino, só foram plenamente restabelecidos nessa época?

Os contatos só foram retomados com Jânio Quadros em 1961. E nós estávamos aflitos para retomar o diálogo. Cansamos de dizer ao Jânio: "O Brasil não é obrigado a aceitar imposições ou ideias do FMI. Agora, é uma estupidez sair do Fundo, porque é lá que se briga, é lá que se dialoga, é lá o foro adequado das discussões. Sair é uma desvantagem enorme".

Na sua opinião, o presidente Jânio Quadros tinha sensibilidade para a necessidade da retomada de negociações com o Fundo?

No meu enfoque muito parcial de assessor do doutor Bulhões, fiquei muito bem impressionado com o presidente Jânio Quadros logo nos primeiros contatos. Eu estava ali, com outros assessores, para vender certos peixes que havia muito tempo estavam para ser vendidos. Jânio veio, ouviu, o próprio doutor Bulhões fez uns contatos pessoais, e o presidente aprovou tudo o que se propôs, sem as preocupações políticas a que estávamos acostumados. Jânio tinha outras preocupações, outro enfoque. Ele fez exatamente o que o presidente Juscelino tinha dito que faria: botou a culpa no governo Juscelino, debitou os males do Brasil ao governo anterior, entrou com um ar de Catão e aprovou tudo. Como disse Juscelino, ele teve meios políticos de fazer, pondo a culpa no governo anterior. Essas coisas, ou a gente faz no começo do governo ou não faz mais. Se fizer no meio, é para corrigir erros do próprio governo. E funcionou.

Negociações com os EUA

A negociação com os Estados Unidos no governo Jânio Quadros também foi um sucesso. Acredito que foi a melhor negociação financeira que o Brasil já fez em toda a sua história, e por circunstâncias especiais do momento: a entrada do Jânio, com aquela aparência de

austeridade, tomando algumas medidas severas mesmo; o Kennedy, entrando com aquela disposição de mudar as coisas, com uma equipe de primeira. O começo da administração Kennedy foi realmente extraordinário em termos de relações com o Brasil. Ele trouxe aquela turma de Harvard. Os professores nos receberam muito bem, foram de uma sensibilidade enorme para a época, para o que estávamos acostumados a ter no Departamento do Tesouro norte-americano. Não sei se é fato, mas parecia que o Departamento do Tesouro e outros departamentos, como o de Comércio, tinham certos tabus, certas posições que o governo americano não mudava. E nesse momento foram mudadas. Nós fizemos uma boa intriga a respeito de tudo o que havia de desfavorável em relação ao Brasil na realidade burocrática americana, e eles mudaram tudo. Eu me lembro de que trabalhei com alguns companheiros e ajudei a negociar, já então sob a chefia do embaixador Moreira Sales, o reescalonamento de dívidas. A proposta que levamos era um *wishfull thinking*, proposta que eu escrevi junto com um outro elemento do governo. Pensamos: "Vamos pedir logo um negócio grande, com prazos confortáveis. Eles não vão aceitar, e a gente renegocia". Aceitaram a primeira proposta e nos arrependemos de não termos pedido mais.

Nós negociamos nos Estados Unidos, entre créditos novos e grandes extensões de prazo, uma quantia fabulosa para a época: um e meio bilhão de dólares. O presidente do Eximbank quase teve um enfarte quando a nossa proposta foi aceita pela equipe do Kennedy. Ficou com uma gana...

Mas isso foi apresentado a ele como fait accompli*?*

Foi um rolo compressor. Para dar um exemplo das coisas incríveis que propusemos e que foram aceitas, havia três empréstimos compensatórios feitos junto ao Eximbank, em épocas passadas, para tapar buracos de balanço de pagamentos. Somados, davam US$214 milhões. Era muito dinheiro, na época, e o prazo vencia naqueles três anos: 1961, 1962, 1963. A proposta brasileira era que esses US$214 milhões fossem transformados num empréstimo com vinte anos de prazo e três de carência. Isso eu propus, junto com um companheiro, para começarmos a conversar. O Eximbank respondeu: "Eu já

disse ao senhor, que participou da última negociação, que a lei não nos permite conceder empréstimos compensatórios. Isso é para financiamento de exportação de equipamentos". Retruquei: "Nós já compramos equipamentos, não pagamos e estamos com atrasados comerciais. Logo, não é compensatório. O senhor nos dá dinheiro e pagamos o equipamento já comprado. Se o senhor estivesse dando o dinheiro para comprarmos na Europa, vá lá. Mas nós compramos demais e temos atrasados". Depois pedimos ao Eximbank US$186 milhões para pagarmos os atrasados comerciais. Pegávamos o dinheiro do Eximbank, pagávamos tudo picadinho, US$186 milhões em vinte anos, com três de carência. Aí é que eles vieram com esta história: "Mas nós é que vamos pagar para a *General Motors* e para a Esso? Elas que financiem os senhores". O governo americano disse a eles: "Mas a Esso paga por um ano e não resolve o problema de balanço de pagamentos, é *roll-over*". Eles retrucaram: "Mas o Eximbank não é para isso. Essa gente tem mais dinheiro que nós". Eu disse: "Mas não se trata de ter dinheiro. Eles não são um banco e não podem dar empréstimo de longo prazo". Foi uma batalha!

Depois, nas nossas projeções, verificamos que havia *supplier's credits* a empresas brasileiras, que deveriam ser pagos nos próximos três anos, num total de US$90 milhões. Pedimos ao Eximbank um empréstimo ao governo brasileiro de US$90 milhões, com vinte anos de prazo e três de carência, à conta do qual daríamos cobertura cambial para os pagamentos que essas empresas fizessem. A empresa comprava o câmbio, o governo ficava com os cruzeiros do orçamento monetário. Nós pagávamos a remessa cambial com o empréstimo ao governo brasileiro, e o governo é que ficava devendo. A empresa pagava nas datas. Quando as empresas souberam, quiseram pegar o empréstimo de vinte anos. Nós dissemos: "Não, isso não tem nada que ver com vocês. Vocês têm que pagar os cruzeiros e nós pagamos em vinte anos". Eram US$214, US$168 e US$90 milhões, todos em vinte anos.

A Agência para o Desenvolvimento Internacional (*Agency for International Development* – AID)[28] não existia, era apenas um

28 A AID era um órgão do governo norte-americano que coordenava a ajuda externa do Estados Unidos aos países em desenvolvimento.

projeto no Congresso, para *soft loans*. Obtivemos uma carta do governo americano dizendo que, tão logo aprovada a lei que criava a AID, o governo americano nos daria um empréstimo de US$100 milhões – era bastante dinheiro naquela época – a 30 anos de prazo, com dez de carência e juros de 3/4 de 1%. Inauguramos a AID antes de ela ter sido aprovada oficialmente no Congresso.

Uma coisa que Jânio Quadros não aprovou foi vender o ouro. Aí ele foi ortodoxo. Não queria problemas. Fizemos uma prorrogação de quatro anos do empréstimo-ouro, não apenas uma prestação, como tinha feito o governo anterior. Sacamos cerca de US$80 milhões, no FMI, em quatro anos. Obtivemos um empréstimo de um consórcio de dezesseis bancos americanos, a 4 ou 5 anos: US$200 milhões. Os bancos americanos não podiam ir muito longe e estender muito o prazo.

Mas eu me lembro de que aqueles três empréstimos somando US$214 milhões já estavam prontos para assinar, o acordo já estava na tipografia, e eu disse para o Moreira Sales: "Olhe, eu vou chicanar um pouco a taxa de juros desses empréstimos. Esses três empréstimos foram feitos em épocas anteriores, quando a taxa do Eximbank era mais baixa do que a do mercado mundial, de um modo geral. Um foi feito a ¾, um a 4% e o outro, a 4,5% de juros. E eles estão nos aplicando 6,5%". Ele disse: "Bem, Casimiro, eles estão nos dando um empréstimo de vinte anos, com três de carência. Isso, a 6,5%, está bom, não? Você é banqueiro e sabe". Eu disse: "Não, eu sou bancário. Mas eu acho que isso vai impressionar mal o Brasil. Afinal, é uma consolidação de três empréstimos. Vamos fazer uma média dos três, ponderada pelos valores". Disse-me o Moreira Sales: "Casimiro, vamos fazer uma coisa: você tem a tarde de hoje para pleitear esse negócio. Senão, acontece aquilo que você disse como piada no outro dia, mas que é muito sério: com essa negociação toda pronta – surgiram circunstâncias especiais que nós aproveitamos habilmente –, alguém faz uma besteira no Brasil e suspendem tudo isso. Você não sabe o que está acontecendo lá. Vamos assinar isso e fechar o negócio". Eu disse: "A sua observação é muito sábia. Vamos fazer um memorando, botando tudo por escrito. Eu acho que esse negócio de juro vai repercutir mal". Outros me disseram a mesma coisa, e eu já esperava: "Casimiro, isto é uma operação nova. O dinheiro do Eximbank está

custando isso agora". Eu insisti no ponto de que iria calhar mal politicamente. Retrucaram: "Mas já está tudo na tipografia, e vai ser assinado amanhã, formalmente". Eu disse: "Bem, está certo. Mas eu fiz o meu memorando". Responderam: "Bem, há um *board meeting* hoje, por acaso. Vamos apresentar seu caso no *board meeting*". Eu disse: "Então, eu fico na Embaixada, aguardando o seu telefonema".

Era o Simon Polak, que ainda está no Eximbank, mas não está mais nos assuntos do Brasil. Encontrei-me com ele no ano passado. Lá estava o [Walter] Sauer, também, que continua *vice-chairman*. Mas o Polak disse: "Casimiro, levamos o seu caso, e não é possível fazer média ponderada; não faz sentido nenhum. E, depois, está nos criando um problema porque já temos um negócio fechado com uma república latino-americana. Nós fechamos em 6,5%. Fazer taxa especial para vocês?". Eu disse: "Bem, se eles não sabem negociar, o problema é deles". Ele continuou: "O *board* resolveu o seguinte: reduz essa operação de 6,5 para 6 e ¼ e, pelo amor de Deus, não levanta mais nada". Eu, que esperava uma recusa *flat*, disse ao embaixador: "Recebi a comunicação de que reduziram o preço do empréstimo de US$214 milhões em ¼ de 1%". Ele respondeu: "Não vamos nem fazer *press-release* desse negócio". Eu disse: "Não fazemos questão de *press-release* da taxa de juros, mas sim um de *press-release* dos valores". Um quarto de 1% de US$214 milhões, em vinte anos, sempre dá alguma coisa.

Roberto Campos participou de alguma negociação?

Roberto Campos, na época, foi fazer negociação paralela na seção europeia e pegou a parte mais ingrata, porque não havia receptividade em relação ao Brasil. Os interesses políticos não eram os mesmos, e havia desconhecimento do Brasil. Teve dez vezes mais trabalho e obteve dez vezes menos, apesar da sua capacidade fabulosa. Ele escreveu documentos muito melhores do que os nossos, mais bem feitos. Nós fizemos um memorandozinho de três páginas. Mas o Roberto obteve, a duras penas, US$300 milhões em curto prazo. Negociou com cada um dos países. Foi um inferno, um trabalho monstruoso. Tentou fazer reuniões em conjunto, com uma capacidade de trabalho brutal, mas não encontrou ambiente que se comparasse.

Quanto às pessoas que nos ajudaram nos Estados Unidos, em primeiro lugar, devo mencionar Lincoln Gordon, que era da equipe do Kennedy, de Harvard. Ele estava assumindo como embaixador aqui e desdobrou-se. O outro é o [Richard] Goodwin, da equipe do [Arthur M.] Schlesinger [Jr.], embora esse tenha trabalhado menos em assuntos econômicos; e também o [Walt Whitman] Rostow. Essa gente participou da decisão geral sobre o Brasil, analisou o plano e, depois, Lincoln Gordon levou pessoalmente à frente. Houve um homem que também entendeu a questão, o Laddy, do Departamento de Comércio. Era um tecnocrata, um homem duro de roer, que, em negociações anteriores, tinha tomado uma atitude muito dura em relação ao Brasil, mas um sujeito craque. Ele conduziu os assuntos para o Lincoln Gordon poder sair. E o presidente do Eximbank era uma parada.

Isso foi logo nos primeiros meses do governo Jânio?

Foi de fevereiro para março.

Jânio ainda não tinha condecorado Guevara...

Não! Foi uma sorte imensa assinar esse negócio todo. Não tinha havido ainda aquele sintoma de desequilíbrio. Até aquele momento eu estava entusiasmado com ele. E, lá fora, ele tinha dado uma boa impressão. Tinha sido uma *landslide election*, não? E ele nomeou o doutor Mariani, nomeou o doutor Bulhões, encarregou Roberto Campos das negociações no exterior, Moreira Sales... o homem era para valer. E teve peito de fazer essas reformas cambiais, tudo sem ter um tostão no bolso, tendo um caixa negativo de US$168 milhões atrasados.

Por outro lado, coincidiu com essa equipe americana de primeira, que vinha também com vontade de mudar as coisas que estavam erradas. Eles, inclusive, mudaram a questão do engajamento do governo americano em programas plurianuais. No Brasil, isso era uma constante: "O orçamento americano é anual. Não podemos assumir compromissos por mais de um ano". Pela primeira vez, saiu o engajamento. Depois, houve a reunião de Punta del Este. Pela primeira vez, houve um engajamento do governo americano para mais um ano.

Isso também foi mudado pelo Kennedy. A mudança foi da água para o vinho, e houve um entusiasmo enorme.

O primarismo de João Goulart

Que paralelo o senhor faria entre a situação do governo Jânio Quadros e a que se seguiu à sua renúncia?

Não há termos de comparação. É o extremo oposto. Jango entrou e, em primeiro lugar, foi de um primarismo total na condução dos assuntos. Eu não o conhecia, a não ser por fotografias. Fiquei conhecendo quando tive umas reuniões com o presidente. Uma figura amável, sempre olhando para o chão, não encarava a pessoa, dava a impressão de ser modesto, com o sotaque gaúcho, o jeito simpático de falar. Principalmente para quem foi criado no Rio Grande do Sul, como eu fui, até os treze anos de idade, ele parecia um sujeito simpático, falando com um ar quase humilde, positivo, mas pondo a pessoa à vontade. Mas a sua assessoria virou um saco de gatos, tinha influência de tudo quanto é lado. Nas discussões internacionais, acho que, em termos de primarismo, ele bateu todos os recordes. As nossas negociações sempre tiveram certo grau de sofisticação, sempre com gente de bom nível técnico, tanto nas áreas de Fazenda como do Itamarati. Sempre havia gente de nível para conversar.

O senhor diz isso apesar de ele ter mantido Roberto Campos como embaixador do Brasil em Washington, de ter nomeado San Tiago Dantas chanceler?

Não! É preciso distinguir duas fases. Essa a que me referi é a fase final, presidencialista. A fase em que ele ficou no parlamentarismo não conta. Havia San Tiago Dantas, era outra coisa. San Tiago foi aos Estados Unidos negociar, ajudado por Lincoln Gordon e Roberto Campos. Eu participei da negociação. Lembro que no parlamentarismo também participei de uma reunião com Brochado da Rocha. Discutia-se a delegação de poderes para fazer as reformas de base, e uma delas era a reforma bancária. Fui chamado a Brasília para participar de uma reunião.

Quando San Tiago Dantas foi aos Estados Unidos negociar, já era a fase presidencialista, e ele era ministro da Fazenda.[29] Estava tentando pôr em prática o Plano Trienal de Celso Furtado, que era ministro do Planejamento.

É verdade. Mas não obteve o San Tiago nem um décimo do que esperava. Era um homem brilhante, genial, mas subestimou a dificuldade de uma negociação daquele tipo. Eu e Roberto Campos, que já tínhamos sofrido em negociações daquele gênero, vimos que a situação tinha deteriorado, o diálogo tinha piorado, apesar da ajuda de Lincoln Gordon, e estávamos muito céticos. Tanto que eu cheguei a perguntar: "San Tiago, o jornal anunciou que você vai embarcar para Washington no dia 3 de março. Isso é boato?". Ele respondeu: "É verdade". Perguntei: "Mas você já conversou com a assessoria para ver se pode ir? Acho que nós vamos levar um não daquele tamanho. Longe de mim querer dar conselho político a você, mas, com o conhecimento que tenho desses assuntos, acho que você tem 90% de probabilidade de receber um não. E você ir lá e voltar de mãos vazias é um desprestígio para o ministro da Fazenda. Não é preciso ter muita sensibilidade política para prever isso". Ele disse: "Não, Casimiro, o Lincoln Gordon vai nos ajudar. Minha tática é esta. Eu vou, e quero ver quem tem coragem de dizer não. São as relações com o Brasil, e o Brasil é um país importante". Mas ele calculou mal a dificuldade. É a minha impressão muito pessoal.

Alguns dos créditos negociados tiveram suspensa a sua execução. Os US$100 milhões na AID eram compromisso. Nós utilizamos US$80 milhões, vinte ficaram para utilizar, e eles suspenderam, porque o Brasil não tinha cumprido os planos anunciados: estabilização e uma série de coisas. Portanto, eles achavam que não havia mais condições de dar o dinheiro. E o que o San Tiago fez, de certa forma, foi tentar liberar certas coisas que tinham sido concedidas no FMI, mas que foram congeladas. Os resultados foram relativamente modestos. Ele teve uma decepção muito grande. Apesar de toda a

29 Em suas fases parlamentarista, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, e presidencialista, de janeiro de 1963 a abril de 1964, o governo João Goulart teve os seguintes ministros da Fazenda: Walter Moreira Sales, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e Nei Neves Galvão. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

experiência política, de todo o seu gênio, faltava aquela vivência do dia a dia para negociação internacional. Roberto o tinha advertido da dificuldade, mas ele quis ir. Fomos e fizemos das tripas coração. Roberto defendeu a inflação – estava em 62% –, racionalizou o negócio todo e apresentou ao Jango, fazendeiro burguês de família rica, mas ingenuamente influenciado por alguns elementos fanáticos de esquerda. San Tiago era aquele brilho todo. Lincoln Gordon ajudando, mas não dava. Quando começa o negócio de esquerda, de comunismo, o governo americano não brinca, não solta dinheiro. Chamamos a atenção para isso: "Então, vocês já levaram tanto na cabeça e não se emendam?". Chamamos a atenção para o fato de que se tratava do Brasil, dos interesses recíprocos de dois países, que estavam acima de tudo, usamos todos os argumentos. Lincoln Gordon também se empenhou. Saiu alguma coisa para salvar a face do ministro. Eles compreenderam que o ministro ia voltar de mãos vazias, e tinham grande admiração pelo San Tiago. Mas depois fechou mesmo. As negociações foram para o plano primário.

Aliás, o Lincoln Gordon me mostrou isso. Eu já estava fora do governo, mas me encontrei com ele, quando tirei cinco meses de férias atrasadas e comecei a examinar uns convites do setor privado. Lincoln Gordon me disse: "Casimiro, você, que negociou tantas, vai apreciar o que vou dizer. Como baixou o nível nas negociações do governo brasileiro! Você sabe que, para negociar com o Fundo, com o governo americano, é preciso fazer uma apresentação da situação brasileira, com uma análise, dados, projeções, demonstrações e documentos de política, mostrando que o governo sabe a quantas anda e para onde vai. Você sabe do meu constrangimento. Eu ainda continuo ajudando o Brasil, estou pensando no Brasil, e não no Jango. Mas é uma dificuldade, como embaixador, receber um memorando ou uma carta com palavras que, quando um pouco mais elegantes, dizem assim: 'Me dá três bilhões aí'". Em conversa com gente do governo, diziam a ele: "Olhe, é bom dar, porque senão o governo não paga nada". Havia tendência dentro do governo de achar que o Brasil já tinha sido excessivamente explorado e que, a rigor, não devia pagar essas dívidas, ou então devia fazer um esquema unilateral e comunicar aos outros que ia pagar em 30 anos, a um juro qualquer, e acabou-se. Lincoln Gordon dizia: "E eu recebo um pedido de três bilhões,

assim, nessa base, inclusive para pagar coisas na Europa. Você sabe que a legislação americana não permite que se dê dinheiro para pagar dívida na Europa, países com os quais nós estamos em *deficit*, inclusive. Eles são nossos concorrentes. Isso o Banco Mundial que o faça. Nós já estamos dando muito dinheiro, somos os principais contribuintes para o Banco Mundial. Agora, dinheiro do governo americano para pagar dívida na Alemanha, na França, que estão com *superavit* conosco? Não há base legal, mesmo que quiséssemos. Não dá para conversar com essa gente, Casimiro. Estou aqui, pensando no Brasil, e a minha tristeza é que não dá para conversar". Era o senhor Serpa que conversava essas coisas com ele.

O gabinete Brochado da Rocha e a reforma bancária

Ainda no período parlamentarista, o senhor contou que participou de uma reunião convocada por Brochado da Rocha para discutir a reforma bancária. Como foi isso?

Quando veio o governo Goulart, com o parlamentarismo, uma confusão danada, Jango olhava o pessoal da Sumoc, onde eu estava, com desconfiança. Eu estava lá, meio encostado, quando aconteceu uma coisa extremamente interessante. Exatamente num momento em que os políticos não se entendiam, eles foram buscar um homem sério e puseram Brochado da Rocha como primeiro-ministro, como *tertius*.[30] Era um professor universitário de Porto Alegre, um homem estudioso, de prestígio. Sem querer comparar muito, era o doutor Bulhões de Porto Alegre. E Brochado da Rocha, então, mandou me convocar para uma reunião.

Fui – nunca mais esqueci –, e estava também presente o Cibilis [da Rocha] Viana, que hoje é assessor do [Leonel de Moura] Brizola. Na

30 O primeiro gabinete parlamentarista, formado em 8 de julho de 1961 e chefiado por Tancredo Neves, dissolveu-se em 13 de julho de 1962. Após extensas negociações, foi homologado o gabinete chefiado por Francisco de Paula Brochado da Rocha. Em 18 de setembro de 1962, foi finalmente empossado o terceiro gabinete parlamentarista, tendo à frente Hermes Lima. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

época, era assessor do governo. Brochado da Rocha perguntou: "Quem é o representante da Sumoc?" – ele falava separando as sílabas, como Jânio Quadros. "Ah, é o senhor? Como é o seu nome? Doutor Casimiro? Eu sei que o senhor, o doutor Bulhões etc., não pensam em outra coisa senão no banco central. Já me alertaram para isso. Eu não sou nada contra, mas o Cibilis acha que a coisa é diferente. Acha que temos que criar bancos *estatais* importantes. O senhor se incomoda se eu der a palavra inicialmente ao Cibilis? Porque ele está muito entusiasmado com um projeto de reforma que está me parecendo diametralmente oposto ao seu. Está de acordo?". Eu disse: "Estou de acordo. Perfeitamente".

Cibilis, então, puxou duas resmas de papel onde se dizia: estatizar isso, estatizar aquilo, estatizar aquilo, estatizar, estatizar, estatizar. Criar o Banco Nacional de Crédito Rural, o Banco Nacional de Crédito Hipotecário, o Banco Nacional de Crédito Industrial, o Banco Nacional... uma superestatização. Eu disse: "Ih, isso vai empregar gente, mas não vai funcionar. Vamos voltar 40 anos atrás...". Mas o Cibilis estava muito convicto. No fim, Brochado da Rocha perguntou: "E então, doutor Casimiro? Uma coisa que o senhor precisa saber é que o Cibilis me disse que se inspirou no sistema italiano, corporativo... o senhor estudou o sistema italiano? Eu gostaria que o senhor me desse a sua opinião, porque estou achando esse negócio meio grandioso". Comecei a puxar pela memória, porque tudo o que havia sobre sistema bancário, eu tinha lido. Mas sobre o sistema italiano, eu tinha lido havia bastante tempo. Comecei a ganhar tempo, dizendo: "Ah, muito bem, o sistema italiano... eu acho um sistema já antigo, vem da década de 1930...". Aí, me deu um estalo: "O sistema, hoje, até que está suavizado, mas é essencialmente fascista. Corporativista, fascista. Estava havendo a recessão, a Grande Depressão, que quebrou os bancos particulares, o governo italiano entrou, salvou os bancos, estatizou e não voltou mais ao que era antes. Foi um instrumento do fascismo. Eu não simpatizo muito com instituições fascistas...". Brochado da Rocha disse: "Mas Cibilis, você que tem ódio aos fascistas, me apresenta uma reforma bancária fascista! Pelo amor de Deus!". Cibilis não se recompôs mais.

Brochado da Rocha então virou-se para mim: "Doutor Casimiro, vamos ouvir o seu projeto. Que pensa o doutor Bulhões?". Eu digo:

"Estou todo dia com ele. O que ele pensa é que a Sumoc deve evoluir para o banco central". Discutia-se a delegação de poderes do Legislativo para o Executivo fazer reformas, e pensei: "É a nossa oportunidade de vender o peixe do banco central". Disse: "Quanto a esses bancos estatais... o Banco do Brasil já existe, já está fazendo tudo isso, o pessoal vai ficar assustado com essas ideias de bancos estatais. Eles já estão assustados com a discussão de banco central! O senhor vai ter uma oposição no Banco do Brasil a essas ideias do Cibilis". Ele disse: "Cibilis, você está em dia de má sorte hoje, hein? Barbaridade! Eu querendo te agradar... porque, afinal, eu não conheço o pessoal daqui. Doutor Casimiro, apresentaram-me agora. Mas, olha, receio que ele tenha razão. Vamos fazer uma coisa mais simples. Mas como fica este nome, Sumoc?". Eu digo: "Eu manteria o nome e não falaria em banco central. O senhor não precisa nem falar em banco central. Pede uma delegação de poderes e decide o seguinte: que a Sumoc passa a ter patrimônio próprio, desvincula-se do Banco do Brasil, incorpora a Carteira de Redesconto e a Caixa de Amortização Bancária. A Cared, que é função básica de banco central, está funcionando como órgão independente dentro do Banco do Brasil. Ela sai do Banco do Brasil e se incorpora, com o seu patrimônio, com as suas operações, à Sumoc, que passa a ter funções, então, de emissão. A função emissora, que está fisicamente na Camob, também passa a ser da Sumoc. No fim, isso é o banco central! Depois o senhor muda o nome. Faz uma outra lei: 'Onde se lê Superintendência da Moeda e do Crédito, leia-se Banco Central do Brasil'. Mas, se o senhor falar desde o início em banco central, essa sua delegação de poder não sai. Essa é a minha convicção, pela minha experiência". O que é o banco central? São essas funções. Eu disse ainda: "O senhor põe também um parágrafo dizendo que, numa segunda etapa, a Sumoc se organizará para assumir as funções internacionais que hoje estão na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil". Era o que ficava faltando, o BC na área internacional. O Banco do Brasil não queria conversar sobre isso, embora a Carteira de Câmbio sempre operasse por conta e risco do Tesouro.

Então, Brochado da Rocha me disse: "Muito bem, vamos constituir uma comissão, e o senhor vai ficar encarregado disso. Estou vendo

que o senhor está por dentro do assunto. Agora, lamento, porque vou lhe dar muito pouco tempo para trabalhar". Eu digo: "O senhor me dá uma datilógrafa, uma hora para redigir, uma hora para corrigir, que eu lhe dou o texto do projeto de lei delegada". Ele: "Mas isso é bom demais! Por que tão rápido?". Respondi: "Porque a lei delegada, como o senhor mesmo recomendou, é uma lei sintética, de aspectos gerais. São duas páginas datilografadas. E o assunto está na minha cabeça há muitos anos. Vou dar uma palavra com o doutor Bulhões só para conferir duas ou três coisas, porque inclusive já conheço as ideias dele. Sento aqui, e está pronto!". Ele: "Isso é formidável!". Continuei: "É porque é lei delegada. Se eu fosse redigir uma lei de banco central, eu diria: em primeiro lugar, não posso fazer sozinho; segundo, o senhor teria que dar três meses para uma comissão e ouvir muita gente dar palpite. Essa seria a lei do Banco Central. Mas lei delegada, é indicativa. Essa, eu faço". E fiz. E foi esse projeto de lei delegada que existiu, historicamente – está nos arquivos. Do texto que eu redigi, *ipsis litteris*, não mudaram uma vírgula. Mas o azar foi que Brochado da Rocha saiu do governo, e essas leis delegadas não foram adiante.

A mudança de Brochado da Rocha para Hermes Lima fez com que esse projeto fosse sustado?

Não sei. Fiquei de fora, não participei dos bastidores. Só voltei um pouco quando o Celso Furtado foi nomeado ministro do Planejamento e reuniu uma equipe para redigir um plano de ação. Aceitei a incumbência de redigir o capítulo de moeda, crédito e bancos do Plano Trienal,[31] onde voltaram esses peixes todos, mas depois não participei mais. Inclusive porque notei que o próprio Celso não estava tendo o apoio da presidência – e do *entourage* da presidência – que merecia. Ele mesmo sentiu isso. E eu não tinha afinidade com certos cavalheiros lá.

31 O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por equipe liderada por Celso Furtado, tinha como princípio a continuidade do nacional-desenvolvimentismo e propunha oito objetivos básicos para a ação do governo. Foi publicado em 30 de dezembro de 1962, mas não chegou a ser executado. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

O Plano Trienal

Parece que o Plano Trienal de Celso Furtado foi escrito rapidamente, em menos de três meses, a pedido do próprio presidente, como uma forma de manifestação externa do governo brasileiro, para mostrar que existia um programa de estabilização e de estímulo à política econômica geral, uma programação de atividades do setor público, um plano de combate à inflação, de controle do dispêndio público. Na sua opinião, o Plano Trienal representava mais uma tentativa de apresentar simbolicamente as intenções do governo brasileiro, em termos de comprometimento com uma política de estabilização e controle de débito?

O Plano Trienal era um plano de linhas gerais, coordenado pelo Celso Furtado. Acho que ele acreditava no plano, estava muito entusiasmado pessoalmente. Era uma oportunidade enorme que se dava para ele botar em prática uma série de coisas que vinha estudando na Cepal e no Brasil. Ele reuniu várias assessorias, várias pessoas de diversas tendências doutrinárias.

O senhor mesmo colaborou.

Colaborei. Eu estava no governo ainda, como chefe do Departamento Econômico da Sumoc, quando me foi solicitado que opinasse sobre a parte de política monetária e fiscal do plano. Fui, e notei uma preocupação de fazer um plano tecnicamente viável, ainda que a quantificação não fosse muito precisa – era mais uma definição de rumos. A parte de que participei foi, evidentemente, a relativa ao combate à inflação e ao problema de compatibilização do combate à inflação com o crescimento econômico, o desenvolvimento. Para certa surpresa minha, os argumentos que apresentei foram quase todos aceitos por Celso Furtado. Inclusive, várias observações que fiz por escrito foram aproveitadas no texto do plano, com uma ou outra modificação, na parte da política monetária, cuja ideia central era controlar o volume de meios de pagamento e de crédito, de modo a dar, em médio prazo, uma função neutra à moeda. A gestão monetária objetivaria fazer com que a moeda não gerasse pressões, nem deflacionárias nem inflacionárias; que ela não fosse um fator autônomo, por má gestão, de redução da atividade econômica.

Foi um esboço de orçamento monetário. E combinou-se – o que se tem feito presentemente, de forma bastante mais sofisticada – que se estimaria uma certa faixa de inflação julgada inevitável, se acrescentaria uma taxa de crescimento real e, então, programaríamos a expansão dos meios de pagamento de acordo com esses elementos – grosso modo, para se ter um ponto de referência quantitativo global, embora se saiba muito bem que não existe relação direta de causa e efeito sobre quantidade de moeda e preços, especialmente em curto prazo. Essa ideia foi aceita.

Não encontrei grande dificuldade em discutir esses assuntos com Celso Furtado. Para surpresa minha, porque sempre o achei muito crítico dos monetaristas. Mas, quando chega a hora de sentar e fazer um programa de governo, a coisa é muito diferente: diminuem aqueles fogos de artifício, aqueles aparentes antagonismos. O curioso foi que Ignácio Rangel tinha umas formulações teóricas interessantes, imaginativas, estava defendendo pontos de vista bastante diferentes, mas foram as minhas sugestões que prevaleceram, e não as dele. O Ignácio foi derrotado em todas, pelo menos nas reuniões de que participei, o que o deixou bastante irritado. Acho que ele acreditava que, pelos estudos que tinha feito e por certa identificação ideológica, fosse ser o mentor da parte monetária. Mas não foi. Acho que 90% do que está lá foram aproveitados de discussões comigo. Foi tudo raciocinado friamente, chegando-se à conclusão de que aquilo era o razoável, o lógico, o certo. Quem decidiu e deu a última palavra foi o Celso Furtado. Essa foi a minha surpresa, porque eu esperava por uma atitude como a do pessoal da Cepal e do próprio Celso, inclusive, por ocasião da briga com o FMI. Não me recusei a ir à reunião, mas esperava não chegar a nenhum entendimento e não ter nenhuma sugestão aceita. Para minha surpresa, tudo o que eu disse fez sentido.

Quais foram as sugestões de Ignácio Rangel?

Ignácio Rangel deu aquele seu diagnóstico da inflação que ficou famoso, já estava com aquelas preocupações de capacidade ociosa. Seu trabalho estava muito bem escrito, mas era uma peça que estava mais para um documento separado, não era uma coisa programática.

Acho que ele entrou em considerações de ordem teórica que talvez não coubessem no documento. Fazia algumas considerações muito boas, mas o Celso não teve tempo para reescrever, ou pegar os nossos dois textos e fazer um só. No final, ele pegou a tradição, o que já vinha, apenas com a cautela de dizer: "Controlem-se os meios de pagamento até o limite da alta de preços". Não se podia fazer uma expansão inferior ao aumento de custo. Foi a única modificação que ele fez no que eu apresentei.

Percebiam-se na época, por exemplo, algumas tendências do governo – depois elas se acentuaram – no sentido da nacionalização dos bancos. A nacionalização de bancos é uma constante em todos os programas de partido socialista, de todas as nuances, de todo o mundo. Agora em Portugal, tomaram o poder, nacionalizaram os bancos. Pode-se acreditar até que, em certos países e em certas circunstâncias históricas, seja defensável. Mas é uma constante. Já comentei a reunião com o Brochado da Rocha, em que apareceu o Cibilis Viana com um memorando de reforma bancária com 24 itens, todos começando por nacionalizar, nacionalizar... Eu esperava coisas desse tipo no Plano Trienal, mas o Cibilis não apareceu para nada. Que eu saiba, não foi ouvido. Não se falou em nacionalização, absolutamente. Celso Furtado não tinha nenhuma ideia de nacionalização, que eu saiba. E não me deu trabalho nenhum. O trabalho que tive no tempo do Brochado da Rocha para ganhar a discussão com o Cibilis não tive na discussão com o Celso. O problema de nacionalização de bancos não entrou na discussão, e nem entrou no programa. O que há lá de política bancária é a reforma do Banco Central. Está tudo dentro do figurino, bastante conservador.

O senhor chegou a tratar do Banco Central no Plano Trienal?

Sim. Levei uma cópia daquele trabalho aprovado pelo Brochado da Rocha, formalizado no documento de delegação de poderes, e boa parte do que está no plano do Celso Furtado é uma reedição daquilo. Ele também ficou de acordo. Também achava necessário o Banco Central, e aproveitou coisas que já estavam no documento de delegações de poderes.

Minha experiência com pessoas de várias nuances doutrinárias é que, se o indivíduo é de boa formação intelectual e está querendo resolver os problemas, as nuances doutrinárias desaparecem, tornam-se irrelevantes. A não ser quando se têm colocações primárias, como a do Cibilis Viana. Esse é o tipo perigoso, porque tem uma posição primária simplista, ou por ignorância, ou de propósito, para criar problema. Mas, quando você senta à mesa com gente de bom nível intelectual, com vontade de discutir realmente os problemas do país e de dar soluções específicas, as diferenças doutrinárias passam para segundo plano. O indivíduo tem que ser pragmático e dar aquelas soluções que sejam de maior interesse para o país e que surtam efeito. Aí é que está a grande dificuldade, aí é que está o grande desafio. Enquanto o sujeito está debatendo nos termos dos pressupostos que ele mesmo escolheu para o desenvolvimento lógico, é uma maravilha. Na hora em que senta à mesa e diz: "Bem, como é que vamos atuar de cima desse país?". Aí todo mundo precisa de uma alta dose de humildade.

Quer dizer que não houve ruptura com a tradição da teoria econômica clássica no Plano Trienal, embora Celso Furtado fosse um estruturalista, cepalista?

Não. A única ruptura que podia haver seria na parte monetária, e não houve. Na parte de câmbio, nós também não éramos pelo câmbio livre. O ideal, é claro, é liberar o câmbio. Mas, no Brasil, nunca chega o momento de liberar, porque o quadro mais comum é estarmos sem reservas para fazer uma liberação e aguentar. Há quem defenda a liberação dizendo: dá-se aquele estouro, a taxa desvaloriza, mas depois volta atrás um pouco e, no final, acaba encontrando o seu ponto de equilíbrio. Isso é muito bonito e geralmente funciona quando o país não tem problema cambial, tem amplas reservas. A questão é apenas você encontrar um nível mais realista. O Brasil não podia fazer isso, estávamos todos de acordo. O Celso não queria liberar câmbio, nem nós. Na parte de desenvolvimento econômico, ele vinha do BNDE, em cuja diretoria foi posto pelo Roberto Campos.

Acho que o Celso ficou no constrangimento de quem sempre estava na oposição, criticando os monetaristas, e um dia lhe dão o poder. Era

um sujeito equilibrado, de bom senso, e chegou a vez dele. O curioso aí foi que os que o ajudaram, que não lhe criaram problemas, foram os monetaristas. E a turma que criou problema foi a estruturalista. Porque aquilo que estava ali no programa é o básico, elementar. O resto é detalhe, é sofisticação. O que facilitou um pouco, naquela época e em outras, é que quando você tem uma situação de total descalabro, completamente errada, o diagnóstico é óbvio. E o remédio também. Depois que você obtém uma certa estabilização, aí as discussões são tremendas quanto aos refinamentos metodológicos. Por exemplo, agora: à medida que se agrava a situação monetária, vão desaparecendo as querelas monetaristas. Está havendo um consenso.

Quando você está no governo, é muito difícil discutir com a área estritamente acadêmica, porque ela é implacável na crítica, ela exige, quer perfeccionismo, quer o *fine tuning*, a sintonia fina. E, na prática, o problema é inteiramente outro. Eu me lembro de que eu era professor, depois que o doutor Gudin me botou lá na faculdade e, de manhã cedo, eu dava as minhas aulas. A professora Maria da Conceição Tavares, Roberto Teixeira da Costa, Carlos Lessa, [Carlos] Moacir Gomes de Almeida, eram meus alunos. Gente muito boa. E era um pega danado. Mas eu estava com a vantagem de estar no dia a dia. Dizia: "Vamos discutir o feijão com arroz da teoria básica e vamos ver quais são os problemas práticos". Porque é muito bonito dizer: "Libera o câmbio!", mas o problema é quando você vai lá para a trincheira. Eu sempre repito uma coisa que um americano me disse uma vez, há muitos anos: "O problema da guerra de trincheira é que mais frequentemente você recebe tiro de dentro da trincheira do que de fora". Outro dia, eu estava conversando com o Maílson da Nóbrega e ele disse: "Mas é essa a minha situação!".[32]

Era também a de Celso Furtado?

Era o caso do Celso. Quando você está na trincheira, acaba projetando uma imagem monetarista rudimentar. Por quê? Porque você está vendo

32 Por ocasião da realização desta entrevista, em 21 de setembro de 1989, Maílson da Nóbrega era ministro da Fazenda. Confrontado pelas altas taxas de inflação e pelas dificuldades políticas do final do governo José Sarney, assumiu um rumo de baixas expectativas e medidas conservadoras, conhecido na imprensa pela denominação de "política do feijão com arroz".

que estão gastando dinheiro estupidamente, que não há o controle elementar, básico. O problema de sofisticações, de refinamentos, vem depois que você consegue uma administração pública razoavelmente séria. E quando você vai para lá é que você vê o descalabro. É como o pessoal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), quando vai para o Planejamento, com aqueles estudos bonitos, aquela sofisticação, uma beleza. O sujeito vai, e não consegue transformar o obviamente elementar em decisão de política por meio dos ministros. Nem mesmo quando o ministro é do ramo, porque ele não consegue vender o peixe aos outros ministros e ao presidente da República. Tudo acaba num enfoque primário. É a história do feijão com arroz. Mexem muito com o Maílson, mas ele tem razão. Se você consegue o feijão com arroz, o óbvio, já é uma coisa formidável. Trabalhando no governo, você acaba monetarista entre aspas, porque você vê o descalabro, o mais elementar, e não consegue resolver. Dizem: "Olha, cuidado que pode haver uma contração monetária!" – isso é acadêmico! O que você tem, na prática, é um excesso de expansão monetária, um excesso de gasto público. Esse é que é o problema prático de quem vai trabalhar no governo! Mas ficam: "Cuidado, você é monetarista, você quer quebrar o país!".

A trincheira é sempre um pouco monetarista?

É. E só descobre isso quem vai lá trabalhar. Você vira monetarista. E não é porque você resolve tudo com a moeda, não é isso. É que você vê um descalabro, e então você acaba propondo mais. Já me aconteceu, aconteceu a muita gente: "Tem que fazer um controle de crédito". O pessoal da universidade saiu louco: "Vai quebrar o Brasil!". Mas quem está lá está sabendo que, se o governo adotar 20% disso, está formidável. Provavelmente não vai adotar nem 10%.

O próprio Plano Trienal não chegou a ser efetivado, não é?

Não. Não deu nem para engrenar a primeira marcha. Celso Furtado entrou rapidamente em frustração. Não tive muitos contatos com ele nessa fase, porque já estava me afastando. Mas era fácil notar sua frustração. Ele não teve a habilidade de se afastar a tempo. A atitude que ele devia ter tomado, possivelmente, vendo que não estavam

seguindo com seriedade o que tinha proposto, era arrumar as malas e ir-se embora.

Celso Furtado acabou saindo do Ministério do Planejamento, e San Tiago Dantas foi substituído na Fazenda por Carvalho Pinto. O senhor teve contato com Carvalho Pinto?

Sim. Conhecia o Carvalho Pinto, e ele me convocou como assessor, na Fazenda. O coordenador aí era o Diogo Gaspar, que eu conhecia havia muito tempo: o irmão tinha sido meu aluno, e o pai, Dario Felicíssimo Gaspar, tinha sido meu chefe naquela seção de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. O doutor Gudin gostava do Diogo Gaspar. Mas ele teve problemas sérios dentro da assessoria com Carvalho Pinto. E eu me afastei. A folhas tantas, pedi dispensa de tudo, até do meu cargo na Sumoc.

Carvalho Pinto também foi bombardeado dentro do próprio governo.

Foi. Eu me lembro do dia em que fui pedir minha demissão como assessor e ele disse: "Mas Casimiro, você vai embora? Você serviu a tantos ministros, é da casa, preciso de uma pessoa como você. Estou cercado de gente extremada". Respondi: "O senhor me desculpe, tenho o maior respeito pela sua pessoa, mas o senhor está aqui há seis meses. Eu estou há seis anos, não aguento mais essa área federal. Interferência política, não aguento mais! Vou ter um enfarte. Engoli muito sapo, na esperança. Não prestigiaram o Celso, o senhor não está sendo prestigiado. Como é que o senhor está me pedindo para ficar, professor? O senhor não vai ficar".

Capítulo 6

O Banco Central

As resistências do Banco do Brasil

Embora a ideia de um banco central fosse antiga no Brasil, demorou-se muito para colocá-la em prática. Só em 1964 foi promulgada a lei de criação do Banco Central.[33]

O Brasil se atrasou muito. Na América Latina, praticamente todos os países já tinham constituído os seus bancos centrais. Alguns constituíram primeiro um banco oficial, com algumas funções de operação junto ao público, mas depois o transformaram em banco central. Isso aconteceu, por exemplo, depois da Conferência Monetária Internacional de 1920, em Bruxelas, onde se fez uma recomendação para que os países criassem bancos centrais. Isso também teve repercussão entre nós, mas havia aqui o Banco do Brasil. E esse foi o grande problema, porque as funções de banco central foram atribuídas aqui a órgãos isolados e, principalmente, ao Banco do Brasil. Na década de 1920, isso era natural; em 1930, ainda passou; mas chegamos à década de 1940, e o Brasil ainda era o único país importante que não tinha banco central.

O Banco do Brasil misturava as funções de autoridade monetária e de banco de fomento.

De banco comercial e tudo o mais. E o grande problema era que o Banco do Brasil não queria abrir mão de nenhuma dessas funções.

33 A aprovação do projeto de criação do Banco Central foi obtida na Câmara em 22 de setembro de 1964 e no Senado no dia 30. Em 31 de dezembro de 1964, foi promulgada a Lei de Reforma Bancária (Lei 4.595), com vetos parciais do presidente da República. Aprovados os vetos presidenciais pela Câmara em 31 de março de 1965, seguiu-se a posse da primeira diretoria do Banco Central em 15 de abril. Ver MINELLA, Ary Cesar Minella. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988; e *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

A tradição do Banco do Brasil era excelente. Infelizmente, mais recentemente, eles têm entrado numa atitude política contundente, violenta, mas a tradição é de primeira. Fui funcionário do Banco do Brasil durante muitos anos e posso testemunhar. O concurso era externo, não havia influência política, e a seleção era rigorosa. Era um pessoal de um espírito público muito grande e com capacidade de liderança – no passado exerceram mais liderança do que hoje. É preciso fazer justiça a eles porque senão eles ficam tristes. Quando eu, da velha guarda, digo que sou a favor de um banco central puro, eles não compreendem. Acham que estou traindo a classe.

O senhor desde cedo fez parte de um grupo de economistas favoráveis à criação da Sumoc e do Banco Central, que tinha nos doutores Gudin e Bulhões suas principais lideranças.

Sim. Acho que o doutor Bulhões foi dos primeiros que publicaram um documento sobre o BCB. Ele o apresentou numa conferência latino-americana. Ele e o doutor Gudin eram duas pessoas preocupadas com esse problema, tanto do ponto de vista político quanto do prático. Do ponto de vista prático, atuavam aperfeiçoando a Faculdade de Economia, levando-a a ser oficializada, treinando gente dentro dela, patrocinando estágios no exterior de pessoas da nova geração que eles viam que tinham vocação, entusiasmo, vibração pelo problema do Banco Central. Das pessoas da nova geração que foram aparecendo, alguns se fanatizaram, motivaram-se com a ideia de Banco Central e não se intimidaram com as pressões políticas ou do Banco do Brasil. Não era sopa a gente depender de promoções por merecimento dentro do Banco do Brasil, receber instruções para não prestigiar a tese do Banco Central e continuar prestigiando. Conheço economistas já maduros, funcionários do Banco do Brasil, que enfrentaram esse problema. Um deles, por exemplo, foi Ernane Galvêas, mais tarde ministro da Fazenda, que anos depois me confessou a autoria de um trabalho não assinado por ele, apresentado num seminário, no qual era defendida com ar de seriedade e com técnica acadêmica a tese de um banco central múltiplo. Ele foi pressionado para fazer o trabalho, mas não teve coragem de assinar. Já o José Lopes de Oliveira era muito convicto dessa tese. Escreveu um trabalho e o levou ao Osvaldo Aranha. Eu não diria que estivesse sendo pressionado pelos

colegas, ele acreditava mesmo. Inclusive usava um argumento: para que criar uma nova instituição, se existe uma do peso do Banco do Brasil, com funcionalismo qualificado e tudo o mais? Ele tinha medo do desprestígio do Banco do Brasil, de que começassem a fazê-lo em pedaços: tira um pedaço daqui, tira um pedaço de lá.

Eu mesmo cansei de falar e de doutrinar. Falei muito *en petit comité*, porque de público não dava, tentando desfazer o engano do Banco do Brasil. É muito importante que isso fique registrado, porque não vi escrito em lugar nenhum. Os poucos que sabem não querem comentar, não querem abrir velhas feridas. Mas havia um equívoco. Um ex-chefe meu uma vez me disse: "Casimiro, e eu que dei boas informações a seu respeito! Você é um jovem inteligente, estudioso. Estou começando a me arrepender de ter dado boas informações...". Um homem sério! Não era um camarada que estivesse defendendo um interesse escuso! "Eu ainda tenho a esperança de que você negue, mas eu soube que você é o cabeça da conspiração contra o Banco do Brasil!". Era o Ruman Soares: "Vou lhe lembrar mais uma vez – você já tem idade para saber, mas parece que esqueceu: em primeiro lugar, o Banco do Brasil; em segundo lugar, o Banco do Brasil; e, em terceiro lugar, o Banco do Brasil! Não se esqueça disso!". Era o pessoal da velha guarda, uma gente extraordinária.

Quantas vezes as pressões políticas mandavam dar dinheiro para seu fulano, para sicrano, e eles resistiam, heroicamente! Se passasse por eles, o parecer era contra, arrasavam, e no fim diziam ao presidente do banco: "Entretanto, Vossa Excelência melhor dirá". O parecer era tão arrasador, inclusive do ponto de vista ético, que o presidente ficava constrangido. O político que queria fazer alguma coisa no Banco do Brasil tinha que fazer direto no gabinete da presidência porque, se viesse uma informação de baixo, vinha de tal forma que ele não conseguia. Essa gente merece respeito! Respeito e paciência.

Eu, então, dizia – foram muitos os casos, mas aí já foi em 1964, no governo Castelo Branco, quando ficou muito patente que o nosso grupo queria fazer o Banco Central: "Ruman, senta aí, por obséquio. Você, com essa dedicação ao Banco do Brasil, pode prejudicar o Banco do Brasil! Porque você, em primeiro lugar, não entende o que é banco central. Mete na cabeça! Primeiro, o Banco Central vai ser

uma instituição menor do que o Banco do Brasil. Portanto, você deve ficar com medo é da ideia estúpida de fazer um banco rural brasileiro" – havia um projeto imenso de um banco rural paralelo ao Banco do Brasil.[34] Era uma cavação para empregar gente, abrir agências, ganhar voto. Seria um absurdo! Duplicar o Banco do Brasil, nomear pessoas sem concurso. Eu dizia: "Essa é a grande ameaça ao Banco do Brasil!". E digo e repito até hoje: criar um banco enorme, paralelo ao Banco do Brasil, isso é que é um absurdo! Mas o banco misto oficial, tirando o que diz respeito a banco central, faz sentido, porque uma parte ajuda a outra. Há certas agências do Banco do Brasil que são deficitárias na parte rural, mas dão lucro em operações feijão com arroz. O Banco do Brasil faz custos médios razoáveis.

E eu seguia dizendo ao Ruman: "Outra coisa: sou contrário, também, ao projeto de banco de comércio exterior. Você vai criar um banco de comércio exterior paralelo ao Banco do Brasil? Ainda se não houvesse nada, mas há a Cacex, com gente experiente, concursada! Vai-se criar outro cabide de emprego! Ou então vai-se dividir o Banco do Brasil e aí é que se arrebenta com o Banco do Brasil! Esse é que é o perigo que vocês, defensores do Banco do Brasil, têm que vigiar. E nisso eu apoio vocês. E o pessoal do governo Castelo Branco, o doutor Bulhões, todo mundo apoia também. Não vamos mexer em nada disso. Agora, banco central é outra coisa. Banco central é uma instituição *sui generis*. Não pode ser prestamista de última instância, depositário

34 A tramitação da reforma bancária arrastou-se por longo tempo no Congresso Nacional. O primeiro projeto, de autoria do deputado Daniel Faraco, foi apresentado em agosto de 1962. Entretanto, o receio de que a reforma bancária levasse ao esvaziamento do Banco do Brasil levou seus funcionários a apresentar, em dezembro de 1962, um novo projeto. Pouco inovador, esse projeto criava o CMN, mas limitava-se a transformar o Banco do Brasil em banco central, mantendo suas atribuições de banco comercial e autoridade monetária. Em março de 1963, já na fase presidencialista, o governo Goulart enviou ao Congresso outro projeto por intermédio do ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Esse novo projeto previa a criação do CMN, composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, e mantinha a Sumoc como autoridade monetária, incorporando-a à Cared, à Cacex e à Caixa de Mobilização Bancária. Enviado à Comissão Especial do Congresso Nacional, cujo relator era o deputado mineiro José Maria Alkmin, esse projeto sofreu modificações e foi transformado no substitutivo Alkmin. Nessa nova versão, a Sumoc teria principalmente funções de fiscalização bancária, cabendo ao Banco do Brasil as funções de banco central. Além disso, novas instituições financeiras estatais eram previstas, voltadas para o fomento setorial. Em dezembro de 1963, mês em que Nei Galvão tomou posse como ministro da Fazenda, a Comissão Especial aprovou o substitutivo Alkmin. Era esse o projeto que estava em tramitação no Congresso nos primeiros meses de 1964. Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018; e SOCHACZEWSKI, Antônio Claudio. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1993.

das reservas do sistema bancário e, ao mesmo tempo, usar as reservas para emprestar e competir. Não pode inspecionar – autorizar banco, fechar, conhecer os segredos – e ao mesmo tempo fazer promissória para pessoa física. Não pode! A concepção *sui generis* de banco central, consagrada internacionalmente, é a do órgão que detém o monopólio emissor, que é o depositário das reservas bancárias, que tem a responsabilidade de prestamista de última instância do sistema financeiro. Ele não deixa o sistema financeiro quebrar. Serve para isso, não para dar dinheiro a patife, mas para atender ao sistema como um todo, para salvar os bons. Essa função não pode ser exercida por banco misto, como o Banco do Brasil!".

E então citei o que dizia *sir* Otto Niemeyer, um inglês que esteve aqui em 1931 numa missão financeira muito específica, ligada a problemas de dívidas internacionais. Ele era presidente do Banco da Inglaterra e pediram a sua opinião: "Como se faz um banco central?". E o que ele disse é lapidar, essencial – ele tinha a vantagem, inclusive, de ser um indivíduo que vinha de fora: "Se vocês têm um banco importantíssimo, como o Banco do Brasil, que é banco agrícola, comercial etc., podiam até fazer o Banco Central ali dentro. Mas seria uma pena, porque banco central não pode ser misto e vocês teriam que liquidar todas as outras funções. Então, eu acho que o mais fácil é criar um Banco Central enxuto, fora". Justamente porque o Banco do Brasil fazia todas as outras coisas, o Banco Central podia ser enxuto, clássico. Há países que não têm outro banco oficial, que são subdesenvolvidos, e aí se começa a fazer concessões em relação ao Banco Central. Mas o Brasil pode ter um banco central puro. Eu até recortei isso e distribuí para o pessoal do Banco do Brasil. Dizia: "Vamos fazer um banco enxuto e todo o resto fica com o Banco do Brasil".

Mas aí vinham com a tese do Banco Central como departamento separado do Banco do Brasil. Eu respondia: "Mas se existe um departamento separado dentro do Banco do Brasil, e os funcionários fazem rodízio, que independência, que autoridade tem esse departamento? Não dá, minha gente! Vocês são gente de primeira categoria, mas há uma incompatibilidade ética e técnica insanável. Em tudo o mais a gente briga até o fim: contra o banco rural, contra a cavação etc.". Aliás, à revelia do Banco do Brasil, fizeram o Banco de

Crédito Cooperativo e foi um desastre: corrupção, quebradeira e tudo o mais. Essa, em suma, era a discussão. Era uma grande dificuldade convencer essa gente. Havia um pânico.

Pode-se dizer que por incompreensão?

Sim, era o que eu dizia: "Vocês não estão entendendo! Está havendo um equívoco imenso! O Banco Central dentro do Banco do Brasil não dá, porque isso é imoral. Você não pode ter autoridade moral com os bancos se conhece os segredos, se pode fechar um banco, se tem o direito de ir lá, olhar os arquivos, ficar com esse conhecimento na cabeça e competir em todas as áreas. Em todo o resto, vocês estão certos. Nisso, não. Vocês têm que desistir de ser banco central. Ou então liquidam – o que é um absurdo – todos os departamentos que são incompatíveis com a função de banco central". Era o que o velho Otto Niemeyer tinha dito. Um estranho, com duas semanas de Brasil, viu o óbvio. Mas eles não aceitaram até hoje! Até hoje fazem greve e lembram esse problema: "Foi um erro criar o Banco Central!".

Quando começou essa discussão com o pessoal do Banco do Brasil? Era generalizada ou se passava em nível de diretoria? Quem, além do senhor, participava dela?

Essa discussão foi feita no correr do tempo. Já existia na década de 1940, esquentou na década de 1950. O problema é que não havia os meios de comunicação de que dispomos hoje para falar para todo o funcionalismo, de modo que se falava com as lideranças. Falávamos eu e mais algumas pessoas, o doutor Bulhões e outros. O doutor Bulhões era o chefe da Seção de Estudos Econômicos do Ministério da Fazenda no início da década de 1940 quando eu, com 19 anos, comecei a trabalhar. Primeiro fiz um trabalho estatístico básico, aprendi muita coisa, depois fui passando para a área econômica e, a folhas tantas, comecei a frequentar o Ministério da Fazenda para apanhar dados estatísticos. Inclusive, a estatística bancária era feita no Ministério da Fazenda, que tinha o serviço de folha de pagamento, a única coisa de computação que existia na época. Fui visitar o doutor Bulhões e ele me recebeu muito bem. De vez em quando, ia lá vê-lo, e peguei com ele a mania de banco central.

O doutor Bulhões foi realmente o grande pioneiro do Banco Central, porque estava no governo, era funcionário público. O doutor Gudin era do setor privado. A atuação do doutor Bulhões nos bastidores foi extremamente importante. Culminou, na década de 1940, com a criação da Sumoc, e isso com toda aquela oposição que havia à criação de um banco central, com todo projeto que circulava sendo imediatamente esmagado pelo pessoal do Banco do Brasil. É claro que o Banco do Brasil naquela época fazia pressão com discrição, não era como hoje, que eles saem para a rua. O negócio era sutilíssimo. Mas o doutor Bulhões foi mais sutil ainda. Ele, que é um espírito democrático, ao apagar das luzes da ditadura de Getulio Vargas, em fevereiro de 1945, conseguiu com o ministro da Fazenda, [Artur de] Sousa Costa, um decreto-lei que criou o núcleo, o embrião do Banco Central. Não se pôde chamar Banco Central porque senão nem esse decreto saía. Chamou-se Superintendência da Moeda e do Crédito. O Banco do Brasil não o perdoou por isso. Como contemporização, e como transição, a Sumoc funcionaria com contrato de administração do Banco do Brasil. Passou a ser administrada pelo Banco do Brasil.

Do momento em que foi criada até 1950, 1952, a Sumoc ficou muito *dormant*. E o Banco do Brasil continuou com uma influência apreciável, por meio da sua direção geral – o presidente do Banco do Brasil sempre tinha muito prestígio com o presidente da República – e do seu funcionalismo. Em 1953, quando fui para a Sumoc, fui emprestado pelo Banco do Brasil. Era considerado como se estivesse trabalhando no Banco do Brasil – para fins de promoção, férias, remuneração, tudo. Esperava-se de mim que eu fizesse lá dentro o jogo do Banco do Brasil: não deixar aquilo crescer. E a minha atuação foi perversa, no sentido de que eu não fiz outra coisa lá dentro a não ser trabalhar para a criação de um banco central.

Inicialmente, antes que se pudesse formar gente na Sumoc, tinha-se que tirar o pessoal do Banco do Brasil, que era gente muito boa, para levar para lá. Tinha-se que selecionar dentro do Banco do Brasil, em primeiro lugar, os que acreditavam em banco central. Segundo, os que estavam dispostos a brigar e a serem chamados de traidores.

As resistências dos bancos privados

Além da pressão do Banco do Brasil, no sentido de dificultar o andamento do projeto do Banco Central, houve outras pressões contrárias?

Havia outra. Mais suave, mais compreensível: a dos bancos privados. Os bancos privados ficaram num dilema muito grande. Primeiro, você tinha os bons bancos, que queriam que a autoridade pusesse ordem nos maus. O bom banqueiro, conservador, dizia: "Precisamos de ordem, porque está uma bagunça. Os malucos estão quebrando, e isso acaba repercutindo em todo o sistema". Esses queriam um banco central, não um banco central misto, um banco central para concorrer com eles, via Banco do Brasil. Eram a favor da tese de um banco central puro. Havia certo cuidado para que não se fizesse um banco central muito intervencionista, não se tivesse um Estado que diz o que se pode e o que não se pode fazer. Isso gerava pressões, não contra o Banco Central, mas a favor de uma certa ponderação: "Olhem, cuidado com isso, cuidado com aquilo". Os maus bancos tinham receio da fiscalização e da punição, mas os bons bancos tinham interesse em que se fiscalizasse, porque já conheciam, havia muitos anos, desde a Sumoc, uma velha guarda de inspetores muito bons, com uma grande experiência. Todos, aliás, foram aproveitados no Banco Central.

Havia também uma outra coisa: "Banco central, sim. Mas que história é essa de depósito compulsório?". O venerável doutor Whitaker, por exemplo, era contra o compulsório. E tinha certa razão. Mas você não pode acabar com um instrumento porque ele foi sistematicamente mal-usado. Esse é um dos problemas que surgem na regulamentação. Você tem o instrumento certo, ele é sistematicamente mal-usado, e então dizem: "Vamos acabar com esse negócio". Será essa a solução? Ou será policiar no sentido de ser bem usado? O doutor Whitaker mostrou casos em que o compulsório foi mal-usado. Houve época em que era uma piada mesmo. Porque o compulsório ficava no próprio Banco do Brasil, que expandia e concorria deslealmente, de certa forma, com os bancos privados – o depósito compulsório não rende juros, você dá para o maior concorrente, que é o Banco do Brasil, ele tem custo zero e vai concorrer com você para captar. Essa era a visão que os bancos privados tinham: "Que instrumento de política

monetária, que nada! Isso acaba financiando ou o Banco do Brasil ou o *deficit* do Tesouro. E financiando barato, de graça!". Agora, em vista disso, nós vamos fazer uma lei que vai criar um banco central que não tem poderes de depósito compulsório? Não é banco central! Então era preciso convencer as pessoas: "Tem que ter o compulsório. Agora, é preciso ter gente séria, e razoável. Aí é que vocês vão entrar, reclamando, ponderando, discutindo. Esse é o processo democrático".

É muito comum o extremo oposto, aqueles que não querem as instituições porque elas podem ser mal utilizadas. Aliás, isso é parte do debate atual. Eu fiz observações, recentemente, sobre isso: "Pelo amor de Deus! Vocês querem acabar com tudo porque se utilizou mal? Mas o problema não é esse. O problema é botar as pessoas na cadeia, só isso. Não é fazer lei complementar, e não sei o que mais. A não ser que seja lei complementar às punições dos patifes!". Na legislação criminal, todo mundo sabe, só é crime o que está na lei. Você pode achar que uma coisa é terrível, mas, se não estiver na lei, vai perder seu tempo. É preciso que a lei diga e dê a punição, porque se não disser, não é crime. Qualquer advogado tira qualquer malandro da cadeia. Ele diz: "Não está aqui. Onde é que está?". Você retruca: "É um novo crime". Ele: "Um novo crime? Então põe numa nova lei. Enquanto a lei não disser que isso é crime, não é crime". Então, o que eu acho que é preciso rever é a parte criminal e mais nada. Se você começar a mexer no resto, acaba tendo uma legislação pior do que a que existe aí. O problema é que realmente não se tem apurado nada. E outra coisa: é preciso punir as autoridades que não apuram. Escrevi um artigo para a revista *Banco Hoje* sobre isso. Estão confundindo tudo. Vamos aproveitar o regime democrático, vamos botar para funcionar. Não se devem destruir as instituições, elas devem ser punidas.

Enfim, o Banco Central

Como se chegou, finalmente, à criação do Banco Central?

Falando um tanto ironicamente, foram precisos dois regimes não democráticos para se criar o Banco Central. O que não prova a tese

do bom ditador – é uma tese muito perigosa. Não quero provar tese alguma, apenas dizer que nos dois casos havia poderes ditatoriais, e estava lá uma pessoa lúcida – e pura – como o doutor Bulhões, que aproveitou os poderes excepcionais que havia para fazer aquilo que não se conseguia fazer.

O senhor se refere à criação da Sumoc, em 1945, ainda no Estado Novo, e do Banco Central em 1964, no regime militar.

Sim. Novamente, em 1964, estamos nós ainda sem banco central. O único país do mundo, de alguma importância, que não tinha um banco central. E ainda com as funções de banco central divididas em vários órgãos e misturadas, no Banco do Brasil, com as mais variadas operações. Tanto que nós, no Departamento Econômico da Sumoc, frustrados porque não conseguíamos a criação de um banco central, tínhamos criado o balancete consolidado das autoridades monetárias, que mostrava como seria o banco central, se existisse. Aliás, esse título até hoje é usado, sem o "consolidado", quando a rigor não se devia mais usá-lo. A utilização da expressão "autoridades monetárias" depois da criação do Banco Central é uma excrescência, revela que ele não foi criado ainda! Daí a minha briga, de 1978 em diante, por causa da conta movimento. É preciso lutar pelas instituições. E foi por isso que, naquela época, nós criamos o Banco Central. É preciso tê-lo. Se ele é depois mal administrado, é um outro problema, é preciso vigiar para que não seja. Mas é preciso ter a instituição.

O momento em que o Banco Central foi criado não era o melhor do ponto de vista da democratização do país. Era um governo de exceção. Mas nós tivemos a sorte – e sorte não prova nada, não prova que o regime de exceção é melhor – de ter na presidência o general Castelo Branco, e não um general qualquer. Se estivesse um outro qualquer lá, não saía nada. Castelo Branco era um homem de alto nível, estudioso, com senso patriótico. Teve problemas sérios com o pessoal dele, com os coronéis, a turma da barra pesada. Ele nomeou o doutor Bulhões ministro da Fazenda. Só a nomeação do doutor Bulhões já era recomendação a seu favor. Se ele quisesse fazer política, não botava um doutor Bulhões na Fazenda, seguramente. Participei de várias reuniões do presidente Castelo com o doutor Bulhões – e com Roberto Campos

também, mas eu seguia mais o doutor Bulhões –, em que ele apoiou o doutor Bulhões nas medidas mais rígidas, mais severas. Deu aquele apoio do presidente, que é necessário, ao ministro da Fazenda.

Quando o doutor Bulhões foi para o Ministério da Fazenda, o senhor foi nomeado diretor da Cared do Banco do Brasil.

Sim. E membro do Conselho da Sumoc, que era o formulador da política monetária. E aí pude ver – é um testemunho histórico que dou com muito prazer – a qualidade do presidente da República e do ministro da Fazenda, e o prestígio que o ministro tinha, numa fase extremamente difícil e ingrata, pegando um Brasil muito mal-acostumado. Pude sentir, uma ou outra vez em que o ministro da Fazenda me levou à presença do presidente da República, com que seriedade se trabalhava. Podia-se até errar, mas havia seriedade de propósito, que é o que tem faltado muito no Brasil.

Não foi importante, no governo Castelo, o fato de ter sido nomeada uma equipe econômica que já tinha uma afinidade passada muito grande? O doutor Bulhões foi para o Ministério da Fazenda; Roberto Campos, para o Ministério do Planejamento; Garrido Torres, para o BNDE; o senhor, para o Redesconto; Denio Nogueira, para a Sumoc.

É verdade. Nós trabalhávamos desde a década de 1940. Na década de 1950, o homem forte foi Roberto Campos, por causa do prestígio com Juscelino. O doutor Bulhões sempre ajudou, mas era membro do Conselho Nacional de Economia e professor da faculdade. Não trabalhou no governo, que eu me lembre, no tempo do Juscelino. Quem foi para o governo foi Lucas Lopes, que levou Roberto Campos. E Roberto Campos me levou, a mim e a outros. E a equipe veio desde aquela época se consolidando, tentando vender o peixe do Banco Central. Não havia mais novidade. Mas a gente não deixava de se atualizar. Era preciso, de vez em quando, atualizar as informações, porque elas iam envelhecendo. No meu caso, por exemplo, passei um período no Banco da Inglaterra e, depois, como ia com frequência aos Estados Unidos, conhecia e visitava o pessoal do *Federal Reserve*. Observava a parte operacional, trazia sempre a regulamentação recente. Estávamos ali amadurecendo aquilo, e o

tempo de amadurecimento durou mais do que precisava. No dia em que saiu um governo forte e, felizmente, por acaso, tínhamos o presidente Castelo Branco, estava tudo pronto. Estava tudo maduro. E não houve hesitação.

Denio Nogueira diz uma coisa surpreendente: que o doutor Bulhões, que sempre defendeu a ideia de banco central, no momento em que assumiu o Ministério da Fazenda, foi reticente, porque tinha medo de que as tentativas fracassadas anteriores se repetissem.

Não é a minha impressão. Mas é preciso ver: há nuances semânticas no que o Denio disse. É fato, observado por mim, que o doutor Bulhões estava com muita gana de consertar as coisas. Muita. Estava com um presidente e uma equipe da confiança dele, tinha como companheiro Roberto Campos – dão-se bem até hoje, dois temperamentos totalmente diferentes, mas dão-se maravilhosamente bem. O doutor Bulhões ouvia o presidente dizer que ficaria um ano ou dois e queria usar os instrumentos que já existiam para trabalhar. E assim fez. Nós ficamos três anos, na verdade. No primeiro, trabalhamos com o instrumental que existia; no segundo, já com um instrumental novo, mas um novo que era preciso montar. O sentimento do doutor Bulhões era de que, se não obtivéssemos o Banco Central, tínhamos instrumentos – mesmo aqueles instrumentos espalhados – para, de qualquer maneira, podermos trabalhar. "Dá uma ordem ao Banco do Brasil para não expandir o crédito. O Conselho da Sumoc tem autoridade sobre o Banco do Brasil. Segura". Nós tínhamos o orçamento monetário, outra invenção técnica do Departamento Econômico da Sumoc que depois desmoralizaram totalmente. O orçamento monetário hoje virou chacota, mas é uma coisa muito séria. Segurávamos o Banco do Brasil para fazer cumprir o orçamento monetário. Havia já um instrumental à disposição de quem quisesse trabalhar bem e de quem tivesse apoio do presidente da República para consertar as coisas, sem precisar do Banco Central.

Agora, o que o doutor Bulhões sentia, e eu também, era que se você passasse dois anos consertando as coisas, mas não se institucionalizasse o Banco Central, voltariam os abusos. Nós não precisávamos do Banco Central porque tínhamos mentalidade de banco central, mas

a instituição era necessária. Quando se criou o banco, e o nosso nome foi levado ao Congresso, é claro que o nosso nome passou correndo. Estávamos num governo de força. Mas não era preciso aprovar o nosso nome no Congresso para se trabalhar. O doutor Bulhões estava muito empolgado em consertar as coisas com o instrumental que já existia, e que já era suficiente. Denio, como assumiu a Sumoc, chamou a si a tarefa de coordenar a estrutura, ainda sem o Banco Central. Ele contou com a minha cooperação porque eu, talvez há mais tempo que ele, estava preocupado com o Banco Central. Eu vim da Sumoc. Mas Denio estava muito motivado com o Banco Central e teve uma atuação muito importante.

A propósito, aliás, é interessante contar o seguinte: no primeiro dia da Revolução – [Paschoal Ranieri] Mazzilli ainda era o presidente –, o doutor Bulhões foi chamado a atuar, ainda antes do Roberto Campos. Depois ele foi confirmado pelo presidente Castelo, mas foi chamado antes, quer dizer, era o homem de confiança do governo militar. E o doutor Bulhões então me chamou, a mim e ao Denio. Tivemos uma reunião histórica, reservada, em que o doutor Bulhões nos disse: "Olhem, tenho aqui dois cargos importantes, fundamentais: a Sumoc e a Carteira de Redesconto. E esses dois cargos são para vocês dois, vocês têm que me ajudar. Para mim é indiferente quem vai para onde. Agora, dos dois cargos, o que eu tenho urgência que um de vocês assuma é o Redesconto, porque mudou o governo, e os bancos estão apavorados. A última coisa que o Jango fez foi ameaçar os banqueiros paulistas, dizendo que ia cortar o Redesconto para São Paulo. Está esse ambiente de pânico, e eu preciso ter gente da minha confiança na Cared. A Sumoc, nós podemos nomear dentro de alguns dias. Hoje é a Cared. Qual de vocês dois vai para lá?". Tive vontade de dizer: "Doutor Bulhões, os últimos doze anos da minha carreira eu passei na Sumoc, preparando o Banco Central. Se o senhor me pede para escolher, vou para a Sumoc". Eu me preparava para dizer isso, mas aí o Denio disse: "Doutor Bulhões, estou escrevendo um trabalho que prometi para a universidade, não sei o quê, já estou atrasado. Preciso de mais um mês para terminar esse trabalho, não posso entrar agora". Disse o doutor Bulhões: "Então, entra você, Casimiro. Você pode começar hoje?". Respondi: "Posso". Ele: "Você

vai para o Redesconto. E quando puder, dê também uma olhada na Sumoc. Vai lá olhar, não é? E você, Denio, quando estiver livre, me fale, que você vai para a Sumoc". Foi assim que as escolhas foram feitas. Foi curioso. Foi extremamente interessante para mim ir para o Redesconto, ir para a trincheira. Mas o Denio, na verdade, escolheu ir para a Sumoc. E lá estando, claro, tomou a peito, e com muito interesse, coordenar a preparação da lei do Banco Central.

Mas o coordenador de tudo, na verdade, era o doutor Bulhões. O doutor Bulhões estava tratando de apagar o fogo! Daí essa impressão do Denio de que o doutor Bulhões não estava dando prioridade para criar o Banco Central. É claro que o conserto da situação, a emergência, significava controlar o Redesconto, negociar com o FMI. Acumulei a Cared com a de Câmbio, e com a negociação internacional. Três funções. A negociação com o FMI ficou toda comigo, pela tradição que eu tinha e pela confiança em mim depositada pelo doutor Bulhões.

Pode ter ficado essa impressão de que o doutor Bulhões não estava muito interessado no Banco Central, mas é claro que estava, a vida inteira. Apenas ele tinha o Denio tratando disso, mas tinha a mim também. Nossa função de assessores era cutucá-lo, puxar-lhe a manga: "Doutor Bulhões, não vá esquecer o Banco Central. O senhor vai ter que deixar essa estrutura pronta...". Era preciso fazer a legislação de mercado de capitais, uma série de coisas. A reforma institucional foi extremamente importante. Criaram-se figuras e instituições que não existiam antes: o banco de investimentos, o corretor, uma estrutura mais operacional. O que existia foi regulamentado, com especialização de funções. Tudo isso nós tínhamos que fazer. Tínhamos que aproveitar um Congresso mais cooperativo e deixar isso feito, porque nós éramos passageiros. Tínhamos que apagar o fogo e deixar as instituições prontas.

É claro que o doutor Bulhões jamais negligenciaria a questão do Banco Central. Quem primeiro pensou nisso no Brasil foi ele! O Banco Central não teria saído sem a autoridade dele junto ao presidente Castelo Branco. Denio talvez esteja, pessoalmente, um pouco sentido, porque as pessoas talvez não lhe deem o crédito que ele merece nesse trabalho. As pessoas falam no doutor Bulhões. É claro

que a grande figura é o doutor Bulhões! Denio fez um trabalho extraordinário, todos nós trabalhamos, mas a grande figura, que tornou tudo possível e que tinha prestígio com o presidente, foi o doutor Bulhões. Senão, teria sido mais uma tentativa frustrada. Não estou de acordo com a interpretação de que se não fosse o Denio não teria saído o Banco Central. Se a intenção dele é dizer isso, é exagero. Essa ideia já estava na cabeça do doutor Bulhões quando o Denio ainda andava de calças curtas. Foi o doutor Bulhões que tornou possível o Banco Central, com o seu prestígio, com a sua autoridade.

O senhor diria então que o Banco Central começou a existir mesmo antes da Lei 4.595?

Sim. Com os poderes que existiam na época, na verdade, fizemos funcionar o Banco Central unificado antes da sua fundação. No dia seguinte da tomada do poder, havia que pôr ordem na casa. E havia que debater uma legislação de banco central, que submetê-la ao Congresso. Embora tivéssemos um Congresso bastante cooperativo naquela época, isso levaria, como levou, um ano. Não esperamos o Banco Central, mas havia a mentalidade de banco central, de prestamista de última instância – que depois foi deformada.

O estilo de Castelo Branco

Qual era a posição do presidente Castelo Branco diante da criação do Banco Central?

O presidente Castelo merece mais crédito do que tem recebido, mesmo dos historiadores. Foi realmente um período muito especial aquele do governo Castelo Branco. Eu tenho dito a alguns historiadores: "Vocês precisam deixar um pouco o ranço de lado, parar com essa história de 'é militar, sou contra'! Não. Tem que ver o sujeito, ver o que aconteceu". Toda vez em que houve um caso difícil para discutir, seja ligado à austeridade que o doutor Bulhões queria, seja ligado a questões éticas, Castelo Branco deu a solução certa. Quer dizer, fez justiça. Eu me lembro de que uma vez o doutor Bulhões me levou: "Você vai comigo.

O presidente Castelo está um pouco preocupado. Estão falando mal da sua política de redesconto" – o doutor Bulhões dizia "sua política". Eu mudei a estrutura do redesconto, porque era uma confusão. Eu disse: "Agora existe o redesconto de liquidez, por quinze dias, com taxa penalizante a partir daí. O sujeito pede redesconto de liquidez porque precisa de caixa, não para fazer negócios, para expandir o crédito. Para expandir o crédito ele vai usar o redesconto periódico, sazonal, por 6, 8 meses. Mas o limite do redesconto de liquidez é quinze dias e olhe lá!". Eu inovei com isso, e isso deixou os banqueiros desgostosos, houve muita briga, muita reclamação.

Quando chegamos para essa reunião com o presidente Castelo, ele estava com um grande amigo dele, da UDN [União Democrática Nacional] lá do Norte, Paulo Sarazate [Ferreira Lopes]. Um excelente elemento, homem que o apoiou, amizade pessoal. E o presidente disse: "Ah, sim, doutor Casimiro. Aqui o meu amigo Sarazate parece que tem uns problemas. Eu não estou convencido, não. Mas vamos deixá-lo falar. Sarazate, diz aí qual é o seu problema". Sarazate então disse: "Doutor Casimiro, o senhor está apertando o estado natal do presidente com a sua política de redesconto. Sei que o programa é de austeridade, mas o senhor está criando dificuldades lá na praça. O pessoal está reclamando. E, depois, o senhor recebeu um telegrama das classes produtoras do Ceará, assinado pelo fulano de tal, que eu tenho a impressão que o senhor nem leu. Me desculpe, mas a resposta 'não' foi tão imediata que eu não sei se o senhor teve tempo de ler". Castelo Branco deu um sorriso e perguntou: "Doutor Casimiro, o que o senhor tem a dizer?". Respondi: "Bom, há aí dois aspectos. Primeiro, a questão; segundo, o mérito. Primeiro, o cavalheiro que assinou esse memorial telex é um elemento cassado, e por corrupção". O presidente Castelo virou-se e perguntou: "Sarazate, que história é essa? Como é que você está defendendo o homem?". Ele: "Não, isso está naquela lista de outros assuntos sobre os quais eu quero falar com o senhor. Acho que foi uma injustiça que fizeram, chamá-lo de corrupto". O presidente me perguntou: "Doutor Casimiro, o senhor conhece o homem?". Respondi: "Não conheço, mas tenho péssima impressão sobre ele. Porque a ficha dele na área bancária é péssima. Ele pegou uma cooperativa, fingiu de banco e botou no

asfalto. Como ainda não saiu a nova legislação bancária, que vai ser proposta, as cooperativas de crédito são aprovadas pelo Serviço de Economia Rural, que põe um carimbo lá. Qualquer malandro arranja esse carimbo e fica brincando de banco comercial. O senhor sabe, presidente, que um dos problemas da sua terra é o excessivo número de cooperativas de crédito que se desviaram das suas finalidades básicas. Estão brincando de banco e estão quebradas". E continuei: "Doutor Paulo Sarazate, antes de mais nada, eu queria dizer que o argumento de estar dando um aperto no estado natal do presidente não tem validade técnica. É um tipo de argumento político que se fazia nos velhos tempos. Acho que os tempos mudaram". Aí, o presidente Castelo riu e disse: "Sarazate, 1 a 0 a favor do doutor Casimiro". E para mim: "Prossiga". Continuei: "Eu disse 'não' porque já tinha analisado o tema. Inclusive, compareci ao Congresso, perante uma comissão de investigação do sistema bancário, e lá dei a resposta 'não' no que se refere a essa matéria. Então, eu pude dizer 'não' imediatamente porque já tinha estudado. Acontece o seguinte: esse homem alega que faz essa petição em favor da lavoura, mas ela é contra o interesse da lavoura. Ele pede que o redesconto das promissórias rurais, que hoje é limitado a 120 dias de prazo, passe para um ano". Aí, disse o Sarazate: "Pois é. Veja só: um prazo de 120 dias para a produção, não dá para nada". Disse eu: "Presidente, o eminente deputado Paulo Sarazate está fazendo uma confusão que outras pessoas de muito bom nível têm feito. O problema é que promissória rural é a duplicata do comprador, do intermediário. O produtor rural é o credor, que vende a 120 dias ao intermediário. É claro que um prazo de até 120 dias facilita a venda. Agora, é justo dar ao comerciante que compra o produto rural um ano para ele sentar na mercadoria e especular, com dinheiro subsidiado, com juro de 8% ao ano? Isso, senhor presidente, nem que venha pedido de Vossa Excelência, eu faço. Não faço, porque sou do ramo e sei que há um erro nessa designação. O pessoal pensa que promissória rural é o papagaio do produtor. Não é. É a duplicata do comprador. Esse é um assunto antigo, surrado. E toda vez que chega um pedido desses eu digo 'não' de saída". Disse o presidente: "Muito bem, doutor Casimiro. Estou satisfeito com a sua explicação. Sarazate: 2 a 0 contra você. Podemos passar a um outro problema". Era esse o presidente.

Adiantando um pouco, chegou um momento em que a austeridade estava apertando tanto, em 1966, que nós tivemos que afrouxar alguma coisa. Estava realmente um aperto, nós carregamos na mão; e Daniel Faraco, excelente amigo nosso, ministro da Indústria e Comércio, ficou assustado: "Sinceramente, o negócio está difícil. Vim de São Paulo, e o ambiente está um pouco diferente da choradeira normal, parece que está doendo mesmo". O problema é que, nesses casos, você tem que sentir, apalpar. Não existe modelo de computador que exponha tudo. Você tem que ouvir a pessoa que está lhe dando a informação que não está no seu computador, não está no seu modelo. E se o sujeito estiver mentindo? Eu sempre dizia ao pessoal: "Pelo amor de Deus, não mintam! É muito grave. Vocês fazem um drama desgraçado, convencem o ministro, convencem a todos nós, a gente solta o crédito, e não era para soltar. E lá se vai a política, na base da informação. Vocês têm que ser responsáveis".

Houve uma reunião com o presidente Castelo, e o doutor Bulhões disse: "Nós estamos soltando um pouco, eu estou dando mais prazo para pagar o IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados], mas nada além disso!". O Faraco ponderou: "Presidente, temos que ver as repercussões políticas disso. Tem gente boa em São Paulo que está reclamando. O doutor Bulhões disse que já soltou um pouco, mas eu acho que ele está sendo duro demais". O presidente, que estava recebendo pressões políticas de tudo quanto é lado, ouviu, parou e disse: "Já sei o que está acontecendo. Acho que já entendi. O doutor Bulhões está querendo ser austero. E o ministro da Indústria e Comércio está querendo ser prestimoso". Foi até um pouco injusto o "prestimoso", porque o Faraco é um excelente homem. E o presidente continuou: "Se queremos combater a inflação nesta quadra, ainda não é hora de afrouxar. Estou com o doutor Bulhões". E acabou a reunião. Com um presidente assim, vale a pena ser ministro da Fazenda.

Eu não participei de todas as reuniões, mas nas que fui sempre me surpreendi, acostumado como estava a lidar com político, tendo que fazer um escarcéu, que exagerar, que assustar, para obter um resultado pequeno. Com o presidente Castelo, tínhamos muito cuidado em apresentar exatamente o panorama e dar a dosagem exata das medidas. O presidente não era de se assustar. Tínhamos que relatar e, se o

convencêssemos, ele adotava a medida. A responsabilidade do assessor aumentava. Geralmente, a assessoria no Brasil exagera o panorama: "O presidente vai dar 10% desse negócio, então vamos pintar com cores piores".

A implantação do Banco Central

Como se estruturou o Banco Central?

A estruturação do Banco Central compreendia dois níveis: o nível executivo e o nível decisório, de formulação de política – que hoje estão querendo mudar. Foi confirmado, de certa forma, em 1964, o tradicional Conselho da Sumoc, com alguma racionalização, ao se instituir o CMN como órgão formulador. E aqui chegamos ao velho tema da independência do Banco Central. Que grau de independência se deveria ter e como assegurar, razoavelmente, essa independência? Nós achamos que, se o Banco Central ficasse num espaço sozinho, muito independente, mas sem nada por perto, nenhuma amarra, nenhuma âncora, ele ia ficar pior do que antes. Então, deixamos o ministro da Fazenda e a diretoria do Banco Central dentro do CMN. É aí, na formulação da política, que é a briga. Se você faz um banco central independente da Fazenda, ele faz uma política lá, por conta dele, e depois é sabotado em outras áreas. Não adianta. A relativa independência do Banco Central era ter uma diretoria com quatro votos no Conselho e ter um ministro da Fazenda que, embora presidente do Conselho, na verdade tinha o voto de desempate. Esse era um Banco Central forte, com quatro votos de diretores nomeados pelo Congresso, com mandato certo. Eu tinha mandato de quatro anos, ou seis. E meu nome foi aprovado pelo Congresso. Era um pouco o sistema americano, de *checks and balances*. Você não faz do Banco Central o quarto poder da República – isso é ridículo. Mas lhe dá uma certa força. E também não o deixa sozinho. Porque se o deixar sozinho, os outros vão serrar o galho. Mantém o CMN, e lá se decide a coordenação da política fiscal com a política monetária.

O problema de coordenação é extremamente sério. Primeiro, você tem que ter a coordenação da política fiscal com a monetária. Nada

de fazer uma separada da outra. Disso o Brasil tem uma experiência negativa danada. Põe os dois responsáveis juntos e eles têm que discutir, chegar a uma conclusão. E é preciso dar força ao Banco Central nessa discussão. O segundo aspecto é o da extensão da área porque, com o passar dos anos, com a sofisticação dos sistemas financeiros, houve um entrelaçamento cada vez maior das operações bancárias com as operações de mercado de capitais. É difícil você manter isso em ordem, inteiramente separado. E é essa a razão por que nós deixamos todos os assuntos do sistema financeiro – todos: mercado de capitais, mercado financeiro, mercado aberto, assuntos bancários, tudo – no CMN. Mas só no CMN. Os órgãos executivos, você vai desdobrando na medida da necessidade.

E como ficaram as relações do Banco Central com o Banco do Brasil?

Na solução encontrada para a criação do Banco Central, houve que se fazer alguma concessão temporária ao Banco do Brasil. É bom comentar isso, porque foi parte da solução no nosso tempo. Nós sabíamos que o Banco Central teria uma fase de implantação nada fácil. Implantação quer dizer transferência efetiva de recursos, de instrumentos, de instalações, de funções e até de funcionários do Banco do Brasil para o Banco Central. Porque nós não poderíamos esperar que o Banco Central contratasse gente para todos os níveis, com experiência bancária, por meio de concurso. Primeiro, isso é extremamente difícil. Foi feito posteriormente, porque havia um programa para fazê-lo. Mas, na transição, nós não podíamos parar o serviço de banco central, tínhamos que continuar. Na parte de formulação de política, era preciso apenas ter gente competente academicamente e com vivência de problemas. Mas, na parte operacional, era preciso ter gente que entendesse do assunto. E não só de assuntos bancários, mas de assuntos de especialização de banco central. Isso, o Banco do Brasil tinha.

Eu tive a satisfação e a felicidade, por acaso, de ter sido designado para a Cared. Era enorme a importância estratégica do sistema de pagamentos nacional dessa carteira, que tinha a função de banco central de prestamista de última instância do sistema financeiro, numa situação conturbada e de revolução. Fui designado para assumir

não só a Cared como também a Caixa de Mobilização Bancária (Camob),[35] que era uma espécie de cemitério dos bancos quebrados, herança de coisas passadas. Assumi imediatamente, porque a Cared não podia ficar uma hora sequer, nem cinco minutos, parada. Havia um aspecto psicológico extremamente importante. Essa é uma coisa que eu repito e repetirei, através dos tempos: a importância psicológica da existência de um banco central com poderes para atender ao sistema em situações financeiras difíceis, de pânico. Todos sabem que basta, às vezes, a presença de um banco central que diga: "Eu estou aqui atento; quem precisar avise...". Só isso resolve, muitas vezes, os problemas do sistema financeiro. Não é que os bancos queiram dinheiro propriamente, mas aquela presença é a sua garantia. E, naquele momento, quem fazia esse papel era a Cared, que era um órgão governamental, formalmente independente, mas funcionando dentro do Banco do Brasil, por contrato.

Coube a mim, quando se construiu o Banco Central, fazer a transferência da Cared para o Banco Central. Tive muita sorte, porque pude exercer uma pressão política dentro do governo a favor de uma transferência imediata. O que não aconteceu, por exemplo, com a Carteira de Câmbio, das operações internacionais. O problema aí era diferente, e não havia a mesma urgência. Mas eu me vali da importância da Cared para fazer pressão, inclusive, dentro do Banco do Brasil. Estou contando isso porque é história administrativa e mostra as características muito *sui generis* do caso brasileiro – porque as coisas são feitas no Brasil e porque, às vezes, deixam de ser feitas. Eu, ciente dessas coisas, usei um tipo de pressão. Foi o seguinte: obtive do doutor Bulhões autorização para transferir todo mundo. Todos. Já que a Cared era um órgão oficial, de banco central, consegui transferir todos os funcionários. Em 24 horas, estava todo mundo fora do Banco do Brasil, dentro do Banco Central. Todos estavam requisitados. Do contínuo ao gerente, ao chefe de gabinete. Houve um aliciamento, dizendo: "Voltem para o Banco do Brasil". Começaram, inclusive, disfarçadamente a oferecer oportunidades.

35 A Camob foi criada pelo Decreto 21.499, de 9 de junho de 1932. Foi idealizada para solucionar problemas de liquidez criados pela retração do crédito, assegurando aos bancos maior acesso às reservas bancárias. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

Esse era um dos inconvenientes de ter um funcionalismo do Banco do Brasil: as pessoas começarem a ir embora, o Banco Central começar a esvaziar antes que se tivesse tempo de fazer concurso. Como aliciar em caráter definitivo as pessoas para saírem do Banco do Brasil, da sua carreira, e aceitarem uma carreira num órgão ainda recém-criado? Havia esses aspectos, do que oferecer. O sujeito tinha uma carreira de Banco do Brasil, com aquelas garantias e vantagens que hoje são conhecidas aí pelo noticiário, e o Banco Central era uma experiência, uma coisa nova. Muitos disseram: "Vou trabalhar com muito prazer, mas não me transfiro para o Banco Central, pessoalmente".

A equipe inicial do Banco Central era muito grande?

Não. Hoje o Banco Central é um órgão com alguns milhares de pessoas, mas na época não eram tantas. A Sumoc talvez tivesse umas trezentas, quatrocentas pessoas, se tanto. Mas de corpo próprio, não eram muitas. A lei do Banco Central dizia: "Serão transformados, imediatamente, em funcionários do Banco Central os funcionários da Sumoc que tenham feito concurso" – porque muitos, quase todos, 90%, entraram por nomeação, ou por influência política, ou por parentesco com funcionários. Com o passar do tempo, foram fazendo concurso e regularizando a sua situação. Então, a lei dizia: "Aqueles que já fizeram concurso serão incorporados, contando o tempo de Sumoc". Na parte graduada, de inspetores, chefes de seção, nós tínhamos gente já com 20, 25, 30 anos de Banco do Brasil. Não era fácil dizer a essa gente: "Vocês vão para o Banco Central". Eles respondiam: "Não, nós vamos trabalhar, sim, mas requisitados pelo Banco Central, com todas as vantagens do regulamento do Banco do Brasil, como se lá estivéssemos trabalhando". E o Banco do Brasil concordou com isso. Aliás, tinha sido esse o meu caso. Eu trabalhei muitos anos na Sumoc e era funcionário do Banco do Brasil. Havia o seguinte: os funcionários da Sumoc ganhavam sempre menos do que os do Banco do Brasil. Isso era uma imposição dos funcionários graduados do Banco do Brasil, que faziam as regras do jogo na Sumoc. Eles achavam que, apesar de ter feito concurso interno e tudo o mais, não era a mesma coisa que ser funcionário do Banco do

Brasil. Ironicamente, hoje, a maior reivindicação dos funcionários do Banco do Brasil é serem equiparados aos do Banco Central.

Mas esse era o ambiente. Havia aquela massa de pessoas, a Inspetoria toda, que era indispensável. Você não faz uma inspetoria de uma hora para outra. Depois, havia um aspecto ético muito importante: a Inspetoria não era gente apenas competente, era gente altamente confiável, que foi selecionada com o passar do tempo. Um ou outro elemento carreirista foi embora, porque ali era um lugar em que a pessoa não fazia boas relações com o sistema bancário. Ficava ali de juiz e de inspetor. Era indispensável aquela gente, indispensável. A primeira providência, então, foi levar a Inspetoria.

Na Cared, resolvi fazer a coisa *manu militari*: "É de alto interesse nacional, a Carteira de Redesconto é um órgão público, e a lei colocou este órgão público dentro do Banco Central, imediatamente". Arranjei a regulamentação: iam todos, ninguém podia sair, com desculpa nenhuma. Houve até o caso de uma senhora grávida que não queria ir. Estava no terceiro mês ainda, não tinha tempo para a licença, e eu disse: "Tenha a santa paciência, quando chegar a sua data de licenciamento, a senhora se licencia por seu direito. A senhora está começando a gravidez. Vai para o Banco do Brasil por quê?".

Lembro que, quando se criou o Banco Central, a Revolução tinha um ano de idade já, mas era preciso estar de olho no sistema bancário. O Redesconto foi o departamento mais importante do Banco Central, em que não houve solução de continuidade dos serviços. Nem do diretor, que era eu, nem dos gerentes, que eu mantive. Por coincidência, havia um gerente com o seu auxiliar que eram pessoas da minha confiança, mas, como tinham trabalhado na administração de João Goulart, houve uma pressão para tirá-los. Pressão política, não do sistema bancário. Conferi com o sistema bancário, e eles os achavam ótimos funcionários, da maior confiança. Disseram-me: "Você precisa manter esses homens. Faz muito bem em mantê-los". Quer dizer, era tudo fofoca política. Mas muito forte. E eu mantive o pessoal que era da minha confiança. Trouxe mais algumas pessoas da Sumoc, que eu conhecia, e começamos a apertar as craveiras, a fazer

a moralização administrativa, a acabar com aqueles privilégios de banco quebrado. Foi uma campanha de moralização que eu comecei.

O ambiente fora do Banco do Brasil era um ambiente viciado, de corrupção, de favores políticos, de ingerências. De modo que era extremamente importante que o Banco Central pudesse contar com aquela equipe da velha guarda do Banco do Brasil, com experiência de inspeção de bancos, experiência administrativa, para não comer gato por lebre. Não adianta pegar gente de alto QI e brilhante curso universitário e jogar às feras. Até que o sujeito aprendesse, já tinha enrolado muitos casos. Inclusive, quando começou a administração, vieram as pressões políticas. Pressão de gente corrupta, que trazia um general a tiracolo. Eu tive que resistir a isso. Tive apoio do ministro Bulhões, e o ministro Bulhões teve apoio do presidente da República. Mas, mesmo assim, não foi sopa.

Rigor no Redesconto

Apenas para citar um exemplo, houve um caso, em que um almirante, dos mais influentes na Revolução – e um homem sério –, falando também em nome de um general que foi fundamental na Revolução, disse: "Doutor Casimiro, o senhor é que é o diretor da Carteira de Redesconto? Estou muito decepcionado com o senhor". Eu não o conhecia pessoalmente. Disse: "Não atino o porquê. Poderia ser mais explícito?". Ele: "Eu me refiro ao meu muito bom amigo, senhor fulano de tal – era um italiano – que, apesar de estrangeiro, é melhor do que muito brasileiro que anda por aí. O que me consta é que o senhor está criando dificuldades para o moço. O problema é que ele é nosso amigo e está sendo perseguido pelos subversivos. Estão provocando uma corrida bancária e isso é muito grave, pode haver uma corrida geral e inclusive inverter a tendência da Revolução. Vai dar numa contrarrevolução. Ele foi ao Redesconto porque precisa de Cr$500 milhões, estourou uma compensação. Aliás, o rapaz da compensação, o Júlio, foi muito compreensivo. Quero recomendar o nome dele. Já o senhor...". Eu digo: "O senhor já terminou? Permite, então, que eu diga o que houve? O senhor fulano de tal esteve aqui e

eu disse que não dou um tostão a ele porque a ficha do banco dele é das piores que temos aqui. O seu amigo cometeu todas as irregularidades que conhecemos. Está tudo fichado". Ele: "Não, mas isso são as más línguas". Eu: "Não há más línguas. Durante 7 ou 8 anos, treze inspetores diferentes constataram as maiores irregularidades. E o seu amigo tem uma certa criatividade. Inventou falcatruas que nós não conhecíamos. Aprendemos com ele". Ele disse: "Vou falar com o doutor Bulhões, porque o doutor Bulhões esteve na minha casa hoje...".

Ele falou com o doutor Bulhões, e o doutor Bulhões me procurou: "Casimiro, eu queria salvar um banquinho aí. Você acha que vale a pena salvar?". Eu disse: "Não vale. Esse é o primeiro da lista dos corruptos. E não é nem grande, que possa assustar". Disse ele: "Então fica por sua conta, Casimiro. Não quero perder tempo com isso. Fecha". Eu disse ao almirante: "Justamente como a Revolução foi feita para combater a corrupção, os abusos, eu não posso inaugurar a administração fazendo coisas que eu sei, há 26 anos, que são erradas. Eu não tenho desculpa. O senhor não conhece o problema, pode recomendar o seu amigo. Foi ilaqueado na sua boa-fé. Mas eu não posso aceitar. A responsabilidade é minha, a assinatura é minha, não é nem do doutor Bulhões. Ele já me disse para tocar para a frente, mas, mesmo se me pedisse para salvar o seu amigo, eu diria: 'Ministro, não dá. O senhor me botou aqui justamente para não concordar com essas coisas. A responsabilidade legal é minha'. Eu disse ao seu amigo: 'Se você tem amigos tão fortes, sai correndo, arranja para me mudar de lugar. Porque eu, aqui, não lhe dou um tostão'. E lhe digo, senhor almirante: esse homem não vale a sua ajuda, a sua consideração". Ele respondeu: "Ah, é uma questão de opinião. Os administradores dele é que foram péssimos. Ele foi enganado". Eu disse: "Não. Nós já conferimos isso. Ele nomeia gente que não presta. Nomeava, aliás. E, depois que os inspetores descobriam, ele mudava e botava outros malandros no lugar. A S.A. é fictícia, porque os outros seis acionistas são a mulher dele, o genro dele, o motorista dele... ele é o dono. Eu, aliás, não o conhecia pessoalmente. Agora, depois de conversar meia hora com ele, já tenho um conceito – usei a expressão militar –, um péssimo conceito. Veio aqui querendo dar ordens: 'Doutor Casimiro, o senhor é um homem ocupado, eu também sou, e preciso de Cr$500 milhões

já. Não dá tempo de tratar de garantia. O almirante vai lhe telefonar'. O senhor entende de disciplina, almirante. E eu vou lhe dizer o seguinte: o Júlio, pressionado por um major, que foi lá, enviado pelo senhor, não fez a sua obrigação de regulamento. Ficou com os cheques do seu amigo, quando tinha que expulsar da compensação e devolver. Aí, se distribuía o prejuízo pelos bancos que trouxeram os cheques. Mas, quando ele retém o cheque, o prejuízo é só do Banco do Brasil, que está operando em nome do Tesouro. O prejuízo é da União. Esse rapaz já foi admoestado verbalmente por minha ordem. E, amanhã, se não cumprir a sua obrigação, é destituído do cargo e punido. E o senhor vai entender muito bem, porque disciplina o senhor conhece cem vezes mais do que eu". Ele: "Ah, por obséquio, é um bom sujeito, não faça isso". Eu digo: "Ele não vai ser destituído hoje. O senhor pressionou um funcionário do Banco do Brasil, que já engoliu um cheque, já fez uma irregularidade. Mas, amanhã, ele fecha na hora. E se o seu amigo não tiver trazido o dinheiro para comprar os cheques, é expulso da compensação. Dinheiro, eu não dou". Ele: "Ah, mas o Júlio fez isso porque quer salvar o sistema bancário". Eu digo: "Eu é que tenho que julgar isso. O diretor de Redesconto, e não um funcionário da compensação de cheques".

Tive vários outros casos como esse e, no final, ganhei todos. Como também o doutor Bulhões ganhou todos. Depois de alguns meses, já não apareciam mais. Era uma questão apenas de resistir, com boa argumentação. A história das irregularidades daria para encher horas de conversa.

Tive também casos de mera incompetência, do sujeito que se fantasiava de banqueiro porque achava bonito. Assim como lidei com patife e disse "não lhe dou um tostão", e afinal quebrei o camarada, também lidei com bancos em que não havia patifaria, e sim incompetência. Houve, por exemplo, o caso de um turco que era vendedor de sedas e ficou rico. Era um homem bem-conceituado e, antes da minha administração, tinha comprado um banquinho. Botou lá um genro, e o genro fez as suas malandragens. Mandei chamá-lo e disse: "Vai ter que fechar o seu banco". Ele respondeu: "Está bom! Esse banco só me deu dor de cabeça mesmo". Eu disse: "Mas eu estou curioso. O senhor é um sujeito bem-sucedido no seu ramo de tecidos, estava rico, não é um perdulário, foi sempre tido como mão-fechada. Por

que se meteu a ser banqueiro?! Quem foi que lhe meteu isso na cabeça?". Ele: "Na verdade, o meu genro disse que era uma questão de *status*. Hoje, desconfio que ele queria era um emprego, e só tive dor de cabeça". Perguntei: "Mas, afinal, o banco aumentou o seu *status*? Aumentou o seu crédito na praça?". Ele: "Pensando bem, não. Porque, no momento em que virei banqueiro, os bancos que me davam crédito passaram a me considerar concorrente e a me dar menos. E, como esse banco nunca cresceu, e só me dá problema, eu diria que é a parte mais fraca do meu negócio". Eu disse: "Então, o senhor já deu a solução. O senhor vende". Ele: "Mas o senhor me dá tempo para vender? O senhor disse que vai fechar...". Respondi: "O seu banco não tem patifarias, tem incompetência, e vai à garra pela incompetência. Agora, o senhor merece alguma consideração. O senhor não é um patife, o seu banco não tem estelionatos. Eu lhe dou um mês, lhe dou alguma assistência financeira, a juro de mercado, lhe compro papéis bons... traga a lista dos papéis que o senhor tem, mande um borderô". Hoje acabaram com o borderô, dizem que é antiguidade. Mas borderô era uma beleza. O Banco Central comprava um papel aceito por uma boa empresa, o sujeito fechava, ele botava em cobrança no Banco do Brasil e recebia. Nunca tive fundos públicos para emprestar a banco, emprestei muito a bancos e nunca perdi um tostão. O fato é que o homem vendeu o banco para o Bradesco, que queria ampliar suas agências e, naquela época, não se concedia carta-patente com muita facilidade.

É claro que também havia grupos importantes, banqueiros de bancos tradicionais, de excelente qualidade. Aquilo que não era de boa qualidade representava pouco, percentualmente, do sistema. Mas havia um processo de chantagem, sempre presente, em que, por causa de um banquinho, todo mundo se amedrontava e havia uma corrida geral. Vinha aquela boataria de que os bancos bons também estavam sofrendo. Era uma chantagem danada que, até certo ponto, assustava um pouco os bons bancos.

E como o senhor lidou com os bons bancos?

Uma das funções que desempenhei foi a de chamar os bons banqueiros – em conjunto e depois um a um – e dizer: "Não se preocupem. Não

vou dar tostão para os patifes, que são pequenos, são poucos; e se houver alguma exploração, o Redesconto está aberto para vocês. Saquem o que for necessário". E o curioso é que os bons bancos – que eram a maioria, representavam 90% do movimento bancário – eram tão preocupados e tão conservadores que não iam ao Redesconto.

Ao mesmo tempo em que eu dizia não, enfrentando algumas altas patentes mal orientadas – porque depois elas reconheceram –, tive casos de sabotagem a bancos bons. Tive um caso com um dos bancos mais tradicionais, um daqueles que não vão ao Redesconto porque acham que alguém pode pensar mal deles. Era preciso o diretor do Redesconto dizer: "Não, o redesconto de comercialização, você deve utilizar". É preciso lembrar que na época não havia o mercado aberto. Os instrumentos da autoridade eram toscos, eram mais grosseiros, mais violentos. Tínhamos o Redesconto e era preciso operar por meio dele. Mas os bons bancos, que eram o grosso do sistema, não gostavam. Daí termos separado o redesconto de liquidez da Camob, que desde o início ficou praticamente morta. Porque a conotação que ficou era: banco que está na Camob está quebrado. Se saísse esse boato, o banco sofria uma corrida. A Camob tinha sido criada em 1930 e poucos, foi ficando, ficando, e para lá foram os cadáveres, os casos mais escabrosos. Ficou com um péssimo nome. No entanto, a função da Camob seria a assistência financeira de emergência ou de mais longo prazo. Que não é palavrão nenhum. Mas acabamos com ela. Não só por incorporação ao Banco Central, mas porque o nome era péssimo. Você dava atendimento a um banco bom, que estivesse passando por certa dificuldade, e se saísse a notícia de que estava na Camob, ele quebrava.

Veio me ver o diretor-geral desse banco, um verdadeiro banqueiro. Alguém uma vez disse a respeito dele: "Isso é um banqueiro inglês". Respondi: "Não, você está elogiando o banqueiro inglês. Acho que eu não conheço nenhum banqueiro inglês – e conheço vários – que seja tão bom quanto ele. Acho que ele é mais banqueiro que aqueles sujeitos que conheci pessoalmente que estão lá na City" – há alguns pelos quais tenho uma grande admiração, de uma geração que já está morrendo; a nova geração está mais para [Ivan Frederick] Boesky do que para *sir* George [Lewis French] Bolton. Mas esse episódio é

importante porque mostra o terceiro caso, o do competente que, às vezes, precisa de ajuda. É preciso tratar diferencialmente esses casos diferentes, e não se esconder atrás de um regulamento.

O que aconteceu foi que, na transição do João Goulart para o Castelo Branco, esse banco, de fato, tinha uns três funcionários subversivos. Havia um plano qualquer de desmoralizar os bons bancos conservadores, ou roubar ou atacar. E eles fizeram um programa. Três funcionários telefonavam para os clientes e diziam: "Senhor fulano de tal, a sua conta é número tal, não é? Eu sou o encarregado da sua conta. O senhor tem o seguinte saldo...". O cliente: "Tenho, sim". "Pois venha retirar correndo, que o banco está quebrando". O banco era tão bom que o diretor superintendente telefonou para algumas empresas, avisou que estava correndo risco, e a resposta foi: "Isso é um absurdo! De quanto você precisa? Eu tiro de outro banco e deposito para você!". Era tal o prestígio do banco que essas grandes empresas não acreditaram no boato. Mas o "zé povo", as pessoas para quem aqueles funcionários telefonaram, começaram a sacar. O diretor então veio me ver e me contou o que se passava. Eu disse: "Olhe, para o seu banco, estamos abertos aqui". Ele respondeu: "Você estabelece o limite". Eu: "Não. Você vai sacar o que achar necessário, e tem que sacar hoje, porque agora é que está havendo a exploração". Ele: "Então, eu mando o borderô". Eu disse: "Não, você vai inaugurar o novo sistema: para você é nota promissória. Não vai perder tempo com borderô. O importante é você sacar já!". Ele disse: "Bom, mas não sei se em quinze dias...". Respondi: "Não pensa em quinze dias, rapaz. Se você vai começar a reduzir os empréstimos para poder pagar antes do tempo, vai confirmar a boataria. Leva por 30 dias, já sabendo que depois leva por mais 30. Estou lidando com alguns patifes, aqui. Agora, um banco sério, eu tenho que tratar de forma diferencial. Assumo e depois explico para o ministro. Um banco da sua importância, se for à garra, vai ser um problema. Eu tenho uma justificativa moral, de defesa do sistema. Não se trata só do fato de que você merece, como banco. É o sistema que está sendo defendido quando eu defendo você".

Num caso desses, um administrador de banco central tímido – honesto, mas tímido – faria o seguinte: "Eu quero ver o borderô do

banco, antes. Muito bem. O banco é bom. Dou 50%". Você não pode dar 50%! Se o sujeito tem um problema, estourou na compensação, tentou cobrir, não conseguiu, quando ele vem, é a hora de fechar a compensação. Você não pode nem conferir, mandar ver se é mesmo, se ele está precisando. Tem que dar. Manda ver depois. E tem que dar a quantia que ele pediu. Se der a metade, ele quebra porque você só deu a metade. É por isso que nas inspeções e no conhecimento individual do Banco Central com os banqueiros é que você conhece o sistema. Você sabe distinguir o bom do patife, por exemplo.

Vejam o que fizemos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), que tentou transferir o poder de emissão de papel-moeda para o estado via banco oficial. Um dia, o Banrisul disse: "Estourou a compensação. Precisamos de Cr$500 milhões". O gerente do Banco do Brasil que fazia o redesconto me telefonou: "Doutor, o que é que eu faço?". Eu disse: "Dá". Mandei pagar, no escuro, Cr$500 milhões. E mandei verificar o que era. "A praça está nervosa, há um movimento de corrida...". Telefonei aos outros bancos para conferir: "O quê? Em Porto Alegre?! Pelo contrário, estou recebendo depósitos. Nunca houve tanta tranquilidade". Liguei para o gerente: "Vai ao Banco do Estado procurar o que é. Vai lá". Sabem o que era a tal dificuldade imprevista? A Brigada Militar tinha recursos depositados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, banco oficial. E a Caixa Econômica do estado disse ao pessoal da Brigada: "Vocês estão perdendo dinheiro. Transfere para cá que pegam um jurozinho". E eles fizeram isso! Foi esse saque de Cr$500 milhões. Para poderem pagar, eles tiraram no Redesconto. Ah, quando eu soube, eu disse: "Manda essa diretoria toda voando para cá de avião. Já!". Peguei o pessoal todo e disse: "Olha, essa conversa que vocês fizeram, de praça quente, e não sei o que mais, foi um papelão triste. Já conferi e vi que foi uma triangulação. Isso é papel de moleque. De moleque! Estou preocupado, não pelo fato de que vocês passaram a perna e amanhã vão tentar passar a perna de novo, vão fazer emissão de papel-moeda para o estado do Rio Grande do Sul dizendo que têm problemas no Redesconto para atender às atividades normais. O que me preocupa é que vocês mentem! Não posso esperar para conferir se vocês estão precisando ou não. Porque podia ter sido uma corrida, podia ter sido uma coisa grave. Imaginem que amanhã haja uma coisa grave, vocês

peçam dinheiro, e eu diga: 'Não, esses caras são moleques. Não vou dar dinheiro'. Vai acontecer como na história do garoto que gritava: 'Olha o lobo!'. Um dia, ele gritou, era o lobo mesmo e ninguém foi. O que está me preocupando é isto: falta de entendimento da autoridade monetária com o sistema. Na base de molecagem, não dá para funcionar! É perigoso demais!".

Aliás, um ex-ministro da Fazenda fez uma molecagem comigo. Gordo, forte. Ele pagou cheques do estado de São Paulo, estourando a conta do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), e pediu no Redesconto um valor que era 70% do rombo do orçamento monetário aprovado pelo CMN. E teve que levar sua lição. Mandei anular os cheques. Ameacei o Banespa de expulsá-lo da compensação. "Ah, você está blefando". Eu disse: "Não. E não vai acontecer nada. Corrida? Não acontece corrida. É um banco oficial de prestígio. Vai ser um vexame para vocês, sair a notícia de que o Banespa teve seu cheque devolvido pela compensação".

Isso aconteceu quando Delfim Netto era secretário de Fazenda, no governo Laudo Natel?

Delfim era secretário de Fazenda. Ele até me disse: "O Ademar me deixou esse abacaxi". Ademar [Pereira] de Barros tinha passado o governo.

Então, para resumir, foram esses os problemas que encontramos. Citei alguns exemplos, para mostrar também como é importante trabalhar com pessoas da área. Não pode "botar um estrangeiro". "O estrangeiro", até que aprenda, já está na hora de ir embora. Ou uma pessoa estritamente da área acadêmica. Por mais rápida que seja, é humanamente impossível ela aprender tudo na hora. Acaba aprendendo, mas leva algum tempo. Vai ser muito enrolada. Nós contávamos com uma equipe antiga que "não comia gato por lebre". Eram todos bancários havia muitos anos. Em tudo isso, o funcionalismo do Banco do Brasil deu uma colaboração indispensável, justamente porque você não forma gente de uma hora para outra. Você precisaria de 10, 15 anos para formar esse tipo de gente, capaz de enfrentar banqueiro, de conhecer validade de papel, até o modo de trabalhar dos malandros. Apesar de tudo, tínhamos um sistema bancário, como eu disse, de muito boa qualidade. Infelizmente os

banqueiros, em geral, são mal afamados, porque o que sai nos jornais é sempre contra eles. Mas o sistema brasileiro sempre funcionou muito bem, mesmo com deficiência de fiscalização.

O senhor mencionou que, naquela época, preferia-se incorporar os bancos que quebravam a bancos mais fortes.

Eram incorporados. Graças – permitam-me fazer uma observação algo cínica – à suspensão das cartas-patentes, cuja liberdade de concessão é agora um princípio constitucional.[36] Como naquela época a concessão ficava à discrição da autoridade monetária, o CMN manteve por algum tempo a não emissão de cartas-patentes. Porque precisávamos fazer uma limpeza no sistema. Tínhamos algumas centenas de bancos. Então, os grandes bancos, bem administrados, iam comprando os pequenos, os médios, os mal administrados. Isso era um estímulo à consolidação. Ainda outro dia, conversava com um banqueiro americano e ele dizia: "Vocês tiveram aqui três *cracks* sérios de Bolsa: em 1970, em 1971 e em 1986, com esse entusiasmo do cruzado – foi lá em cima e caiu. E estão tendo agora, em 1989. E nenhum dos três processos provocou uma recessão ou uma depressão ou uma quebradeira do sistema financeiro. A que você atribui isso? À qualidade do Banco Central?". Respondi: "Atribuo à qualidade do banqueiro brasileiro. Porque o banqueiro brasileiro, o banqueiro privado, não financia especulação de Bolsa. Ponto. Agora, nesse caso Nahas, é que apareceram um pouco, mas um pouco. Assim mesmo, os grandes bancos, na sua maioria, não financiaram. E os que entraram, entraram marginalmente, subsidiariamente. É essa a explicação".

O fim dos mandatos

Na passagem do governo Castelo Branco para o governo Costa e Silva, verificaram-se algumas rupturas na área econômica.

É. Houve um trauma.

36 O artigo 192 da Constituição de 1988 tornou inegociáveis e intransferíveis as autorizações para o funcionamento de instituições financeiras, de seguro e de previdência, extinguindo as cartas-patentes, como eram conhecidas as autorizações para o funcionamento dessas instituições.

A equipe econômica mudou, e Delfim Netto foi para o Ministério da Fazenda. Denio Nogueira conta que, em 1967, toda a diretoria do Banco Central, embora tivesse mandato, foi obrigada a pedir demissão.[37] *Como foi isso?*

Denio conhece muito o assunto. Não só conhece como se emocionou muito. Foi, de todos nós, o que mais se emocionou. Porque ele vinha comprando essa briga como uma coisa pessoal mesmo, e é um tipo de temperamento forte. Ficamos num dilema. Quando fizemos o Banco Central, sabíamos que aquela era a primeira regulamentação, era um princípio novo no Brasil, mas achávamos que o governo Castelo Branco ia ser o último da intervenção militar. Acreditávamos que a intervenção militar fosse passageira. Ninguém podia pensar que os militares ficariam vinte anos. E foi por isso que trabalhamos depressa, às carreiras. A nossa sorte é que tratávamos do assunto havia muitos anos. Porque, senão, a qualidade teria caído mais, bastante mais.

Nosso princípio básico foi de que o Banco Central tinha que ter um razoável grau de autonomia e independência. Outro princípio foi o mandato dos diretores por período certo. A nomeação para o Banco Central tinha que ser ratificada pelo Congresso, o presidente não podia nomear diretamente nem demitir *ad nutum*. Se o Banco Central é importante, não pode ser uma repartição do governo. O negócio tem que ir para o Congresso. Congresso é debate público: entra a imprensa, entra a opinião, e isso cerceia o poder do Executivo em cima do Banco Central, sem transformá-lo num poder autônomo. Isso era muito importante.

Na mudança de governo, como tínhamos redigido a lei e havíamos sido os primeiros eleitos com mandato certo e aprovação pelo Congresso, nós tínhamos – essa é a primeira ponta do dilema – obrigação, na circunstância, de pedir, à velha moda brasileira, nossa demissão. Quando mudava o governo, todos os diretores pediam demissão. Mas nós não pudemos pedir demissão, porque tinha mudado o sistema. Então, nossa atitude foi mandar dizer ao Delfim: "Não vamos pedir demissão". Foi o que dissemos, informalmente. E o Delfim ficou cheio de dedos, porque ele também ia ser ministro pela

37 Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

primeira vez. Veio falar conosco, disse: "Estou muito constrangido, Casimiro, porque a decisão política é mudar todo mundo".

Por que essa decisão política?

Primeiro, porque o Costa e Silva e a esposa dele tinham diferenças com o Castelo e os militares auxiliares do Castelo. Costa e Silva não se acertava com Castelo nem com Golbery [do Couto e Silva].

Não tinha sido, inclusive, o candidato de Castelo Branco.

Não tinha sido. Costa e Silva era do tipo bonachão, boa-praça. A própria senhora dele, dona Yolanda [da Costa e Silva], não escondia a hostilidade que tinha em relação à gente do Castelo, inclusive o Golbery. Os casos ficaram famosos, porque ela era muito extrovertida e falava na frente das pessoas. Então, havia, vamos dizer, essa coisa um tanto ridícula de, dentro de um sistema de autoridade dos próprios militares, entrar um governo com tanto desentendimento de ordem pessoal. Sem falar nos desentendimentos políticos: o Ato Institucional, por exemplo, foi um trauma. Costa e Silva entrou realmente com uma gana em cima do governo Castelo Branco, como se fosse um governo de oposição, dos velhos tempos. Muito envenenamento, muita coisa.

Mas não houve também uma decisão de mudar a política econômica? Com Delfim Netto começou a expansão.

De fato, nós tínhamos limpado a casa, feito aquela austeridade desagradável, que é necessária. Reformamos as instituições, para ver se as instituições, modernizadas, podiam funcionar autonomamente, embora isso sempre dependa da qualidade das pessoas. Limpamos a área financeira, recompusemos a dívida externa. Não foi difícil conversar com o FMI – eu fui o chefe da missão que negociou. Eles concordaram com o nosso plano. Não foi, como dizem, "que o FMI impôs um plano ao Brasil". Nosso plano foi aprovado. Bulhões e Roberto Campos não foram a Washington, como vão os ministros agora, a toda hora, conversar, para levar um não. Quem foi fui eu, em nome do governo: "Vim fechar o negócio". Na hora de assinar, mandou-se o texto, que eu tinha redigido, para o doutor

Bulhões, e ele assinou. Eles aprovaram o *nosso* programa. Isso mostra que, quando você tem um programa sério, você não tem grandes dificuldades, seja com o FMI, com o Banco Mundial, com os bancos credores. Você infunde confiança nos credores. Nós tínhamos limpado tudo. Sobretudo no que se refere à inflação, removemos as principais distorções de preços relativos, que eram essenciais para o funcionamento eficiente da economia. Como já disse, achávamos que íamos ficar por pouco tempo, e daí a correria. Sabíamos que primeiro era preciso limpar a casa, para depois fazer o desenvolvimento. Aliás, o Programa de Metas do Juscelino, escrito por Roberto Campos e Lucas Lopes, de que participei, já previa isso: nos dois primeiros anos do Juscelino, se botaria a casa em ordem, depois se investiria.

Quando entrou o Delfim expandindo, portanto, era hora de expandir, era hora de mudar a política. Não mudar para o extremo oposto, mas afrouxar. Porque há um limite em que você pode apertar as coisas. Nós já estávamos afrouxando na dosagem dos instrumentos, porque não se pode, mesmo num governo forte, controlar as repercussões na economia. Estava na hora. Restabelecido o crédito no exterior, já estavam aparecendo as ofertas de dinheiro. O Brasil tinha luz verde do FMI.

Delfim Netto então colheu os frutos do governo Castelo?

Sim. Ele pôde aumentar o endividamento do Brasil porque aumentaram as reservas brasileiras. Ele colheu os frutos daquele prestígio. E não se tira com isso o mérito de quem fez a fase de expansão. O "milagre" foi construído em cima da seriedade. E esse crédito que o Delfim conseguiu, que o Brasil conseguiu no mercado particular, e continuou a conseguir, mesmo depois do primeiro choque do petróleo, é legítimo. O Brasil tinha mostrado que era gente, que sabia administrar sua economia. E mesmo na parte de expansão havia talento – Delfim é um homem de talento.

Delfim entrou na hora certa. A opinião pública não entendeu, nem os empresários: "Ah, Delfim é que é o homem. Queriam quebrar o Brasil!". Não. Ele veio na hora certa. Delfim não teria sacado o que sacou no exterior se não fosse o bom nome restabelecido. Porque o Jango [João Goulart] não obteria um tostão dos bancos internacionais. A

demonstração de seriedade perante o FMI, perante os banqueiros, perante todos foi o que nos permitiu sacar os recursos necessários. Foram duas etapas que se completaram. Foi até bom que viesse um manda-brasa, de certa forma. Eu tenho a impressão de que se o doutor Bulhões e o Roberto ficassem mais tempo, iam afrouxar uma série de medidas. Talvez não tanto. É assim mesmo: primeiro você limpa a casa, depois você vai para a expansão. Mas com crédito, pegando melhores taxas de juros, melhores prazos.

Agora, o que ficou constrangedor na mudança de governo foi o exagero. O próprio Delfim me disse – são palavras dele: "Casimiro, eu não comando os acontecimentos. Me convidaram, o próprio Costa e Silva me convidou, e eu acho que é uma obrigação aceitar. Mas estou sentindo o ambiente, eles querem mudar, porque é a moda brasileira. Eu acho um absurdo tirar uma pessoa como você". Eu disse: "Ô, Delfim, não leva para o lado pessoal. Tem coisa muito mais importante". Ele: "Não, mas você é uma pessoa que está aí, que ajudou. Tirar você daí? Sem falar de outros. Como? Não faz sentido! E me colocam, como ministro, um problema, porque eu vou ter que arranjar uma pessoa. Eu busco alguém na área acadêmica, muito bem, mas esse sujeito ainda vai aprender as coisas".

Mas havia um aspecto formal, porque tínhamos que preservar o princípio de que o Banco Central tinha uma administração independente, que cumpria os seus mandatos. Só se interrompia o mandato se houvesse um processo por crime, comprovado. Eles então sugeriram, informalmente, que pedíssemos demissão, renunciássemos ao cargo. Porque não podíamos ser demitidos, pela lei. Aliás, eles não sabiam bem fixar isso. Tanto não sabiam que o homem que veio suceder ao Denio na presidência do Banco Central, um professor de engenharia de São Paulo, Ruy Leme, ficou constrangido de nos perguntar como funcionava a coisa. Sabem o que ele fez? Mandou fazer um decreto de nomeação da nova diretoria do Banco Central e dele, como presidente. Os decretos foram recusados no Senado, devolvidos, porque os cargos não estavam vagos. Aí ele aprendeu, viu que tinha sido mal feito. Nós tínhamos que pedir demissão. Vagando os cargos, faziam-se as nomeações. Eles não queriam ouvir o Congresso, mas tinham que ouvir, até que se mudasse a lei. O ambiente foi azedando,

e nós levamos a nossa resistência até certo ponto. A partir de certo ponto, você podia até prejudicar o Banco Central como instituição. O receio era que, pela nossa intransigência, pudesse até vir uma mudança da lei, porque o Congresso estava muito obediente ao Executivo. O Executivo mandava, eles mudavam. Então, dissemos: "Delfim, chega de constrangimento. Vamos renunciar aos nossos cargos". E ao Ruy Leme: "Estamos à sua disposição. Você vai ser o próximo presidente. Já está decidido que vamos sair. Nós estamos preocupados é com o Banco Central, não com a nossa vaidade. E com certos princípios. Estamos à sua disposição, você nos convoca e somos seus assessores para facilitar a transição. Você não pode adivinhar como funciona, vem de fora, nunca trabalhou nesse ramo". Foi um período de atrito. E o Denio foi muito contundente, para o pessoal acordar para o problema. Essa resistência calou fundo em alguns militares.

A mudança da lei do Banco Central infelizmente foi feita, e não pelo Delfim, pelo Mário Henrique Simonsen.[38] Muita gente acha que foi com o Costa e Silva e com o Delfim que houve a mudança na lei, mas não foi. Quando o Mário Henrique assumiu o Ministério da Fazenda – coitado do Mário Henrique –, a primeira lei de economia que ele levou ao Geisel – recebeu instruções para isso, evidentemente – fazia as seguintes modificações na estrutura legal: "Os diretores do Banco Central são nomeados pelo presidente da República, sem audiência do Congresso. São demissíveis *ad nutum*. Não têm mandato certo. Não têm mais quatro votos no Conselho Monetário Nacional. Apenas o presidente tem voto". Antes, os quatro diretores do Banco Central, o presidente e mais três, tinham votos individuais no CMN, para contrabalançar o Banco do Brasil, o Ministério da Fazenda etc. Isso foi julgado importante, como parte do *checks and balances*, do sistema de equilíbrio de forças. Era o preço a pagar para botar o ministro da Fazenda lá. Como prêmio de consolo, a nova lei criou mais dois cargos executivos no Banco Central. O que deve ter sofrido o Mário com isso... é que ele estava no bolso com uma outra coisa importante, que conseguiu: fez a lei das S.A., dois anos depois, e criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tirando

38 A Lei 6.045, promulgada em 15 de maio de 1974, no início do governo Geisel, que tinha Mário Henrique Simonsen como ministro da Fazenda, acabou com os mandatos fixos para a direção do Banco Central.

do Banco Central a função executiva de controle do mercado de capitais.[39] Isso o Mário Henrique conseguiu. Inicialmente, as funções de fiscalização do mercado de capitais estavam no Banco Central. Julgamos necessário, porque no banco estava a equipe que nós conhecíamos, as pessoas confiáveis. Pensamos: "Se nós criamos um órgão aí, os corretores tomam conta, e o órgão não regula nada". Nós tínhamos um grande receio de que uma CVM, se não fosse feita com cuidado, virasse clube de corretor. Felizmente não foi assim. Roberto Teixeira da Costa patrocinou. Um grande espírito público. Nós tínhamos posto tudo junto, a formulação da política para o mercado de capitais e a fiscalização, e o Mário separou, acertadamente, a parte de fiscalização e regulação, com a CVM, e botou o presidente da CVM como membro do CMN, mantendo o princípio de que o Conselho formula em conjunto, coordenadamente, as políticas monetária, bancária, mercado monetário e mercado de capitais. E ainda as atividades financeiras de seguro de capitalização e fundos de pensão. Mas ele perdeu, tristemente, no início. Tanto perdeu que, anos depois, já fora do poder, fez uma proposta de que a nomeação para o Banco Central tivesse aprovação do Senado. Tentou trazer de volta o princípio, quando já não tinha mais poder para influir. Quer dizer, quando tinha poder, perdeu, coitado. Sofreu, mas em compensação conseguiu a nova lei das S.A., ajudado pelo Bulhões Pedreira.

A briga da conta movimento

O senhor mencionou que, em 1978, houve uma briga por causa da conta movimento do Banco Central. Como foi isso?

Depois que saímos do governo, o Banco Central começou a andar um pouco para trás, a ser reabsorvido pelo Banco do Brasil. E chegou a certo ponto em que me assustei. Eu não era do governo, estava

39 A Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tinha como objetivo, segundo Mário Henrique Simonsen, "criar a estrutura necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no país, imprescindível à sobrevivência da empresa privada". A partir dessa lei as sociedades anônimas passaram a estar conectadas com a organização de mercado de capitais, sob a supervisão da CVM, criada pela Lei 6.385, 7 de dezembro de 1976. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

como presidente da Associação dos Bancos de Investimentos, mas esqueci os meus deveres de defensor da classe para defender o Banco Central. Criei um escândalo público sobre a conta movimento, de tal forma que ninguém pôde ignorar o problema. A briga levou três anos para pegar, e só depois que pegou eu me afastei, deixei a coisa andar sozinha, não me meti mais.

O problema era que, por meio da conta movimento, o Banco do Brasil sacava em aberto no Banco Central e comunicava *a posteriori*. Quando fui olhar a conta movimento, ela tinha excedido o papel-moeda em circulação! Tinha ultrapassado o tamanho da base monetária! Chamei a atenção do pessoal, e não fizeram nada. Eu digo: "Acabou-se o Banco Central. Temos uma simbiose de duas instituições gigantes: o Banco do Brasil e o Banco Central são irmãos siameses!". Era pior que o banco misto, porque o Banco Central tinha a aparência de banco separado, independente, e não se apuravam as responsabilidades. Uma revista americana, não sei como, até estampou essa história. Eu falei aqui numa conferência no Banco Central, e eles reproduziram: "*Siamese twins defines Central Bank in Brazil*". Saiu numa revista americana, e foi um escândalo. Aí eu pus todo o pessoal novo da área universitária, que estava chegando, com sede de estudar, a par do problema, para eles comprarem a briga. E eles compraram.

A conta movimento era uma subconta. Muita gente dizia: "Não, isso é conta de dupla entrada. O resultado líquido é zero. Não tem importância". E o Banco do Brasil mantinha o segredo. E o pessoal do Banco Central ficava tímido para entrar numa briga desagradável. Mas resolvi comprar a briga, e a área universitária também comprou. O último capítulo foi com o Maílson da Nóbrega, que fez a separação.[40] Porque era uma farsa! Eu estava vendo o Banco Central de novo sendo engolido pelo Banco do Brasil. Fiz a denúncia: "Os livros-textos estão dizendo que houve uma reforma em 1964, que foram separadas as

40 A conta movimento, resultante de disposições da Lei 4.595 que autorizavam o Banco do Brasil a assumir encargos, serviços, pagamentos e recebimentos a cargo do Banco Central, devia ser encerrada semestralmente, e seu saldo devedor pagava juros de 1% a.a. Ao longo do tempo, transformou-se em um mecanismo de financiamento direto de programas do Banco do Brasil pelo Banco Central, fora do escrutínio do Congresso e do orçamento monetário, embutindo subsídio considerável. Em 1978, o saldo da conta chegava a 78% da base monetária. O mecanismo foi extinto na gestão de Maílson da Nóbrega no Ministério da Fazenda, em 1989.

funções, mas não é verdade. Temos que corrigir os livros-textos. Ainda não foi criado o Banco Central!". Dramatizei, para chocar.

Como se criou esse problema? Qual a origem da conta movimento?

Aconteceu o seguinte. O Banco do Brasil jamais se conformou em deixar de ser autoridade monetária. Eles acreditam em banco central misto e acham que se pode fazer tudo no Banco do Brasil. Na época da criação do Banco Central, tivemos que negociar, em parte até por alguma consideração pelo Banco do Brasil. E, na negociação, como tínhamos que montar o Banco Central e levar 1, 2 anos, dependendo das carteiras do Banco do Brasil, concordamos, em primeiro lugar, que os depósitos voluntários dos bancos para a compensação de cheques ficassem, temporariamente, no Banco do Brasil. O serviço de compensação de cheques já era feito pelo Banco do Brasil, como ainda é, e eles queriam ficar com os depósitos.

O ponto de vista que eu e os meus companheiros levantamos na época foi que os depósitos voluntários dos bancos não podiam ficar no Banco do Brasil. Eles diziam: "Ah, mas é que o Banco do Brasil já faz a compensação...". Nós dizíamos: "Compensação de cheques, o trabalho material de reunir representantes de bancos, trocar os cheques e cancelar mutuamente, pagar – todos eles pagam entre si o líquido –, pôr um cheque a débito da conta que todos mantêm no Banco Central, isso é outra história. O que é importante é essa conta. Não é o trabalho material de compensação. Isso, a associação bancária pode fazer, qualquer banco importante pode fazer". Argumentávamos, em suma, que serviço de compensação de cheques é uma coisa, base monetária é outra. Base monetária é moeda emitida pelo Banco Central. E moeda emitida não é só o papel-moeda, é a moeda criada. Quando o Banco Central aceita um depósito à vista de um banco, ele cria base monetária. Isso é moeda, *high powered money*, como diz o americano, porque é mais forte, tem potencial de expansão monetária muito maior do que papel-moeda. Papel-moeda já saiu de moda, já era, já não tem importância. Ainda há, historicamente, uma preocupação com papel-moeda, mas não tem importância nenhuma, a não ser atender a um tipo de pagamento que as pessoas ainda fazem enquanto o cartão magnético não eliminar de todo o papel-moeda.

Ficam dizendo: "Ah, as emissões de papel-moeda!", mas isso não tem mais importância. A não ser uma importância psicológica, se o governo não honrar. Daí a impressão histórica das crises, em que as pessoas sacavam depósito em papel-moeda nos bancos, aquela história toda. Mas economicamente, o importante são os depósitos à vista dos bancos no Banco Central. É o *high powered money*, que há uns quinze anos se chama de base monetária.

Essa distinção pode parecer um detalhe técnico, mas fazia uma diferença enorme, porque várias vezes eles ganharam a discussão, inclusive de alguns economistas bastante competentes, enrolando-os nessa conversa: "Os depósitos para compensação de cheques têm que ficar no Banco do Brasil, porque o Banco Central não vai ter trezentas agências. Logo, a base monetária tem que ficar no Banco do Brasil". Nós dizíamos: "Não, espera aí. Logo, a base monetária fica no Banco do Brasil, não! Logo, a compensação de cheques fica com o Banco do Brasil. O Banco Central vai ter umas doze delegacias que vão representar 90% dos depósitos dos bancos, e os depósitos para liquidar na praça, os 10% restantes, podem ficar no Banco do Brasil, como mandatário do Banco Central". Mas eles ganharam a discussão na pressão e ficaram com os depósitos. Criou-se esse monstrengo técnico. Porque a parte mais importante da base monetária ficou no Banco do Brasil. E vai você controlar base monetária com eficiência quando você fica numa outra instituição? A não ser que você tenha uma cooperação extraordinária.

Esse foi um erro inicial. Redigimos a Lei do Banco Central de tal forma que, se forem ler o texto, verão que não chega a ser contraditório, mas está mal escrito. Deliberadamente mal escrito. Quando você negocia um texto técnico, ele, do ponto de vista técnico, não fica bem escrito. Num item do texto se diz: "Compete ao Banco Central receber, com caráter de exclusividade, os depósitos voluntários e os compulsórios dos bancos" – a base monetária. Quem recebe ou quem cria é o Banco Central. Coisa essencial. E, mais adiante, nas disposições transitórias, lê-se: "O Banco do Brasil fará a compensação de cheques, podendo receber depósitos dos bancos para compensação, mediante acordo com Banco Central". Ficou uma coisa ambígua. Mas o Banco do Brasil disse que não, que a lei lhe dava esse privilégio de ficar com

o depósito. Foi um erro de origem. Foi uma concessão. Com isso, para ter a estatística da base monetária como um todo, você tinha que consolidar a conta do Banco do Brasil com a do Banco Central. Daí se chamar de autoridade monetária o Banco do Brasil. É uma função de autoridade monetária, gerar base monetária. Mas também era preciso haver depósito no Banco Central. Então, os depósitos compulsórios ficaram no Banco Central; e os voluntários, que são a parte viva, ficaram no Banco do Brasil. Mas isso não foi o pior. Foram duas coisas. O segundo aspecto é que, como o Banco do Brasil ficou como agente do Tesouro e agente do Banco Central, para aliviar o Banco Central em tarefas administrativas na transição, criou-se uma conta movimento, a que ninguém deu importância. Por essa conta movimento, o Banco Central supria recursos para o Banco do Brasil, e o Banco do Brasil apresentava a conta de coisas que gastava. Era uma conta que devia ser liquidada semestralmente – ia a zero, semestralmente. E, pelo saldo devedor, pagava 1% de juro.

Com o passar do tempo, eu começo a olhar aquela conta movimento, e ela está crescendo, crescendo. Aparecia nos dois lados, mas um lado, o devedor do Banco do Brasil, era muito maior. Quando ela passou o valor do papel-moeda em circulação, levantei a bandeira vermelha, comecei a gritar. Tentei motivar algumas pessoas, mas o negócio era muito complicado. Os poucos que entendiam, no Banco do Brasil, não queriam falar no assunto. Levei ao ministro da Fazenda, na época, o Delfim. Ele disse: "Casimiro, que diabo, está crescendo. Eu não tinha visto que tinha crescido tanto. Mas não é conta dupla?". Respondi: "Não, é líquido". Ele disse: "Foi bom você me avisar. Vamos ficar de olho nesse negócio. Mas é muito complexo, hein? E a gente precisa também levar em conta as nossas relações com o Banco do Brasil. É muito delicado".

Sai o Delfim, entra o Mário Henrique. Quando fui falar com o Mário, já tinha atingido o valor da base monetária! "Se o débito do Banco do Brasil, em conta aberta, já é igual à base monetária, isso significa que a base monetária está entrando em circulação por meio do Banco do Brasil. Que negócio é esse? Voltamos ao tempo da Sumoc. Pior. O Banco do Brasil está absorvendo o Banco Central. O problema não é só que uma parte da base monetária ficou institucionalmente, por

meio dos depósitos voluntários para a compensação de cheques, no Banco do Brasil, quando devia estar no Banco Central. O problema é que o Banco do Brasil está absorvendo o Banco Central!". Fui verificar, e a caixa era o Banco do Brasil! E ele comunicava uma semana depois ao Banco Central que tinha gastado valores tremendos, a 1%, que eu descobri depois que nem mesmo estava sendo pago. Havia um subsídio às operações, e em parte o Banco do Brasil alegava que era para a agricultura. Eu digo: "Não vou discutir se é subsídio ou não. Então põe uma tabuleta: 'É subsídio'. Mas não deixa ficar como está!".

A conversa com Mário Henrique foi difícil, porque ele já estava sofrendo com a história de que tinha sido um instrumento para reduzir as potencialidades do Banco Central. Eu disse: "Mário, você reduziu o *status* do Banco Central. Mas há mais: uma parte da base monetária está sendo mantida no Banco do Brasil, e agora o Banco do Brasil deve ao Banco Central um valor que já está ultrapassando a base monetária. Está se destruindo o que se fez!". Ele não quis brigar. Estava com a ideia da lei das S.A. e da criação da CVM, que conseguiu. A briga dele era essa. Deixou outras brigas de lado para se concentrar nessa, em que foi vencedor. Eu disse: "Bom, vou te ajudar, Mário Henrique. Vou alardear isso por aí".

Aproveitei, então, a conferência de comemoração dos quinze anos do Banco Central, para a qual, como fundador, fui convidado. Estava lá o professor Alan Meltzer, monetarista emérito, meu conhecido, cujo aluno aqui no Brasil era Antônio Maria da Silveira, professor da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV (EPGE/FGV). Fiz a conferência e, antes, conversei com o Alan Meltzer, que não conseguia entender aquele troço. Quando expliquei, ele disse: "Pela primeira vez eu ouço uma explicação que faz sentido na estatística. Mas como é que, na análise estatística, eu não sinto nada do que você está mostrando?". Eu digo: "A estatística é a consolidação das contas das autoridades monetárias. A conta movimento é eliminada. Por definição, consolidar é eliminar os débitos e créditos recíprocos e ressaltar apenas o patrimônio real, as dívidas e as relações com o resto do país e do mundo. A conta movimento, na consolidação, desaparece". Na área toda de pesquisadores, ninguém via o problema. É claro que viam a expansão da base monetária aqui e viam a expansão

da agricultura ali. Mas essa distorção do Banco Central, eu tive que denunciar. Porque a própria estatística não mostrava.

O Alan Meltzer se motivou muito. Eu fiz uma conferência, ele fez outra, me apoiou muito, mas acabou melindrando o Mário Henrique. O Mário Henrique estava cheio de problemas políticos na área dele, e vem o Alan Meltzer, de público, falar naquele problema. Os jornalistas também começaram a perguntar sobre a conta movimento. O Mário Henrique ficou muito triste, e o Alan Meltzer, também. Ele disse: "Então não se pode fazer política monetária nesse país". Mário Henrique respondeu: "Não, eu posso. Com os instrumentos que tenho, mesmo assim, posso. E estou fazendo".

Os recursos da conta movimento saíam fundamentalmente para a área rural?

Saíam para tudo. Não tinha etiqueta, isso é que é o pior. Saíam para a área rural e também para outras atividades. O Banco do Brasil ficava com o subsídio a seu critério, mas o relatório do banco não relatava isso como subsídio. Não era considerado subsídio. Ficou todo mundo infeliz quando eu convidei a reinterpretar aquilo como distorção do conceito de Banco Central. Eu fui para o público. Não queria entrar para o público para dar chance ao Mário Henrique de consertar, mas entrei. O Alan Meltzer falou, o Mário Henrique ficou muito triste e quase cortou relações. Estava como ministro, acossado de tudo quanto é lugar, vem um sujeito de fora para dar palpite. Eu disse: "Mário, ele precisava forçar você contra o resto. Você não pode lutar sozinho".

Espalhei o problema para todo mundo. Antônio Maria da Silveira imprimiu um folheto famoso, e espalhamos esse folheto às áreas universitárias todas.[41] Foi um escândalo! O pessoal que estava voltando do exterior, o Lemgruber e outros se escandalizaram e compraram a briga. Quando vi que a área acadêmica comprou, saí. E o processo andou sozinho, mas com muitos tropeços. Até que finalmente o

41 Trata-se de Antônio Maria da Silveira, *Brasil 77: variações sobre a conjuntura*. Também escreveram sobre a conta movimento Alan H. Meltzer, *Princípios que orientam a política monetária do Brasil*; e Casimiro Ribeiro, *A estrutura do Banco Central e suas relações com o Banco do Brasil*. Todos esses artigos foram publicados originalmente em 1978 e posteriormente reunidos em Edições Multiplic, vol. 1, número especial, abr. 1981.

Maílson comprou a briga. E até aperfeiçoaram esse meu trabalho, que foi um trabalho de denúncia, dando alguns detalhes. Eles foram muito mais fundo, levaram o problema, correndo o risco de não sair nada. Porque se você começa a querer fazer uma coisa muito grande, você se perde nos detalhes, apresenta projetos muito extensos, e não sai o que você quer. Há os políticos que depois colocam lá uns negócios deles. Mas, finalmente, saiu. Essa foi a grande briga.

Acho que tudo isso merece ser registrado, porque é muito brasileiro. E é *sui generis*. Em reuniões internacionais, encontros informais, que são os mais interessantes, alguns representantes da América Latina já me disseram: "O senhor não sabe a briga que foi criar o Banco Central no meu país, na Colômbia, que tinha o banco oficial. Depois acabaram transformando o banco oficial em Banco Central, tentando eliminar contas". É como o Banco da Inglaterra: quando começou, tinha depósitos. Até pouco tempo tinha, aliás. Quando eu estive lá, em 1955, disseram-me: "Ainda temos aqui umas contas de uns camaradas, um lorde, que não admite encerrar a conta". Mesmo depois da nacionalização pelo governo trabalhista, em 1946 – antes, o Banco da Inglaterra era um banco privado, oficial, mas privado, com acionistas – eles mantiveram um resíduo de contas de clientes. Diziam: "Mantivemos porque senão o sujeito morre do coração". Ou seja, os bancos centrais começaram como bancos mistos, mas, com o passar do tempo, morreu a outra parte. De modo que o caso brasileiro não é estritamente *sui generis*, não. Mas há coisas muito nossas mesmo. A resistência aqui foi maior. E continua até hoje. É preciso fazer uma vigilância permanente do Banco Central.

Índice Onomástico

A	
Alkmin, José Maria	36, 37, 38, 84, 85, 156
Almeida, Carlos Moacir Gomes de	150
Almeida, Rômulo Barreto de	25
Almeida, Sebastião Pais de	50, 72, 107, 110, 111, 112
Antunes, Augusto Trajano de Azevedo	28
Aranha, Osvaldo Euclides de Sousa	16, 39, 47, 48, 68, 69, 154
Assis, Joaquim Maria Machado de	17

B	
Barre, Raymond	27
Barrière, Alain	27
Barros, Ademar Pereira de	183
Barroso, José Parsifal	72, 73
Bernstein, Edward	43, 45, 49, 50
Bittencourt, Clemente Mariani	128, 138
Blank, Arnaldo Válter	28, 40
Boesky, Ivan Frederick	180
Bolton, George Lewis French	180
Bouças, Valentim Fernandes	52
Boulding, Kenneth Ewart	24
Brizola, Leonel de Moura	142
Bulhões, Octavio Gouvêa de	9, 10, 22, 26, 31, 34, 35, 47, 59, 61, 62, 63, 70, 71, 87, 88, 97, 123, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 142, 143, 145, 154, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173, 176, 177, 178, 186, 187, 188

C	
Café Filho, João	43, 115
Campos, Alberto de	17
Campos, Roberto de Oliveira	25, 28, 35, 36, 42, 43, 44, 47, 50, 51, 71, 88, 98, 102, 105, 108, 124, 125, 137, 138, 139, 140, 149, 162, 163, 164, 165, 186, 187
Carneiro, Otávio Augusto Dias	26
Castelo Branco, Humberto de Alencar	10, 60, 155, 156, 162, 164, 166, 167, 168, 181, 184, 185, 186
Correia, Paulo Afonso Poock	57, 95, 105, 106, 107, 112
Costa, Artur de Sousa	159

Costa, Roberto Teixeira da	150, 190
Cunha, Celso	18

D

Dantas, Francisco Clementino de San Tiago	37, 139, 140, 152, 156
Dantas, Marcos Clemente de Sousa	48, 112
Delfim Netto, Antônio	42, 58, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 194

E

Eliachar, Leon	18

F

Faraco, Daniel Agostinho	51, 156, 170
Fonseca, Herculano Borges da	32
Franco, Aldo Batista, v. Santos, Aldo Batista Franco da Silva	19, 20
Frondizi, Arturo	116
Furtado, Celso Monteiro	108, 109, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

G

Galvêas, Ernane	89, 154
Gaspar, Dario Felicíssimo	152
Gaspar, Diogo	152
Geisel, Ernesto	189
Gide, Charles	24, 26
Gomes Junior, Eduardo da Silveira	66
Goodwin, Richard	138
Gordon, Lincoln	138, 139, 140, 141
Goulart, João Belchior Marques	73, 104, 128, 139, 140, 142, 156, 175, 181, 187
Gudin Filho, Eugênio	9, 20, 24, 26, 27, 34, 35, 43, 47, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 89, 94, 97, 115, 116, 117, 120, 123, 126, 150, 152, 154, 159
Guevara, Ernesto Che	138
Guimarães, José Nunes	21
Guimarães, Napoleão Alencastro	33

H

Haberler, Gottfried	25
Hitler, Adolf	16

J

Jacobsson, Per	98, 99, 105, 106, 107, 108, 109, 118
Jango, v. Goulart, João Belchior Marques	73, 104, 128, 139, 140, 142, 156, 175, 181, 187

K

Kafka, Alexandre	66, 67, 71
Kennedy, John Fitzgerald	134, 138, 139
Keynes, John Maynard	24, 120
Klein, Tolstoi Claderciano	27
Kubitschek, Juscelino, v. Oliveira, Juscelino Kubitschek de	43, 45, 49, 71, 91, 125

L

Lacerda, Carlos Frederico Werneck de	55, 56, 57, 78
Lafer, Horácio	108
Lattini, Sidney Alberto	32, 33, 36, 37, 71, 111
Leite, Cleanto de Paiva	108
Leme, Ruy Aguiar da Silva	188, 189
Lemgruber, Antônio Carlos Braga	196
Lessa, Carlos Francisco	150
Lima, Evaldo Correia	25, 71
Lima, Hermes	142, 145
Limongi, Papaterra	24, 26, 27
Lira, Paulo H. Pereira	66, 88
Lopes, Lucas	36, 39, 42, 50, 55, 58, 71, 101, 102, 105, 106, 107, 163, 187
Lopes, Luiz Simões	9, 27, 28, 29
Lopes, Paulo Sarazate Ferreira	168

M

Machado Neto, Basílio, v. Oliveira Neto, Basílio Augusto Machado de	51
Maciel Filho, José Soares	32, 33, 34, 66, 68, 79, 126
Magalhães, Paulo Frederico de	20
Maneco Müller, v. Müller, Manuel Bernardes	17, 18
Mangia, Joaquim Ferreira	51
Mariani, Clemente, v. Bittencourt, Clemente Mariani	128, 138
Marshall, Alfred	25
Martins, Basílio	66
Matos, Júlio de	21
Mazzilli, Ranieri	165
Meira, Lúcio Martins	72, 73, 108
Meltzer, Allan H.	195, 196
Meneses, Djacir	24
Mortara, Giorgio	21
Müller, Manuel Bernardes	17, 18

N	
Nahas, Naji Robert	184
Natel, Laudo	183
Niemeyer, Otto Ernst	157, 158
Nóbrega, Maílson da	150, 191
Nogueira, Denio Chagas	9, 29, 36, 47, 71, 128, 153, 156, 163, 164, 185

O	
Oliveira Neto, Basílio Augusto Machado de	51
Oliveira, José Lopes de	69, 154
Oliveira, Juscelino Kubitschek de	43, 45, 49, 71, 91, 125

P	
Pacheco, Régis, v. Pereira, Luís Régis Pacheco	33
Paish, Frank Walter	36
Paranaguá, Octávio	25, 49, 50, 52
Pedreira, José Luís Bulhões	190
Pegurier, Guilherme Augusto	111
Pereira, Jesus Soares	124
Pereira, Luís Régis Pacheco	33
Pinheiro, Israel	125
Pinto, Carlos Alberto Alves de Carvalho	140, 152
Pirajá, Lúcia	51
Polak, Simon	137
Porto, Sérgio	17, 18
Prebisch, Raul	119, 120, 121

Q	
Quadros, Jânio da Silva	128, 131, 133, 136, 139, 143
Queirós, José Maria Eça de	17

R	
Rangel, Inácio de Mourão	147
Ribeiro, Jerônimo	17
Robinson, Lionel	35
Rocha, Francisco Brochado da	139, 142, 143, 144, 145, 148
Rostow, Walt Witman	138

S	
Sales, Walter Moreira	9, 31, 33, 134, 136, 138, 140
Samuelson, Paul Anthony	24, 26
Santos, Aldo Batista Franco da Silva	19
Sarazate, Paulo, v. Lopes, Paulo Sarazate Ferreira	168, 169
Sarney Costa, José	150

Sartini, Israel	26
Sauer, Walter	137
Sayers, Richard Sidney	36
Schlesinger Jr., Arthur M.	138
Silva, Artur da Costa e	10, 184, 186, 188, 189
Silva, Gerson Augusto da	51, 71
Silva, Golbery do Couto e	186
Silva, Yolanda da Costa e	186
Silveira, Antônio Maria da	195, 196
Simonsen, Mario Henrique	189, 190
Smith, Adam	120
Soares, Ruman	155
Sousa, José Otávio Knack de	51

T

Tavares, Maria da Conceição	150
Teixeira, Glycon de Paiva	37
Teixeira, Osvaldo	16, 17
Torres, José Garrido	28, 163

V

Vargas, Getulio Dornelles	159
Veloso, João Paulo dos Reis	32, 89
Viana, Cibilis da Rocha	142, 148, 149
Vidigal, Gastão da Costa Carvalho	115
Vivacqua, Atílio	100

W

Whitaker, José Maria	43, 44, 50, 54, 55, 58, 62, 63, 71, 160

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

Todos sabem que basta, às vezes, a presença de um banco central que diga: "Estou aqui, atento; quem precisar avise". Só isso resolve, muitas vezes, o problema do sistema financeiro. Não é que os bancos queiram dinheiro propriamente, mas aquela presença é sua garantia.

Casimiro Ribeiro
Ex-Diretor do
Banco Central do Brasil